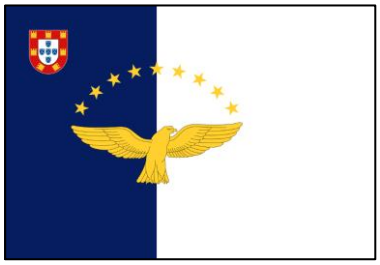
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

RELATÓRIO ANUAL
FINANÇAS LOCAIS

RAA - 2018



Índice

1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 7
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS 12
2.1 Grau de execução orçamental da receita e da despesa 12
2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais 16
3. RECEITAS MUNICIPAIS 18
3.1 Estrutura e evolução da receita 18
3.1.1 Receitas próprias 21
3.1.2 Fundos do Orçamento do Estado 22
3.1.3 Fundos Comunitários 26
3.1.4 Empréstimos 28
3.2 Receitas correntes e receitas de capital 31
4. DESPESAS MUNICIPAIS 34
4.1 Estrutura e evolução das despesas 34
4.2 Despesas de pessoal 41
4.3 Aquisição de bens e serviços 47
4.6 Amortizações de empréstimos 55
4.7 Transferências de capital 57
4.8 Investimento 63
5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL 72
5.1 - Resultados do exercício 72
5.2 Balanço 78
5.2.1 - Ativo 79
5.2.2 - Fundos Próprios 82
5.2.3 Passivo e evolução do endividamento 83
5.3 Rácios 92
6. FREGUESIAS 96
6.1 Caraterização 96
6.2 Fluxo das receitas e das despesas 96
6.3 Receitas das Freguesias 98
6.4 Despesas das Freguesias 104

Divisão de Estudos e Análise Financeira

Recolha de informação, gráficos, Quadros e comentários

Andreia Coelho

António Bettencourt

Rui Costa

Glossário

AM – Associações de Municípios

AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico

AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel

AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

CM – Câmaras Municipais, ou Municípios

CM+AM+SM - Conjunto - Municípios, Associações de Municípios e Serviços Municipalizados

CP – Curto Prazo

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DROAP – Direção Regional de Organização e Administração Pública

EM – Empresa Municipal

EIM – Empresa Intermunicipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias

JF – Juntas de Freguesia, ou Freguesias

MLP – Médio e Longo Prazo

m.e. – Milhares de euros

M€ - Milhões de euros

OE – Orçamento de Estado

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RAA - Região Autónoma dos Açores

RFAL - Regime financeiro das autarquias locais

SEL – Setor Empresarial Local

SIIAL - Sistema integrado de informação das autarquias locais

SM – Serviços Municipalizados

SMAH – Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

SMPD – Serviços Municipalizados de Ponta Delgada

INTRODUÇÃO

No âmbito das suas competências na área das finanças locais, a DROAP elabora, anualmente, um relatório sobre a execução e situação financeira e patrimonial das autarquias locais. Para o efeito, utiliza os documentos de prestação de contas dos municípios, freguesias, serviços municipalizados e associações de municípios, recorrendo também à base de dados do SIIAL. Nos termos da legislação aplicável (POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e RFALEI - Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), os documentos de prestação de contas devem ser disponibilizados até 30 dias após aprovação pelos respetivos órgãos executivos o que, na prática, significa até ao final de maio. Posteriormente, os documentos são analisados, validados com os elementos introduzidos pelas autarquias na plataforma eletrónica da DGAL (SIIAL) e introduzidos em bases de dados Excel, que servem de suporte ao referido relatório.

No ano de 2018, considero ser importante destacar o seguinte:

- Um aumento de 10,1% na receita total dos municípios e de 10,5%, se incluirmos associações de municípios e serviços municipalizados, resultando num total de 221 M€ de receitas em 2018.
- Um aumento de 8,7% na despesa total dos municípios e de 8,5% no conjunto (CM+AM+SM), totalizando 215 M€ de despesas, em 2018.
- As despesas de pessoal e as aquisições de serviços aumentaram 6,8% e 5%, respetivamente, mas as aquisições de bens de natureza corrente diminuíram 7,8%.
- As transferências correntes para outras entidades, nomeadamente empresas municipais, instituições, freguesias, famílias e segurança social, totalizaram 18,4 M€, 9,4% da despesa total, salientando-se aqui um aumento de 60,3% nas transferências correntes e subsídios para as empresas e um aumento de 5% nos apoios às instituições sem fins lucrativos.
- O investimento realizado diretamente pelos municípios diminuiu 1,6% e o investimento indireto ou delegado, traduzido em transferências de capital para freguesias, empresas municipais e outras entidades municipais aumentou 0,5%.

- A dívida de médio e longo prazo diminuiu 7,6%, ficando nos 113 M€, o valor mais baixo dos últimos 10 anos, verificando-se idêntico comportamento com a dívida de curto prazo, que diminuiu 11,5%, situando-se no final de 2018 em 11 M€.
- O prazo médio de pagamento foi de 16 dias em 2018, diminuindo ligeiramente, face aos 19 dias de 2017. Apenas 3 municípios excederam os 30 dias, num máximo de 75 dias.
- O resultado líquido global dos municípios foi de 13 M€, aumentando para 16 M€, no conjunto CM+AM+SM, o que se traduz num crescimento de 58%.
- No caso dos resultados operacionais, os aumentos foram ainda maiores - 277% no total dos municípios e 202% no grupo CM+AM+SM.
- Nas freguesias, a receita total das 155 existentes na Região foi de 17,3 M€, em 2018, aumentando cerca de 6%, apesar de uma redução de 11% nas receitas próprias, derivadas de impostos, taxas e serviços prestados, compensada no entanto, por aumentos nas transferências recebidas dos municípios e da União Europeia. Em contrapartida, as despesas totais diminuíram 5,5%, com destaque para o investimento, que diminuiu 13,7%.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

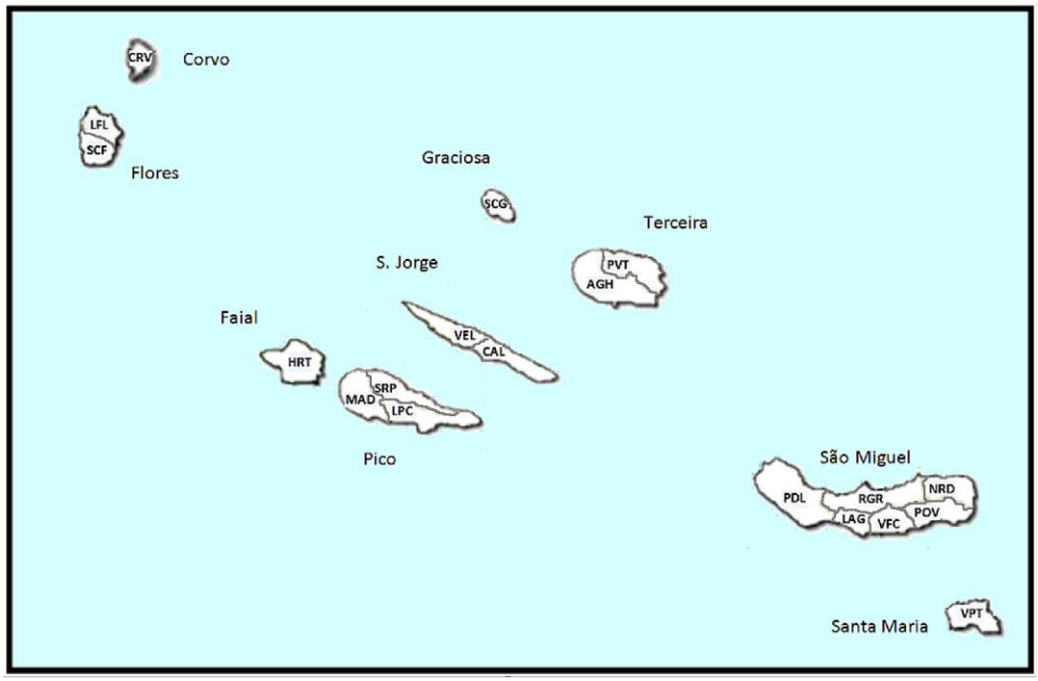
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição».

As 9 ilhas da Região Autónoma dos Açores estão divididas administrativamente em 19 municípios e estes em 156 freguesias, sendo que no Corvo as funções da única freguesia existente, são exercidas pelo município, não havendo neste caso os órgãos executivo e deliberativo, nem qualquer movimentação de verbas ao nível da freguesia.

Ilhas e Municípios dos Açores



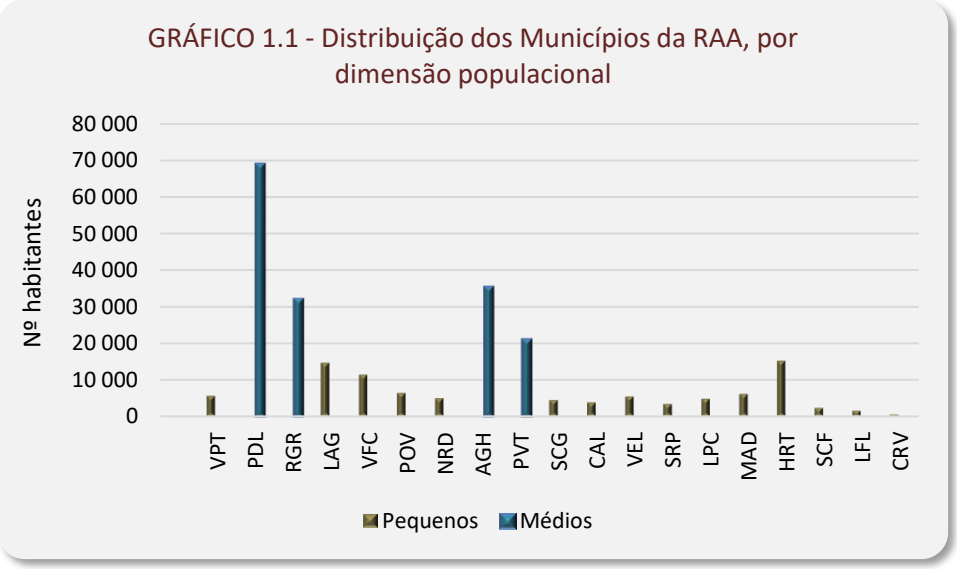
Os municípios portugueses são habitualmente categorizados em três dimensões:

- Pequenos – população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- Médios – população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- Grandes – população maior que 100.000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	**4 Municípios**	**0 Municípios**

Da análise ao Gráfico 1.1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, verifica-se que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando estas duas ilhas 78,7% da população do arquipélago dos Açores, mas apenas 49,3% da área total.

O Quadro 1.1 mostra alguns elementos sobre a caraterização da divisão administrativa do espaço territorial da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a população e área das suas ilhas e dos seus concelhos, fornecendo também informação sobre o setor empresarial local.

QUADRO 1.1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

Ilhas	Municípios	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias	Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	Sector Empresarial Local (SEL)		
									EIM*	EIM*	EM**
Santa Maria	VPT	5.552	96,9	57,3	5	19,4	1.110				
		5.552	**96,9**	**57,3**	**5**	**19,4**	**1.110**				
São Miguel	PDL	68.809	233,0	295,4	24	9,7	2.867	1	1	1	3
	RGR	32.112	180,1	178,3	14	12,9	2.294				
	LAG	14.416	45,6	316,1	5	9,1	2.883				
	VFC	11.229	78,0	144,0	6	13,0	1.872				2
	POV	6.327	106,4	59,5	6	17,7	1.055				
	NRD	4.937	101,5	48,7	9	11,3	549				1
		137.830	**744,5**	**185,1**	**64**	**11,6**	**2.154**	**1**	**1**	**1**	**6**
Terceira	AGH	35.402	239,0	148,1	19	12,6	1.863	1	1		
	PVT	21.035	161,3	130,4	11	14,7	1.912				1
		56.437	**400,3**	**141,0**	**30**	**13,3**	**1.881**	**1**	**1**		**1**
Graciosa	SCG	4.391	60,7	72,4	4	15,2	1.098				1
		4.391	**60,7**	**72,4**	**4**	**15,2**	**1.098**				**1**
São Jorge	CAL	3.773	126,3	29,9	5	25,3	755				
	VEL	5.398	117,4	46,0	6	19,6	900				
		9.171	**243,6**	**37,6**	**11**	**22,1**	**834**				
Pico	SRP	3.388	142,4	23,8	5	28,5	678				
	LPC	4.711	155,3	30,3	6	25,9	785				
	MAD	6.049	147,1	41,1	6	24,5	1.008				
		14.148	**444,8**	**31,8**	**17**	**26,2**	**832**				
Faial	HRT	14.994	173,1	86,6	13	13,3	1.153				1
		14.994	**173,1**	**86,6**	**13**	**13,3**	**1.153**				**1**
Flores	SCF	2.289	70,9	32,3	4	17,7	572				
	LFL	1.504	70,0	21,5	7	10,0	215				
		3.793	**141,0**	**26,9**	**11**	**12,8**	**345**				
Corvo	CRV	430	17,1	25,1							
		430	**17,1**	**25,1**	**1**	**17,1**	**-**				
TOTAIS		**246.746**	**2.321,9**	**106,3**	**156**	**14,9**	**1.582**	**2**	**12**		

** EIM - Empresa Intermunicipal* *** EM - Empresa Municipal*

A Ilha onde as freguesias têm maior área média é o Pico (26,2 km2), seguida de S. Jorge (22,2 km2) e Santa maria (19,4 km2). Por outro lado, S. Miguel é a ilha onde as freguesias têm, em média, mais população.

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados (SM), o sector local compreende ainda as seguintes associações de municípios (AM):

QUADRO 1.2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	Número
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região	19
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios da Ilha de S. Miguel	6
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico	3

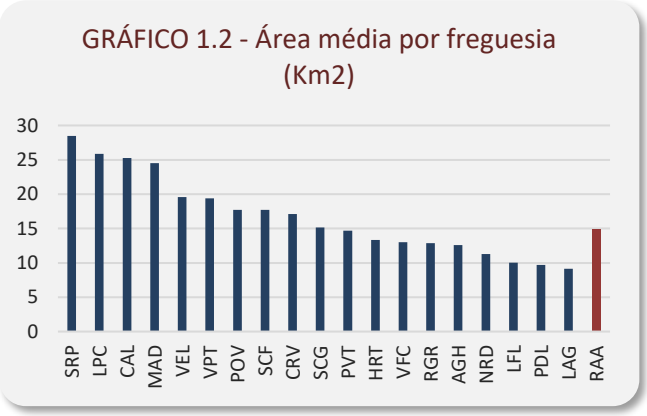
O Quadro 1.3 mostra a preponderância de freguesias rurais (87) nos Açores, as quais representam 56% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17% do total, e as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27%.

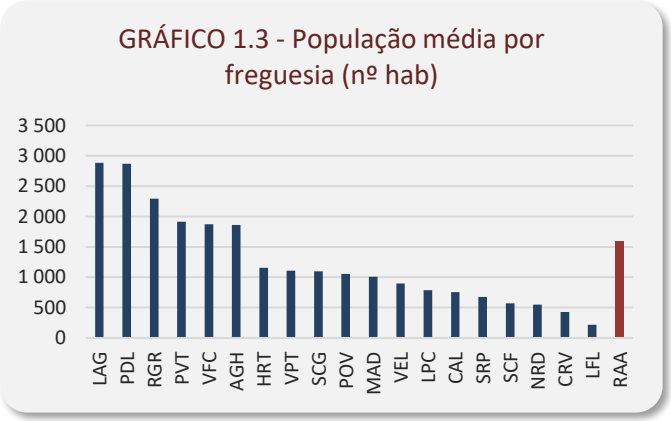
QUADRO 1.3 - Tipologia de Freguesias por Município

Município	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias	Área média por freguesia	População média por freguesia
VPT	4	0	1	**5**	19	1.110
PDL	3	8	13	**24**	10	2.867
RGR	7	4	3	**14**	13	2.294
LAG	0	2	3	**5**	9	2.888
VFC	2	3	1	**6**	13	1.872
POV	4	0	2	**6**	18	1.055
NRD	8	0	1	**9**	11	549
AGH	10	7	2	**19**	13	1.863
PVT	4	1	6	**11**	15	1.912
SCG	3	0	1	**4**	15	1.098
CAL	4	0	1	**5**	25	755
VEL	5	0	1	**6**	20	900
SRP	4	0	1	**5**	28	678
LPC	5	0	1	**6**	26	785
MAD	5	0	1	**6**	25	1.008
HRT	10	2	1	**13**	13	1.153
SCF	3	0	1	**4**	18	572
LFL	5	0	2	**7**	10	215
CRV	1	0	0	**1**	17	430
Total - RAA	**87**	**27**	**42**	**156**	**15**	**1.582**

Em Ponta Delgada e na Praia da Vitória verifica-se uma predominância (55%) de freguesias mistas. Na Praia da Vitória, apesar de ser um município citadino, apenas 1 das 11 freguesias é urbana. Em Ponta Delgada, outro município citadino, as freguesias urbanas são 8, num total de 24. Em Angra do

Heroísmo e na Ribeira Grande, outros municípios com cidades, são as freguesias rurais que predominam, com 50%, ou mais, das freguesias. Ainda no que diz respeito aos municípios citadinos, a Horta tem 10 freguesias rurais num total de 13 (77%) e a Lagoa é o único município sem freguesias rurais. Vila Franca do Campo é o único município não citadino que tem freguesias urbanas (3 em 6).





Os gráficos 1.2 e 1.3 mostram a área média e a população média das freguesias de cada município.

As maiores freguesias estão nas ilhas de S. Jorge e Pico. Nas ilhas com um só município, as maiores freguesias aparecem em Santa Maria e depois em Santa Cruz da Graciosa. Na ilha de S. Miguel, o Município da Povoação é o que tem maiores freguesias e os municípios de Ponta Delgada e Lagoa são aqueles em que as freguesias têm menor área.

Observando o gráfico 1.3, verifica-se que os municípios com menores freguesias em área (Lagoa e Ponta Delgada) são precisamente os que têm maior número de habitantes por freguesia.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1 Grau de execução orçamental da receita e da despesa

Os quadros que se seguem mostram os valores previstos, revistos e executados, das receitas e despesas dos municípios da RAA, em 2018, bem como as taxas de execução de 2017 e 2018, calculadas relativamente aos valores revistos, ou seja, orçamentos corrigidos.

QUADRO 2.1 - Execução Orçamental da Receita – 2018

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execuç	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execuçã	% de Execução 2017
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4 847 171	4 901 760	4 955 951	101,1%	3 574 265	4 510 169	922 721	20,5%	8 421 436	9 411 929	5 878 672	62,5%	57,7%
PDL	34 418 625	34 341 523	34 997 340	101,9%	8 711 374	3 983 366	2 226 626	55,9%	43 129 999	38 324 889	37 223 966	97,1%	102,4%
RGR	17 431 699	17 121 052	17 985 041	105,0%	3 559 953	3 704 765	3 618 709	97,7%	20 991 652	20 825 817	21 603 750	103,7%	101,6%
LAG	9 682 920	9 682 921	9 875 636	102,0%	1 990 080	1 526 637	1 082 325	70,9%	11 673 000	11 209 558	10 957 961	97,8%	94,9%
VFC	7 540 438	7 736 358	7 857 260	101,6%	1 691 548	1 533 025	1 252 750	81,7%	9 231 986	9 269 383	9 110 010	98,3%	93,0%
POV	6 133 183	6 191 788	6 218 866	100,4%	2 513 811	1 675 261	671 268	40,1%	8 646 994	7 867 049	6 890 133	87,6%	89,5%
NRD	4 896 431	4 896 431	5 003 554	102,2%	809 828	10 876 214	10 788 954	99,2%	5 706 259	15 772 645	15 792 509	100,1%	79,4%
AGH	14 715 435	15 714 785	16 186 929	103,0%	4 679 088	5 084 004	4 275 122	84,1%	19 394 523	20 798 788	20 462 051	98,4%	87,6%
PVT	9 872 968	9 872 968	10 228 719	103,6%	5 524 051	6 695 744	3 167 301	47,3%	15 397 019	16 568 712	13 396 021	80,9%	85,7%
SCG	3 734 198	3 755 440	3 743 366	99,7%	2 336 897	1 794 466	1 179 105	65,7%	6 071 095	5 549 906	4 922 472	88,7%	92,5%
CAL	4 229 914	4 229 914	4 278 194	101,1%	1 401 759	1 011 759	876 562	86,6%	5 631 673	5 241 673	5 154 756	98,3%	87,6%
VEL	5 204 706	5 204 706	5 301 049	101,9%	1 762 957	2 079 058	1 906 627	91,7%	6 967 663	7 283 764	7 207 675	99,0%	80,0%
SRP	3 971 823	4 013 590	4 083 969	101,8%	2 890 906	1 559 607	1 319 928	84,6%	6 862 729	5 573 197	5 403 896	97,0%	71,0%
LPC	5 026 709	5 026 709	4 923 522	97,9%	2 190 045	2 190 045	464 251	21,2%	7 216 754	7 216 754	5 387 773	74,7%	77,2%
MAD	5 998 272	6 137 333	5 989 613	97,6%	3 713 205	5 409 117	2 843 223	52,6%	9 711 477	11 546 450	8 832 836	76,5%	62,6%
HRT	10 071 904	10 071 904	9 863 329	97,9%	5 351 120	5 351 120	1 186 579	22,2%	15 423 024	15 423 024	11 049 909	71,6%	74,2%
SCF	2 513 108	2 545 277	2 607 511	102,4%	1 077 793	827 198	442 882	53,5%	3 590 901	3 372 475	3 050 394	90,4%	87,6%
LFL	2 781 688	2 771 913	2 850 335	102,8%	995 514	622 547	413 989	66,5%	3 777 202	3 394 460	3 264 323	96,2%	89,8%
CRV	1 488 123	1 488 123	1 500 762	100,8%	1 931 773	1 125 952	446 310	39,6%	3 419 896	2 614 075	1 947 072	74,5%	74,1%
TOTAL	154 559 315	155 704 495	158 450 946	101,8%	56 705 967	61 560 053	39 085 232	63,5%	211 265 282	217 264 548	197 536 178	90,9%	87,0%

Em termos globais, a taxa de execução das receitas totais situou-se nos 90,9%, aumentando, assim, 3,9 pp, em relação a 2017.

Dos 19 municípios da RAA, 6 baixaram a sua taxa de execução orçamental de 2017 para 2018, e 11 apresentaram taxas mais elevadas. Dos municípios que apresentaram aumento na execução destacam-se Nordeste (100,1% em 2018/ 79,4% em 2017), Velas (99,0% em 2018/ 80,0% em 2017) e São Roque do Pico (97,0% em 2018/ 71,0% em 2017). Pelo contrário, os municípios com maiores reduções nas taxas de execução foram os de Ponta Delgada (97,1% em 2018/ 102,4% em 2017), Praia da Vitória (80,9% em 2018/ 85,7% em 2017) e Santa Cruz da Graciosa (88,7% em 2018/ 92,5% em 2017).

As taxas de execução das receitas são importantes, na medida em que taxas baixas podem, de certo modo, contribuir para o endividamento. Um orçamento equilibrado baseado em receitas previstas em excesso pode levar à realização de despesas em excesso, face à efetiva cobrança das receitas previstas.

O RFAL - Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei nº 73/2013, de 03-09, alterada e republicada pela Lei nº 51/2018, de 16-08) prevê no artigo 56º o acompanhamento da execução orçamental das receitas e a comunicação aos eleitos locais e responsáveis governamentais, nos casos em que a taxa de execução se mostre inferior a 85% em 2 anos consecutivos, incentivando, deste modo, os eleitos locais na procura de taxas elevadas de execução orçamental. De referir que, em 2018, a taxa de execução foi inferior a este valor em 6 municípios, menos dois do que em 2017, sendo que em 5 deles esta situação verificou-se nos 2 anos.

De acordo com o ponto 3.3.1 do POCAL, nas regras previsionais relativas à inscrição de transferências como receita, "As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações". Esta regra permite a sobre orçamentação das receitas e a subsequente baixa execução orçamental, situação que a Lei nº 73/2013 pretendeu melhorar.

Nesse sentido, a DGAL disponibilizou no Portal Autárquico uma nota técnica sobre revisões orçamentais conducentes à diminuição de receitas, dado que o POCAL não é suficientemente explícito nesta matéria, concentrando as suas notas explicativas nos casos de revisões com aumento global de receitas e por conseguinte, de despesas.

Em 2018, 10 municípios reduziram a sua previsão inicial de receitas, observando-se as maiores reduções nos municípios de Ponta Delgada (-11,1%), São Roque do Pico (-18,8%) e Corvo (-23,6%).

O município do Corvo teve uma taxa de execução da receita inferior a 85%, apesar de ter reduzido a sua previsão de receita inicial.

Por outro lado, 7 municípios aumentaram a sua previsão inicial de receitas, nas modificações orçamentais realizadas durante o ano, sendo de assinalar os casos de Vila do Porto (+11,8%), Nordeste (+176,4%) e Madalena (+18,9%).

São as receitas de capital que apresentam menores taxas de execução, sendo aqui que se registam as transferências de capital relativas a comparticipações do Estado e da União Europeia. Em termos globais, registou-se uma taxa de execução de apenas 63,5% nas receitas de capital, ainda assim o valor mais alto dos últimos três anos (44,7% em 2016 e 45,0%, em 2017). As taxas mais reduzidas surgem nos municípios de Vila do Porto (20,5%), Lajes do Pico (21,2%) e Horta (22,2%). Com valores mais elevados, destacam-se a Ribeira Grande (97,7%), Nordeste (99,2%) e Velas (91,7%).

A rubrica da receita onde as taxas de execução são tipicamente mais baixas é a das transferências de capital dos fundos comunitários, devido à exceção deste tipo de receita nas regras previsionais, como atrás se referiu. Em 2018, os valores globais, relativamente a esta rubrica, foram os seguintes:

Transferências de capital - Fundos comunitários

Previsão inicial	30.799.451
Previsão corrigida	24.827.375
Execução	10.635.219
% Execução	42,8%

Nas receitas correntes, a taxa de execução mais baixa foi de 97,6%, no município da Madalena, e a mais alta no município da Ribeira Grande, com 105,0%.

No caso das despesas, a taxa de execução geral foi de 81,6%, conforme apresentado no Quadro 2.2. O município com a maior taxa de execução foi o da Lagoa (94,1%) e com a menor, o município de Velas (58,3%).

Ao contrário das receitas, em que é permitido cobrar para além dos valores orçamentados, nas despesas não é permitido exceder as dotações orçamentais, o que normalmente resulta em taxas de execução mais baixas.

QUADRO 2.2 - Execução Orçamental da Despesa – 2018

Euros

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execuç	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execuç	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execuç	% de Execução 2017
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4 420 524	4 855 402	4 409 928	**90,8%**	4 000 912	5 136 611	1 759 157	**34,2%**	8 421 436	9 992 012	6 169 085	**61,7%**	34,5%
PDL	29 374 154	32 570 015	29 296 745	**90,0%**	13 755 846	14 758 943	11 094 677	**75,2%**	43 130 000	47 328 958	40 391 423	**85,3%**	85,6%
RGR	11 309 433	11 518 245	10 980 240	**95,3%**	9 690 567	10 693 278	9 827 493	**91,9%**	21 000 000	22 211 523	20 807 733	**93,7%**	93,2%
LAG	7 663 813	7 791 187	7 598 090	**97,5%**	4 009 187	3 706 325	3 217 797	**86,8%**	11 673 000	11 497 512	10 815 887	**94,1%**	89,6%
VFC	5 661 146	6 124 356	5 949 744	**97,1%**	3 570 841	3 539 350	2 742 738	**77,5%**	9 231 987	9 663 706	8 692 482	**89,9%**	85,5%
POV	4 849 728	4 978 948	4 741 194	**95,2%**	3 803 066	3 122 316	2 220 846	**71,1%**	8 652 794	8 101 264	6 962 040	**85,9%**	84,9%
NRD	3 769 898	3 769 888	3 480 280	**92,3%**	1 936 361	12 933 886	11 591 737	**89,6%**	5 706 259	16 703 774	15 072 017	**90,2%**	76,0%
AGH	11 664 563	12 934 842	11 397 498	**88,1%**	7 729 965	9 289 312	7 561 077	**81,4%**	19 394 528	22 224 154	18 958 575	**85,3%**	77,6%
PVT	8 940 047	8 959 120	7 543 297	**84,2%**	6 456 972	7 749 877	5 876 631	**75,8%**	15 397 019	16 708 997	13 419 928	**80,3%**	86,0%
SCG	3 193 733	3 466 316	3 061 834	**88,3%**	2 878 662	2 534 226	2 040 103	**80,5%**	6 072 395	6 000 542	5 101 937	**85,0%**	70,3%
CAL	2 792 066	3 174 972	2 848 516	**89,7%**	2 844 077	3 490 982	1 949 011	**55,8%**	5 636 143	6 665 954	4 797 527	**72,0%**	72,2%
VEL	4 210 965	4 418 497	3 442 626	**77,9%**	2 756 698	4 564 799	1 798 049	**39,4%**	6 967 663	8 983 296	5 240 675	**58,3%**	54,7%
SRP	3 070 917	3 580 919	3 435 753	**95,9%**	3 791 812	2 427 028	1 641 035	**67,6%**	6 862 729	6 007 947	5 076 789	**84,5%**	86,7%
LPC	3 484 095	3 518 095	3 345 985	**95,1%**	3 732 659	3 732 659	2 064 661	**55,3%**	7 216 754	7 250 754	5 410 647	**74,6%**	75,9%
MAD	5 210 802	5 323 309	4 386 451	**82,4%**	4 500 675	6 240 000	4 435 051	**71,1%**	9 711 477	11 563 310	8 821 503	**76,3%**	76,2%
HRT	7 857 700	8 842 106	7 422 880	**83,9%**	7 565 324	7 797 004	3 280 943	**42,1%**	15 423 024	16 639 110	10 703 823	**64,3%**	61,3%
SCF	2 289 502	2 521 752	1 878 825	**74,5%**	1 301 400	659 483	698 169	**105,9%**	3 590 902	3 181 235	2 576 994	**81,0%**	58,9%
LFL	2 750 127	2 808 441	2 577 390	**91,8%**	1 027 625	1 648 855	543 193	**32,9%**	3 777 752	4 457 296	3 120 582	**70,0%**	80,4%
CRV	1 359 041	1 449 541	1 219 390	**84,1%**	2 060 855	1 648 855	1 119 073	**67,9%**	3 419 896	3 098 396	2 338 463	**75,5%**	71,8%
TOTAL	**123 872 254**	**132 605 951**	**119 016 668**	**89,8%**	**87 413 504**	**105 673 790**	**75 461 441**	**71,4%**	**211 285 758**	**238 279 741**	**194 478 109**	**81,6%**	**76,7%**

Os municípios da Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo e Nordeste apresentam execuções iguais ou superiores a 90%, tanto na receita como na despesa.

Encerrando esta análise do grau de previsão das receitas e despesas, apresenta-se um quadro resumo com os totais previstos, revistos e executados em 2018.

QUADRO 2.3 - Execução Orçamental 2018 - RESUMO

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	154 559 315	155 704 495	158 450 946	**101,8%**	56 705 967	61 560 053	39 085 232	**63,5%**	211 265 282	217 264 548	197 536 178	**90,9%**

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	123 872 254	132 605 951	119 016 668	**89,8%**	87 413 504	105 673 790	75 461 441	**71,4%**	211 285 758	238 279 741	194 478 109	**81,6%**

2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

O Quadro 2.4 resume as receitas, despesas e saldos transitados, nos últimos 3 anos. Pela sua observação, verifica-se que as receitas dos municípios aumentaram, em 2018, 10,1%, atingindo o valor de 197,7 M€. A despesa total foi de 194,5 M€, crescendo assim 8,7%, em relação a 2017. Este é o valor mais elevado observado desde 2011 (194,5 M€).

As receitas correntes e as receitas de capital aumentam de 2017 para 2018, 2,0% e 62,7%, respetivamente. Em relação às despesas, o comportamento é semelhante, com aumentos, quer nas despesas correntes (4,5%) quer nas de capital (16,1%).

Os saldos inicial e final aumentam, também, 3,0% e 14,4%, respetivamente.

QUADRO 2.4 - Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

Euros

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2016		2017		Δ	2018		Δ
	Valores	%	Valores	%	15-16	Valores	%	16-17
Saldo Inicial a)	**16 452 421**		**21 729 029**		**32,1%**	**22 385 791**		**3,0%**
Receitas Correntes	145 561 636	88,0%	155 403 229	86,6%	6,8%	158 450 946	80,1%	2,0%
Receitas de Capital	19 815 245	12,0%	24 029 775	13,4%	21,3%	39 085 232	19,8%	62,7%
Reposições n/ abatidas nos pag	20 630	0,0%	70 273	0,0%	240,6%	168 397	0,1%	139,6%
Receita Total b)	**165 397 511**	100,0%	**179 503 276**	100,0%	**8,5%**	**197 704 575**	100,0%	**10,1%**
Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)	**181 849 932**		**201 232 305**		**10,7%**	**220 090 366**		**9,4%**
Despesas Correntes	106 978 552	66,8%	113 841 419	63,7%	6,4%	119 016 668	61,2%	4,5%
Despesas de Capital	53 142 351	33,2%	65 005 095	36,3%	22,3%	75 461 441	38,8%	16,1%
Despesa Total (d)	**160 120 904**	100,0%	**178 846 514**	100,0%	**11,7%**	**194 478 109**	100,0%	**8,7%**
Saldo Final (e)=(c)-(d)	**21 729 029**		**22 385 791**		**3,0%**	**25 612 258**		**14,4%**

O Quadro 2.5 mostra os saldos orçamentais dos municípios em 2017 e 2018, bem como os valores mínimos, máximos e médio dos últimos 10 anos. Nas últimas colunas, apresentam-se os saldos correntes (receitas correntes – despesas correntes) e de capital (receitas de capital – despesas de capital) e por fim o rácio "saldo corrente/amortizações de empréstimos de médio e longo prazo", o qual traduz de forma simplificada o cumprimento da regra do equilíbrio corrente em 2018, uma vez que considera as amortizações totais e não as amortizações médias dos empréstimos. Neste critério, é de salientar que nenhum dos municípios regista valor abaixo de 1, pelo que todos cumprem a regra do equilíbrio corrente.

De acordo com o RFAL, o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) deve ser suficiente para fazer face às amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O rácio "Saldo

corrente / amortizações MLP" deve, por isso, ser igual ou superior a 1. Chama-se a atenção para o valor destacado de Santa Cruz das Flores (22,0).

QUADRO 2.5 - Saldos orçamentais

Euros

Municípios	Saldos finais nos últimos 10 anos					Saldo corrente	Saldo de capital	Saldo corrente / amortiz empr mlp
	Valor mínimo	Valor máximo	Valor Médio	2017	2018	2018	2018	
VPT	124 271	1 468 175	496 065	580 371	292 218	546 023	-836 435	2,0
PDL	372 495	9 004 068	2 343 642	9 004 068	5 840 535	5 700 595	-8 868 052	3,3
RGR	80 729	2 584 144	1 033 577	1 367 944	2 181 724	7 004 801	-6 208 783	7,7
LAG	61 342	657 945	228 311	287 955	430 029	2 277 546	-2 135 472	2,8
VFC	367 018	1 195 114	661 876	394 323	821 162	1 907 515	-1 489 988	1,2
POV	22 262	278 656	145 099	228 416	193 990	1 477 672	-1 549 578	2,9
NRD	27 977	1 653 333	723 237	931 134	1 653 333	1 523 274	-802 783	0,1
AGH	452 396	3 286 614	2 097 849	1 422 901	2 954 836	4 789 431	-3 285 955	3,4
PVT	81 726	629 224	236 967	123 951	121 474	2 685 423	-2 709 330	3,4
SCG	50 229	673 502	272 488	449 336	273 299	681 532	-860 997	4,2
CAL	220 036	1 795 630	862 431	1 425 812	1 795 630	1 429 678	-1 072 449	1,3
VEL	68 531	4 386 295	1 689 573	2 415 449	4 386 295	1 858 423	108 577	4,2
SRP	117 713	820 307	394 110	490 984	820 307	648 216	-321 108	1,5
LPC	11 971	1 802 608	338 395	30 000	11 971	1 577 537	-1 600 411	1,9
MAD	14 304	288 757	76 525	14 304	30 839	1 603 161	-1 591 828	4,3
HRT	81 378	1 858 218	736 798	1 216 008	1 572 881	2 440 449	-2 094 363	4,6
SCF	476 955	1 921 594	922 425	1 446 564	1 921 594	728 686	-255 287	22,0
LFL	72 914	1 324 159	488 562	72 914	217 210	272 945	-129 204	2,1
CRV	92 931	662 017	314 489	483 358	92 931	281 372	-672 763	2,4
TOTAL	**6 311 088**	**25 612 258**	**14 062 417**	**22 385 791**	**25 612 258**	**39 434 278**	**-36 376 209**	**1,7**

Saldo de capital negativo totalmente compensado pelo saldo corrente positivo

Os saldos correntes apresentados no Quadro 2.5 são todos positivos, como é natural. No que respeita aos saldos de capital, voltaram a ser todos negativos em 2018, à semelhança do ano anterior, o que, não sendo obrigatório, é frequente, uma vez que o que sobra da parte corrente, ou é utilizado em despesa de capital, ou não é utilizado e acumula ao saldo geral. As despesas de capital podem ainda ser financiadas pelo saldo do ano anterior. Como se pode observar (assinalado a verde), em 11 municípios o saldo corrente gerado no próprio ano foi suficiente para compensar o défice da parte de capital, não tendo sido necessário recorrer ao saldo orçamental transitado do ano anterior.

3. RECEITAS MUNICIPAIS

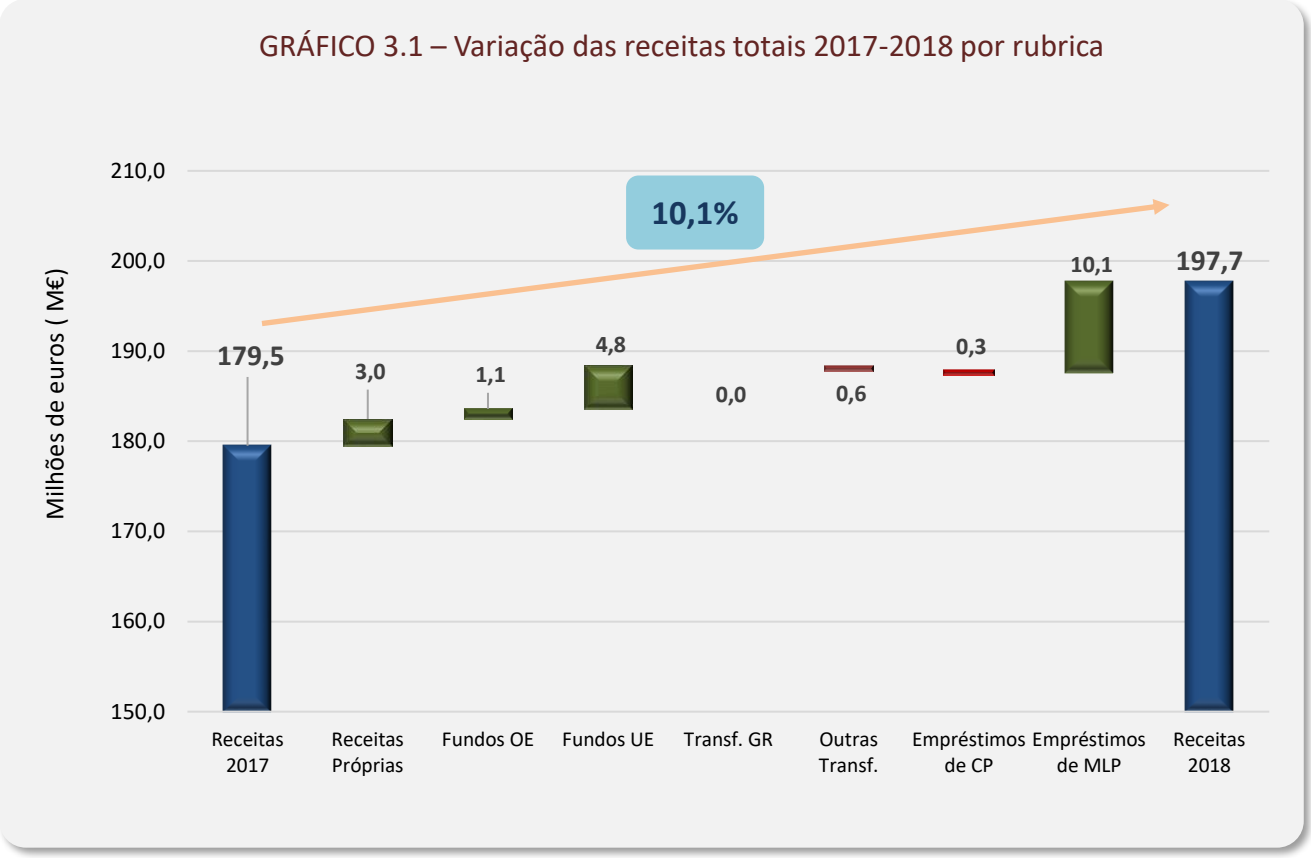
3.1 Estrutura e evolução da receita

As receitas dos municípios atingiram, em 2018, o valor de 197,7 M€. Este é o valor mais elevado, desde o ano de 2011, e representa um crescimento de 10,1%, em relação a 2017. Cerca de 85% das receitas dos municípios têm origem nas transferências do Orçamento do Estado (50,3%) e nas receitas próprias dos municípios (34,9%). Em 2018, os "Empréstimos de médio e longo prazo", que representam 6,8% do total das receitas, foram a rubrica que mais cresceu (300,6%). As "Outras Transferências", apesar de representarem pouco no total das receitas (0,4%), decresceram 39,0%, sendo assim a componente que apresenta a maior quebra percentual, face ao ano anterior.

QUADRO 3.1 – Evolução e estrutura das principais receitas

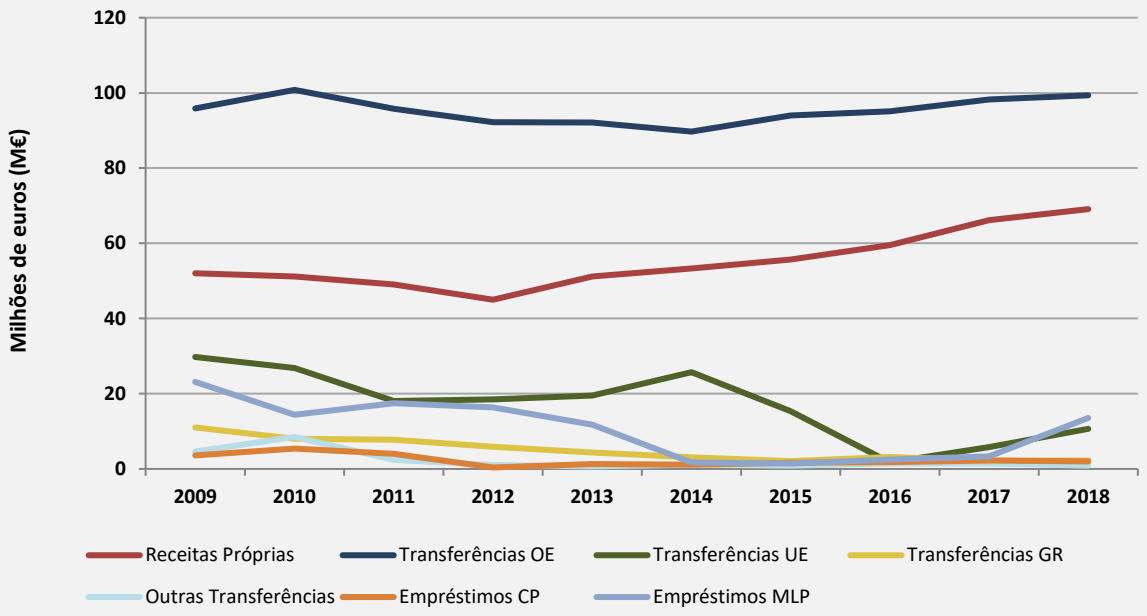
RECEITAS	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	59 537 208	**36,0%**	66 124 906	**36,8%**	11,1%	69 093 645	**34,9%**	4,5%
Fundos Orçamento do Estado	95 138 403	**57,5%**	98 217 458	**54,7%**	3,2%	99 351 232	**50,3%**	1,2%
Fundos Comunitários	1 744 030	**1,1%**	5 850 878	**3,3%**	235,5%	10 635 219	**5,4%**	81,8%
Transferências - Governo Regional	3 138 992	**1,9%**	2 248 206	**1,3%**	-28,4%	2 238 236	**1,1%**	-0,4%
Outras Transferências	1 495 785	**0,9%**	1 435 244	**0,8%**	-4,0%	874 892	**0,4%**	-39,0%
Empréstimos de curto prazo	1 805 000	**1,1%**	2 250 000	**1,3%**	24,7%	1 985 500	**1,0%**	-11,8%
Empréstimos de médio e longo prazo	2 538 094	**1,5%**	3 376 584	**1,9%**	33,0%	13 525 850	**6,8%**	300,6%
Totais	**165 397 511**	**100,0%**	**179 503 276**	**100,0%**	**8,5%**	**197 704 575**	**100,0%**	**10,1%**

O Gráfico 3.1 apresenta o aumento verificado na receita total, explicado pela variação das suas várias componentes. Através da sua análise, é possível verificar que o aumento no valor das receitas totais, de 2017 para 2018, se ficou a dever, fundamentalmente, ao crescimento verificado nos empréstimos de médio e longo prazo contraídos (+10,1 M€), nas transferências de fundos da UE (+4,8 M€) e na arrecadação de receitas próprias (+3,0 M€). Em relação ao aumento verificado no valor dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, importa esclarecer que este se deve, exclusivamente, à contração de um empréstimo de saneamento financeiro, pelo município do Nordeste no valor de 10,1 M€. Mais à frente, neste capítulo, esta situação será abordada em maior detalhe.



Analisando o Gráfico 3.2 que apresenta a evolução das várias rubricas da receita, nos últimos 10 anos, percebe-se que as rubricas com maior peso - receitas próprias e Fundos OE - têm registado aumentos constantes, desde o ano de 2012 e 2014, respetivamente. As transferências da UE têm um comportamento bastante oscilatório, ao longo do período. Os empréstimos de médio e longo prazo, que, desde o ano de 2014, apresentavam um comportamento descendente, voltam a crescer, em 2018, para níveis semelhantes ao ano de 2013, pelo motivo já relatado acima.

GRÁFICO 3.2 - Evolução das principais componentes da receita municipal



Analisando a estrutura da receita dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios (Quadro 3.2), verifica-se que esta difere bastante de acordo com o tipo de entidade. Enquanto no caso dos municípios as transferências do OE são a principal rubrica da receita, no caso dos serviços e associações de municípios são as receitas próprias que têm maior peso.

Nas freguesias, que serão analisadas em maior detalhe mais à frente, as receitas próprias têm um peso mais baixo, sendo compensadas pelas transferências recebidas do município (delegação de competências) e do Governo Regional.

QUADRO 3.2 - Receitas 2018

Euros

MUNICÍPIOS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Empréstimos	%	Total
VPT	1 548 635	26,3	3 992 688	67,9	327 759	5,6			11 850	0,2			5 880 932
PDL	20 944 151	56,3	15 099 341	40,6	1 036 822	2,8	105 432	0,3	42 143	0,1			37 227 889
RGR	8 785 517	40,6	9 667 015	44,7	523 209	2,4	318 259	1,5	329 917	1,5	1 997 597	9,2	21 621 513
LAG	5 456 556	49,8	4 860 659	44,4	382 042	3,5	258 704	2,4	0	0,0			10 957 961
VFC	3 837 242	42,1	4 595 064	50,4	557 768	6,1	108 832	1,2	20 416	0,2			9 119 322
POV	2 176 155	31,4	4 414 530	63,7	77 859	1,1	171 700	2,5	87 370	1,3			6 927 614
NRD	912 066	5,8	4 516 312	28,6	287 598	1,8			11 850	0,1	10 066 391	63,7	15 794 216
AGH	7 958 322	38,8	10 334 372	50,4	1 984 970	9,7	212 846	1,0	0	0,0			20 490 510
PVT	3 846 530	28,7	7 075 018	52,7	575 321	4,3	895 100	6,7	25 482	0,2	1 000 000	7,5	13 417 451
SCG	1 090 102	22,1	2 923 488	59,3	881 191	17,9	19 269	0,4	11 850	0,2			4 925 900
CAL	1 076 076	20,8	3 553 152	68,8	336 953	6,5			201 164	3,9			5 167 345
VEL	1 652 471	22,9	4 055 251	56,2	1 468 429	20,4	20 000	0,3	15 370	0,2			7 211 521
SRP	1 139 351	21,1	3 244 356	60,0	119 320	2,2			11 850	0,2	891 234	16,5	5 406 111
LPC	1 237 277	22,9	4 064 284	75,4	75 686	1,4			15 370	0,3			5 392 617
MAD	2 043 080	23,1	4 332 396	49,0	883 850	10,0	7 168	0,1	15 416	0,2	1 556 128	17,6	8 838 038
HRT	4 513 276	40,8	5 839 688	52,8	664 831	6,0	22 484	0,2	20 416	0,2			11 060 695
SCF	385 332	12,6	2 446 818	80,2	208 025	6,8			11 850	0,4			3 052 025
LFL	422 552	12,9	2 773 111	84,9	57 366	1,8			11 850	0,4			3 264 878
CRV	68 954	3,5	1 563 689	80,3	186 221	9,6	98 442	5,1	30 730	1,6			1 948 036
CM	69 093 645	34,9	99 351 232	50,3	10 635 219	5,4	2 238 236	1,1	874 892	0,4	15 511 350	7,8	197 704 575
SMPD	11 730 520	94,8							645 035	5,2			12 375 556
SMAH	6 417 718	84,8			1 149 747	15,2							7 567 465
SM	18 148 238	91,0			1 149 747	5,8			645 035	3,2			19 943 021
AMRAA	2 583 967	99,1			22 208	0,9							2 606 176
AMISM	243 465	93,3			17 525	6,7							260 990
AMIP	261 361	94,5							15 113	5,5			276 474
AM	3 088 794	98,3			39 733	1,3			15 113	0,5			3 143 640
CM+SM+AM	90 330 677	40,9	99 351 232	45,0	11 824 700	5,4	2 238 236	1,0	1 535 040	0,7	15 511 350	7,0	220 791 236

FREGUESIAS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências CM	%	Outras	%	Total
RECEITAS	1 688 984	9,7	6 011 116	34,7	849 167	4,9	2 433 401	14,0	6 111 282	35,3	235 987	1,4	17 329 936

3.1.1 Receitas próprias

Tal como já visto no início deste capítulo, as receitas próprias das autarquias representam cerca de um terço das receitas totais e resultam, fundamentalmente, da cobrança de impostos, taxas e venda de bens e serviços. No ano de 2018, as receitas próprias dos municípios totalizaram 69,1 M€, crescendo, assim, 4,5% em relação ao ano anterior. Este valor é também o mais elevado dos últimos 10 anos. Conforme pode ser observado no Quadro 3.3, as principais fontes de receitas próprias são as receitas decorrentes da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que representam, aproximadamente, um terço do total, as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre

Transações Onerosas (IMT) (13,5%) e as outras receitas próprias (13,5%). No ano de 2018, as componentes das receitas próprias que mais cresceram, em relação ao ano anterior, foram as relativas à venda de bens de investimento (21,6%) ao IMT (17,7%) e à Derrama (16,9%).

QUADRO 3.3 – Evolução e estrutura das receitas próprias

Euros

RECEITAS PRÓPRIAS	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	19 788 118	33,2	20 093 844	30,4	1,5	21 163 472	30,6	5,3
Imposto único de circulação - IUC	4 125 839	6,9	4 406 401	6,7	6,8	4 658 020	6,7	5,7
Imposto municipal s/ transaç - IMT	5 011 329	8,4	7 939 465	12,0	58,4	9 342 040	13,5	17,7
Derrama	2 060 724	3,5	2 297 491	3,5	11,5	2 685 351	3,9	16,9
Loteamentos e obras	828 163	1,4	1 121 844	1,7	35,5	1 090 824	1,6	-2,8
Ocupação da via pública	756 042	1,3	552 979	0,8	-26,9	392 003	0,6	-29,1
Saneamento (esgotos e lixos)	5 720 207	9,6	5 770 220	8,7	0,9	5 864 011	8,5	1,6
Juros, rendas e dividendos	3 215 447	5,4	5 519 391	8,3	71,7	4 851 636	7,0	-12,1
Venda de bens correntes	70 741	0,1	191 571	0,3	170,8	132 337	0,2	-30,9
Fornecimento de água	7 699 387	12,9	7 635 249	11,5	-0,8	7 943 310	11,5	4,0
Trabalhos para particulares	362 171	0,6	352 723	0,5	-2,6	319 505	0,5	-9,4
Venda de bens de investimento	784 563	1,3	1 060 419	1,6	35,2	1 289 634	1,9	21,6
Outras receitas próprias	9 114 476	15,3	9 183 308	13,9	0,8	9 361 504	13,5	1,9
Totais	**59 537 208**	100,0	**66 124 906**	100,0	11,1	**69 093 645**	100,0	4,5

3.1.2 Fundos do Orçamento do Estado

Esta é mais importante fonte de receita dos municípios, representando mais de metade das suas receitas totais (50,3%) e os valores atribuídos às autarquias locais são definidos no RFAL e publicados, anualmente, em anexo à Lei do OE.

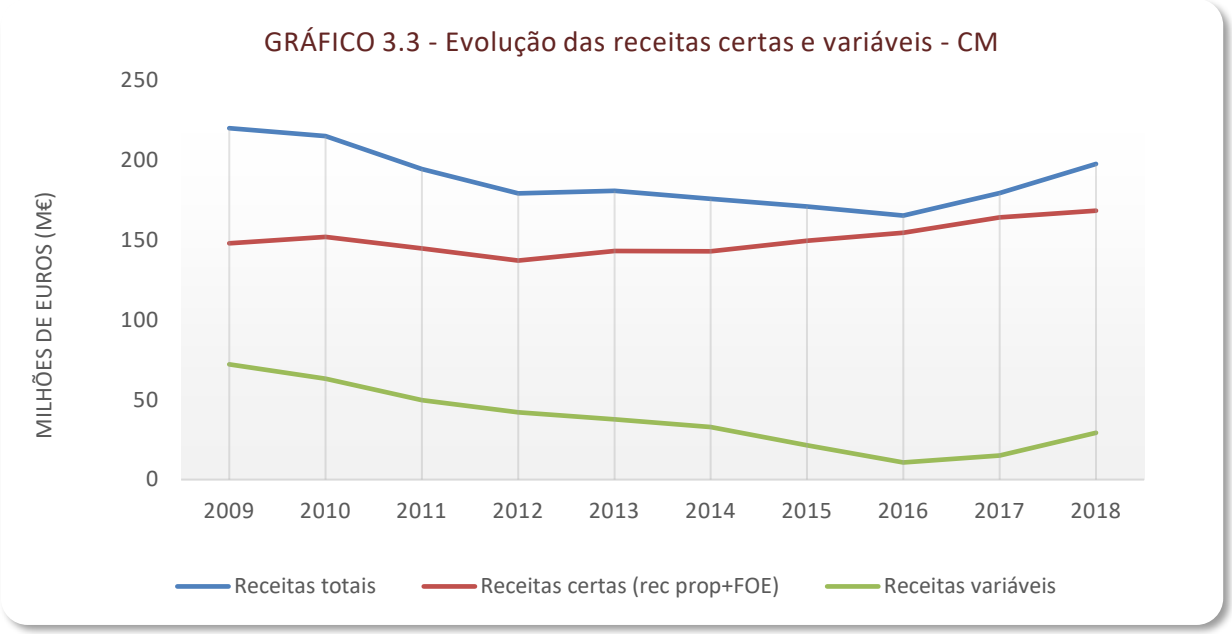
No Quadro 3.4 estão registados os valores atribuídos, desde o ano de 2008, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e também aos municípios do Continente. Como é possível verificar, desde o ano de 2014, que os valores atribuídos aos municípios dos Açores têm aumentado de forma progressiva. No ano de 2018 o aumento foi de 1,5%.

QUADRO 3.4 - Evolução dos Fundos OE

Euros

Municípios	TOTAL PAÍS	Variação anual %	CONTINENTE	Variação anual %	AÇORES	Variação anual %	MADEIRA	Variação anual %
2009	2 513 722 014	***4,5%***	2 343 220 558	***4,4%***	101 126 295	***5,0%***	69 375 161	***4,6%***
2010	2 525 840 322	***0,5%***	2 353 821 859	***0,5%***	102 162 907	***1,0%***	69 855 556	***0,7%***
2011	2 397 864 673	***-5,1%***	2 234 926 839	***-5,1%***	96 575 055	***-5,5%***	66 362 779	***-5,0%***
2012	2 283 996 289	***-4,7%***	2 128 783 515	***-4,7%***	92 140 392	***-4,6%***	63 072 382	***-5,0%***
2013	2 284 229 497	***0,0%***	2 128 979 953	***0,0%***	92 203 246	***0,1%***	63 046 298	***0,0%***
2014	2 176 235 813	***-4,7%***	2 025 304 676	***-4,9%***	89 668 379	***-2,7%***	61 262 758	***-2,8%***
2015	2 302 605 962	***5,8%***	2 145 568 496	***5,9%***	94 140 008	***5,0%***	62 897 458	***2,7%***
2016	2 326 558 086	***1,0%***	2 167 972 840	***1,0%***	95 295 513	***1,2%***	63 289 733	***0,6%***
2017	2 393 304 022	***2,9%***	2 229 801 810	***2,9%***	97 986 426	***2,8%***	65 515 786	***3,5%***
2018	2 428 479 824	***1,5%***	2 263 922 752	***1,5%***	99 412 949	***1,5%***	65 144 123	***-0,6%***

Quer pelo seu peso, quer pelo seu carácter de regularidade, os fundos do OE revestem-se de uma grande importância para os municípios. São estas receitas que, juntamente com as receitas próprias, constituem as chamadas receitas certas que permitem aos municípios assegurar a sua gestão corrente. Tal como pode ser observado no Gráfico 3.3, a linha vermelha das receitas regulares, apresenta-se bastante estável e com um comportamento ligeiramente ascendente, desde o ano de 2012. A linha das receitas variáveis, a verde, onde se incluem as transferências do Governo Regional, empréstimos e transferências dos fundos comunitários, apresenta um comportamento bastante oscilatório.



No Quadro 3.5, apresentam-se, para os municípios, serviços municipalizados, associações de municípios e freguesias, as receitas certas decompostas entre receitas próprias e transferências de fundos OE. Analisando os dados presentes na tabela, é possível perceber, em primeiro lugar, que, apesar das receitas próprias para o total dos municípios da RAA terem aumentado, analisando município a município, verificam-se algumas situações de diminuição, como são os casos de Ponta Delgada (-6,9%), Velas (-2,6%) e Corvo (-48,3%). Relativamente aos serviços municipalizados, às associações de municípios e às freguesias também se verificou um aumento generalizado das receitas próprias para todas as entidades.

Adicionalmente, a análise ao quadro permite perceber a importância acrescida que as transferências dos fundos OE têm para os municípios mais pequenos, uma vez que estes têm uma menor capacidade para arrecadar receitas próprias. Como exemplos dessa situação, temos os municípios das ilhas das Flores e Corvo, em que o peso destas transferências anda na ordem dos 90%. No caso dos municípios maiores, com uma capacidade acrescida para arrecadar receitas próprias, como Ponta Delgada, Ribeira Grande ou Lagoa, a proporção entre os dois tipos de receita é bastante mais equilibrada.

QUADRO 3.5 - Receitas certas

Euros

Municípios	Receitas Próprias	%	Δ %	Fundos OE	%	Δ %	Receitas Certas	Δ %
VPT	1 548 635	28	7,5	3 992 688	72	1,5	5 541 323	3,1
PDL	20 944 151	58	-6,9	15 099 341	42	1,5	36 043 492	-3,5
RGR	8 785 517	48	3,7	9 667 015	52	1,5	18 452 532	2,6
LAG	5 456 556	53	7,8	4 860 659	47	1,5	10 317 215	4,7
VFC	3 837 242	46	6,7	4 595 064	54	1,5	8 432 306	3,8
POV	2 176 155	33	24,0	4 414 530	67	1,5	6 590 685	8,0
NRD	912 066	17	3,4	4 516 312	83	1,5	5 428 378	1,8
AGH	7 958 322	44	29,1	10 334 372	56	-1,4	18 292 694	9,9
PVT	3 846 530	35	11,0	7 075 018	65	1,5	10 921 548	4,6
SCG	1 090 102	27	3,7	2 923 488	73	0,3	4 013 590	1,2
CAL	1 076 076	23	4,1	3 553 152	77	1,5	4 629 228	2,1
VEL	1 652 471	29	-2,6	4 055 251	71	1,4	5 707 722	0,2
SRP	1 139 351	26	13,0	3 244 356	74	1,5	4 383 707	4,3
LPC	1 237 277	23	9,6	4 064 284	77	1,5	5 301 561	3,3
MAD	2 043 080	32	3,5	4 332 396	68	1,6	6 375 476	2,2
HRT	4 513 276	44	8,9	5 839 688	56	1,5	10 352 964	4,6
SCF	385 332	14	8,2	2 446 818	86	1,5	2 832 150	2,3
LFL	422 552	13	56,9	2 773 111	87	1,5	3 195 663	6,4
CRV	68 954	4	-48,3	1 563 689	96	1,5	1 632 643	-2,5
CM	**69 093 645**	**41**	**4,5**	**99 351 232**	**59**	**1,2**	**168 444 877**	2,5
SMPD	11 730 520	100	4,9	0	0	-	11 730 520	4,9
SMAH	6 417 718	100	5,0	0	0	-	6 417 718	5,0
SM	**18 148 238**	**100**	**4,9**	**0**	**0**	-	**18 148 238**	4,9
AMRAA	2 583 967	100	12,5	0	0	-	2 583 967	12,5
AMISM	243 465	100	30,3	0	0	-	243 465	30,3
AMIP	261 361	100	34,7	0	0	-	261 361	34,7
AM	**3 088 794**	**100**	**15,4**	**0**	**0**	-	**3 088 794**	15,4
CM+SM+AM	**90 330 677**	**48**	**4,9**	**99 351 232**	**52**	**1,2**	**189 681 909**	**2,9**
FREGUESIAS	**Receitas Próprias**	**%**	**Δ %**	**Transf OE**	**%**	**Δ %**	**Receitas Certas**	**Δ %**
RECEITAS	1 688 984	22	-10,9	6 011 116	78	3,5	7 700 099	-0,1

Tal como pode ser observado no Quadro 3.6, o valor das receitas certas é, para todos os municípios, suficiente para "pagar" as despesas gerais de funcionamento e as obrigações com o serviço da dívida (juros e amortizações de empréstimos). Após o cumprimento destes compromissos, há ainda lugar à libertação de algum saldo para investimento e pagamento de outras despesas de capital. Em

média, em 2018, os municípios conseguiram libertar 21,7% das receitas certas para este tipo de operação e os serviços municipalizados 31,7%. No caso das associações de municípios, à exceção da AMISM, o saldo libertado é bastante mais reduzido (5,0%).

QUADRO 3.6 - Utilização das receitas certas 2018

CM - SM - AM	Receitas Certas (Rec proprias + Fundos OE) (1)	Despesas correntes (2)	Amortiz de empréstimos (3)	Saldo disponível para investim e out desp capital 1-2-3	% das receitas certas
VPT	5 541 323	4 409 928	275 790	855 605	15,4%
PDL	36 043 492	29 296 745	1 709 855	5 036 892	14,0%
RGR	18 452 532	10 980 240	909 583	6 562 708	35,6%
LAG	10 317 215	7 598 090	804 571	1 914 555	18,6%
VFC	8 432 306	5 949 744	1 558 546	924 016	11,0%
POV	6 590 685	4 741 194	517 260	1 332 231	20,2%
NRD	5 428 378	3 480 280	710 777	1 237 321	22,8%
AGH	18 292 694	11 397 498	1 398 160	5 497 035	30,1%
PVT	10 921 548	7 543 297	793 889	2 584 363	23,7%
SCG	4 013 590	3 061 834	163 518	788 237	19,6%
CAL	4 629 228	2 848 516	1 102 305	678 407	14,7%
VEL	5 707 722	3 442 626	438 906	1 826 191	32,0%
SRP	4 383 707	3 435 753	424 169	523 785	11,9%
LPC	5 301 561	3 345 985	827 624	1 127 952	21,3%
MAD	6 375 476	4 386 451	376 257	1 612 767	25,3%
HRT	10 352 964	7 422 880	529 607	2 400 476	23,2%
SCF	2 832 150	1 878 825	33 054	920 271	32,5%
LFL	3 195 663	2 577 390	128 994	489 279	15,3%
CRV	1 632 643	1 219 390	116 095	297 158	18,2%
Total CM	168 444 877	119 016 668	12 818 959	36 609 251	21,7%
SMPD	11 730 520	6 902 172	0	4 828 348	41,2%
SMAH	6 417 718	5 329 710	172 040	915 967	14,3%
Total SM	18 148 238	12 231 883	172 040	5 744 315	31,7%
AMRAA	2 583 967	2 499 186	0	84 782	3,3%
AMISM	243 465	96 710	88 023	58 732	24,1%
AMIP	261 361	250 967	0	10 394	4,0%
Total AM	3 088 794	2 846 863	88 023	153 907	5,0%

3.1.3 Fundos Comunitários

O Quadro 3.7 apresenta os valores das transferências de fundos comunitários, por município, no período 2009-2018. Tal como poderá ser observado, o valor máximo foi atingido no ano de 2009

(29,8 M€) e o mais baixo em 2016, com um valor de 1,7 M€. A média no período 2009-2018 foi de 17,2 M€.

Nos últimos três anos da análise - 2016, 2017 e 2018 – registaram-se os valores mais baixos do período.

QUADRO 3.7 - Evolução dos Fundos Comunitários

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
VPT	2 039 505	284 087	143 599	626 034	90 076	759 449	202 557	35 297	0	327 759	450 836
PDL	4 651 889	1 026 010	1 378 906	3 558 321	1 820 660	4 636 470	2 046 938	28 366	1 109 860	1 036 822	2 129 424
RGR	3 999 928	1 736 435	1 776 892	2 466 945	1 079 088	2 046 692	1 808 506	15 340	509 101	523 209	1 596 214
LAG	3 495 315	1 662 437	875 007	947 082	833 444	434 877	58 703	0	222 774	382 042	891 168
VFC	761 194	427 633	535 359	1 716 163	2 003 925	1 169 746	1 472 127	12 187	183 968	557 768	884 007
POV	41 469	1 106 343	1 259 393	183 142	3 939	966 753	204 188	0	89 331	77 859	393 242
NRD	1 490 220	1 256 088	362 486	1 163 440	770 849	1 983 861	31 768	0	0	287 598	734 631
AGH	1 065 845	3 144 019	3 759 762	2 031 401	1 974 710	1 642 720	3 877 953	621 426	260 038	1 984 970	2 036 284
PVT	2 552 314	6 171 817	1 042 465	650 666	792 000	124 531	577 740	29 782	940 335	575 321	1 345 697
SCG	490 382	962 232	1 195 755	1 708 390	907 311	1 216 158	0	81 260	0	881 191	744 268
CAL	509 378	156 741	0	0	0	622 353	1 113 268	92 630	112 299	336 953	294 362
VEL	1 058 455	947 285	526 873	504 604	340 077	505 931	698 556	470 438	751 756	1 468 429	727 240
SRP	1 104 349	1 217 797	1 480 021	223 184	282 762	198 660	516 131	0	0	119 320	514 223
LPC	406 687	2 139 736	91 252	272 675	2 734 907	1 272 490	254 682	14 678	2 605	75 686	726 540
MAD	2 856 548	482 856	546 543	164 244	865 664	1 884 883	663 948	116 540	77 302	883 850	854 238
HRT	2 791 794	1 204 091	770 913	577 224	1 470 165	2 952 832	1 226 060	131 452	859 191	664 831	1 264 855
SCF	192 728	1 117 655	623 406	232 343	700 571	1 614 631	379 170	35 827	424 647	208 025	552 900
LFL	250 000	1 759 147	149 522	703 480	2 004 626	1 602 633	71 558	52 407	11 938	57 366	666 268
CRV	14 987	66 586	1 579 304	764 679	835 603	91 364	129 469	6 400	295 732	186 221	397 034
Total	29 772 985	26 868 995	18 097 459	18 494 017	19 510 376	25 727 034	15 333 324	1 744 030	5 850 878	10 635 219	17 203 432

Valores mais baixos dos últimos 10 anos
Valores mais elevados dos últimos 10 anos

O Quadro 3.8 apresenta o valor médio das transferências totais de fundos recebidos, por município, nos últimos 10 anos, assim como a sua média por habitante. Das três tipologias de fundos recebidas – Fundos OE, Fundos UE e Transferências do Governo Regional – verifica-se que é a primeira a que tem o maior peso (81,1%), seguindo-se as transferências de Fundos Comunitários (14,6%) e as transferências do Governo Regional (4,2%). A análise município a município, permite perceber que este peso se altera, significativamente. Veja-se, por exemplo, o caso da Calheta em que o peso dos Fundos OE é superior à média cerca de 10 pp.

Quanto à média por habitante, é nos municípios mais pequenos e menos populosos como o Corvo (4,7 m.e.) e as Lajes das Flores (2,3 m.e.), que se registam os valores mais elevados, enquanto

municípios maiores, como Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo, apresentam valores na ordem dos 0,2 e 0,3 m.e., por habitante.

QUADRO 3.8 - Valor médio das principais transferências recebidas nos últimos 10 anos

Euros

CM	Fundos OE	%	Fundos UE	%	Fundos GR	%	Total de Fundos	Fundos OE por habitante	Fundos UE por habitante	Fundos GR por habitante	Fundos OE por Km2	Fundos UE por Km2	Fundos GR por Km2	Total de fundos por habitante
VPT	3 835 842	89,5	450 836	10,5	1 333	0,0	**4 288 011**	691	81	0	39 594	4 654	14	772
PDL	14 329 342	86,2	2 129 424	12,8	169 633	1,0	**16 628 400**	208	31	2	61 513	9 141	728	242
RGR	9 296 590	77,4	1 596 214	13,3	1 124 581	9,4	**12 017 385**	290	50	35	51 608	8 861	6 243	374
LAG	4 671 412	72,6	891 168	13,9	868 486	13,5	**6 431 066**	323	62	60	102 443	19 543	19 046	445
VFC	4 427 822	81,4	884 007	16,3	126 015	2,3	**5 437 844**	394	79	11	56 796	11 339	1 616	484
POV	4 128 131	89,6	393 242	8,5	85 024	1,8	**4 606 396**	652	62	13	38 795	3 696	799	728
NRD	4 341 731	84,8	734 631	14,3	43 712	0,9	**5 120 074**	879	149	9	42 793	7 241	431	1 037
AGH	9 943 045	81,0	2 036 284	16,6	290 657	2,4	**12 269 986**	281	58	8	41 602	8 520	1 216	347
PVT	6 799 925	74,6	1 345 697	14,8	972 050	10,7	**9 117 671**	323	64	46	42 165	8 344	6 027	433
SCG	2 832 503	77,1	744 268	20,3	98 427	2,7	**3 675 197**	645	169	22	46 696	12 270	1 623	837
CAL	3 418 409	91,9	294 362	7,9	6 483	0,2	**3 719 254**	906	78	2	27 074	2 331	51	986
VEL	3 952 199	83,4	727 240	15,3	61 418	1,3	**4 740 858**	732	135	11	33 669	6 195	523	878
SRP	3 127 372	81,0	514 223	13,3	220 455	5,7	**3 862 049**	923	152	65	21 968	3 612	1 549	1 140
LPC	3 920 061	76,7	726 540	14,2	461 371	9,0	**5 107 972**	832	154	98	25 240	4 678	2 971	1 084
MAD	4 168 076	81,9	854 238	16,8	69 767	1,4	**5 092 080**	689	141	12	28 330	5 806	474	842
HRT	5 573 559	80,6	1 264 855	18,3	72 760	1,1	**6 911 174**	372	84	5	32 207	7 309	420	461
SCF	2 365 351	80,8	552 900	18,9	7 742	0,3	**2 925 993**	1 033	242	3	33 355	7 797	109	1 278
LFL	2 682 647	76,3	666 268	18,9	169 151	4,8	**3 518 066**	1 784	443	112	38 297	9 512	2 415	2 339
CRV	1 509 343	73,8	397 034	19,4	139 100	6,8	**2 045 478**	3 510	923	323	88 191	23 199	8 128	4 757
RAA	95 323 359	81,1	17 203 432	14,6	4 988 165	4,2	117 514 956	386	70	20	41 054	7 409	2 148	476

3.1.4 Empréstimos

Como já visto anteriormente, no ano de 2018, o valor dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelos municípios aumentou, consideravelmente, face ao ano de 2017 (10,1 M€). Esta situação fica a dever-se, quase exclusivamente, a um empréstimo de saneamento financeiro contraído pelo município do Nordeste, precisamente, no valor de 10,1 M€. De facto, excluindo esse valor, o montante total de empréstimos contraídos desce para 3,5 M€, ou seja, um valor muito mais aproximado à média dos 4 anos anteriores, em que por imposição da Lei das Finanças Locais, publicada no ano de 2013, os municípios estão obrigados a cumprir critérios bastante mais rigorosos na contração de dívida. De facto, se observarmos o período 2009-2012, verificamos que a média dos empréstimos totais contraídos pelos municípios rondava os 21,2 M€, valor esse que decresceu para 4,0 M€, no período 2014-2017.

Analisando o Quadro 3.10, onde se apresenta a evolução do endividamento de curto, médio e longo prazo e endividamento total, constata-se que, para qualquer um dos casos, houve redução dos valores. De facto, e uma vez que o empréstimo contraído pelo município do Nordeste tinha um cariz

de saneamento financeiro, serviu para pagar dívida, isso explica que, no final, o endividamento dos municípios tenha até decrescido de um ano para o outro. Os gráficos 3.7 e 3.8 mostram, de forma clara, as linhas de tendência apresentadas pelas variáveis acima descritas, sendo que, no primeiro, se adiciona uma linha a tracejado que representa o valor total dos empréstimos dos municípios, expurgando o valor relativo ao município do Nordeste. Percebe-se, assim, que o comportamento na contração de empréstimos se mantém em linha com o dos últimos 4 anos.

QUADRO 3.9 – Evolução dos empréstimos contraídos – Total Municípios

Euros

Tipo de empréstimo	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Curto prazo	3 594 000	5 419 833	4 010 000	400 000	1 330 000	1 140 000	1 650 000	1 805 000	2 250 000	1 985 500	-11,8
Médio e longo prazo	23 144 594	14 436 526	17 480 882	16 334 461	11 773 508	1 761 987	1 455 001	2 538 094	3 376 584	13 525 850	300,6
Total - CM	26 738 594	19 856 359	21 490 882	16 734 461	13 103 508	2 901 987	3 105 001	4 343 094	5 626 584	15 511 350	175,7

QUADRO 3.10 – Evolução do endividamento municipal – Total Municípios

Euros

Tipo de dívida	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Empréstimos	160 445 401	160 495 028	156 786 511	151 520 018	147 550 604	134 284 331	124 214 840	120 012 886	110 279 201	106 100 823	-3,8
Outras dívidas	93 247 714	88 346 278	78 494 834	52 706 405	28 332 489	31 513 635	25 270 541	22 254 839	24 517 756	18 005 242	-26,6
Total - CM	253 693 115	248 841 306	235 281 345	204 226 423	175 883 094	165 797 966	149 485 380	142 267 725	134 796 957	124 106 066	-7,9

QUADRO 3.11 - Empréstimos de médio e longo prazo contraídos, por município, em 2018

	2018
VPT	0
PDL	0
RGR	1.997.597
LAG	0
VFC	0
POV	0
NRD	10.066.391
AGH	0
PVT	0
SCG	0
CAL	0
VEL	0
SRP	891.234
LPC	0
MAD	570.628
HRT	0
SCF	0
LFL	0
CRV	0
Total	13.525.850

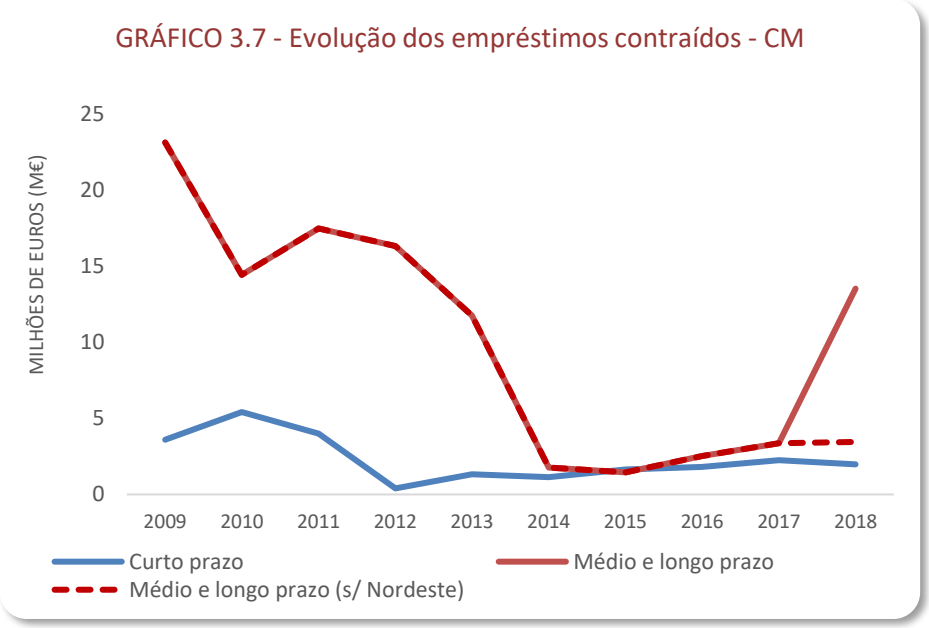


GRÁFICO 3.7 - Evolução dos empréstimos contraídos - CM
MILHÕES DE EUROS (M€)
25
20
15
10
5
0
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
Curto prazo
Médio e longo prazo
Médio e longo prazo (s/ Nordeste)

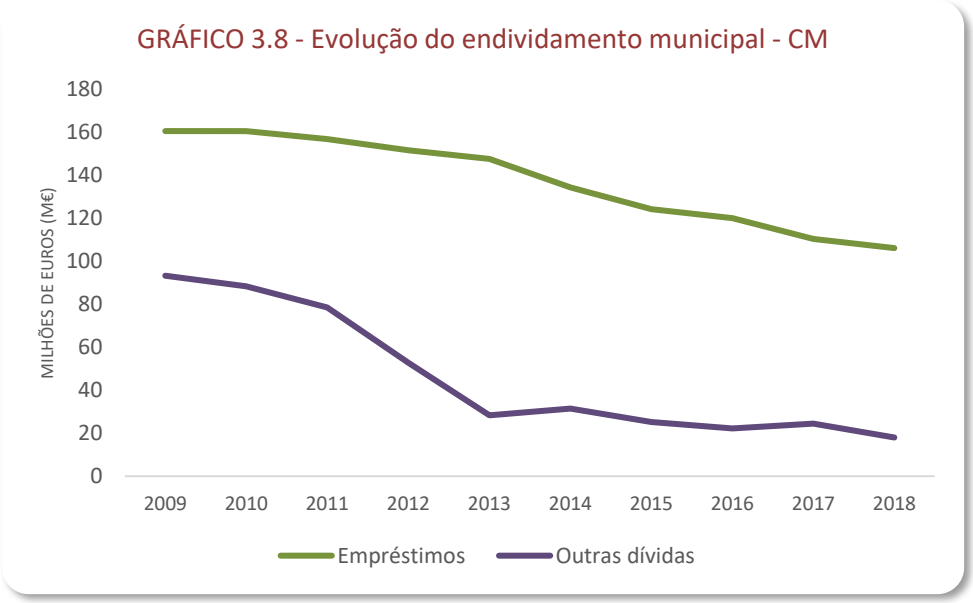


GRÁFICO 3.8 - Evolução do endividamento municipal - CM
MILHÕES DE EUROS (M€)
180
160
140
120
100
80
60
40
20
0
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
Empréstimos
Outras dívidas

3.2 Receitas correntes e receitas de capital

Outra forma de analisar as receitas tem a ver com o tipo de despesa que estas irão financiar, falando-se em receitas correntes quando estas se destinam, sobretudo, a assegurar o pagamento de despesas correntes, como as despesas de funcionamento, e em receitas de capital quando estas se destinam a financiar as despesas de capital, como é o caso das despesas de investimento realizadas pela autarquia. De acordo com a Lei, as receitas de capital apenas podem financiar despesas de capital.

No Quadro 3.11, apresenta-se a estrutura das receitas correntes dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, no ano 2018. Como é possível verificar, no caso dos municípios, quase dois terços das receitas correntes derivam de transferências correntes recebidas, onde se incluem as transferências de fundos (OE, UE e Governo Regional). A segunda fonte de receitas correntes prende-se com a cobrança de impostos e taxas (receitas próprias). No caso dos serviços municipalizados e associações de municípios, a principal origem das receitas é a venda de bens e serviços correntes onde se inclui, no caso dos serviços municipalizados, a venda e fornecimento de água.

As receitas correntes, apesar de terem como principal objetivo fazer face a despesas correntes, podem também ser usadas para financiar despesas de capital. Esta situação pode ocorrer mediante a utilização do saldo corrente liberto (receitas correntes – despesas correntes), que pode depois ser canalizado para pagamento de despesas de capital. Em 2018, o valor do saldo corrente dos municípios foi de 39,4 M€, o dos serviços municipalizados 5,9 M€ e o das associações de municípios 245 m.e.

QUADRO 3.11 - Estrutura das receitas correntes

Euros

Município	Transferências correntes	%	Impostos e taxas	%	Bens e serviços	%	Outras rec correntes	%	Total Receitas correntes	%	Despesas correntes	Saldo corrente
VPT	3 649 196	73,6%	703 114	14,2%	583 734	11,8%	19 908	0,4%	4 955 951	100%	4 409 928	546 023
PDL	14 109 360	40,3%	15 483 534	44,2%	3 445 356	9,8%	1 959 091	5,6%	34 997 340	100%	29 296 745	5 700 595
RGR	9 347 932	52,0%	4 092 048	22,8%	3 973 426	22,1%	571 635	3,2%	17 985 041	100%	10 980 240	7 004 801
LAG	4 472 812	45,3%	2 805 205	28,4%	2 518 727	25,5%	78 891	0,8%	9 875 636	100%	7 598 090	2 277 546
VFC	4 199 161	53,4%	2 411 932	30,7%	1 243 667	15,8%	2 500	0,0%	7 857 260	100%	5 949 744	1 907 515
POV	4 083 603	65,7%	1 177 619	18,9%	943 142	15,2%	14 502	0,2%	6 218 866	100%	4 741 194	1 477 672
NRD	4 094 955	81,8%	854 348	17,1%	46 210	0,9%	8 042	0,2%	5 003 554	100%	3 480 280	1 523 274
AGH	9 504 712	58,7%	5 514 472	34,1%	552 546	3,4%	615 199	3,8%	16 186 929	100%	11 397 498	4 789 431
PVT	6 795 122	66,4%	2 598 722	25,4%	322 828	3,2%	512 048	5,0%	10 228 719	100%	7 543 297	2 685 423
SCG	2 656 693	71,0%	711 109	19,0%	367 901	9,8%	7 663	0,2%	3 743 366	100%	3 061 834	681 532
CAL	3 217 009	75,2%	508 542	11,9%	392 409	9,2%	160 233	3,7%	4 278 194	100%	2 848 516	1 429 678
VEL	3 679 735	69,4%	595 404	11,2%	774 060	14,6%	251 850	4,8%	5 301 049	100%	3 442 626	1 858 423
SRP	2 946 833	72,2%	707 192	17,3%	429 911	10,5%	33	0,0%	4 083 969	100%	3 435 753	648 216
LPC	3 691 089	75,0%	653 820	13,3%	576 063	11,7%	2 550	0,1%	4 923 522	100%	3 345 985	1 577 537
MAD	4 034 231	67,4%	1 255 483	21,0%	699 898	11,7%	0	0,0%	5 989 613	100%	4 386 451	1 603 161
HRT	5 378 237	54,5%	2 874 119	29,1%	1 608 114	16,3%	2 859	0,0%	9 863 329	100%	7 422 880	2 440 449
SCF	2 223 811	85,3%	238 742	9,2%	27 736	1,1%	117 223	4,5%	2 607 511	100%	1 878 825	728 686
LFL	2 511 991	88,1%	166 493	5,8%	41 819	1,5%	130 032	4,6%	2 850 335	100%	2 577 390	272 945
CRV	1 432 772	95,5%	29 051	1,9%	15 513	1,0%	23 426	1,6%	1 500 762	100%	1 219 390	281 372
Total CM	92 029 250	58,1%	43 380 949	27,4%	18 563 062	11,7%	4 477 685	2,8%	158 450 946	100%	119 016 668	39 434 278
SMPD			8 560	0,1%	11 378 967	97,2%	320 796	2,7%	11 708 323	100%	6 902 172	4 806 151
SMAH			17 124	0,3%	6 345 126	98,9%	55 468	0,9%	6 417 718	100%	5 329 710	1 088 007
Total SM			25 684	0,1%	17 724 093	97,8%	376 264	2,1%	18 126 041	100%	12 231 883	5 894 158
AMRAA	22 208	0,9%			2 478 200	95,1%	105 767	4,1%	2 606 176	100%	2 499 186	106 990
AMISM					22 656	10,8%	187 269	89,2%	209 925	100%	96 710	113 215
AMIP	15 113	5,5%			258 001	93,3%	3 360	1,2%	276 474	100%	250 967	25 507
Total AM	37 321	1,2%			2 758 857	89,2%	296 396	9,6%	3 092 575	100%	2 846 863	245 712

No Quadro 3.12, apresentam-se as principais fontes de financiamento das despesas de capital dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, no ano de 2018. Analisando o quadro, verifica-se que, no caso dos municípios, uma parte substancial das despesas de capital é financiada, precisamente, pelo saldo corrente (39,1%) e pelo saldo da gerência anterior (22,2%) que, por lei, não pode ser utilizado para financiar despesas correntes. As outras parcelas das receitas de capital, que perfazem 39,3% do total, provêm das transferências de fundos (parte de capital), de empréstimos e de outras receitas de capital.

Pela análise individualizada de cada município, constatam-se realidades bastante distintas da média geral, como são os casos, por exemplo, das Lajes do Pico e Madalena, cujos pesos do saldo da gerência anterior são bastante reduzidos, 1,4% e 0,3%, respetivamente. Estes baixos valores são contrabalançados com maiores valores de saldo corrente, no caso das Lajes do Pico (76,1%), e de empréstimos (34,9%), no caso da Madalena.

Relativamente aos serviços municipalizados e associações de municípios, o saldo da gerência anterior é a principal fonte das receitas de capital.

QUADRO 3.12 - Fontes de financiamento das despesas de capital

CM	Saldo Inicial	%	Saldo Corrente	%	Fundos OE capital	%	Fundos UE capital	%	Fundos GR capital	%	Empréstimos	%	Outras rec capital	%	Total disponível	%
VPT	580 371	28,3%	546 023	26,6%	355 342	17,3%	327 759	16,0%					239 620	11,7%	**2 049 115**	100%
PDL	9 004 068	53,2%	5 700 595	33,7%	1 064 104	6,3%	1 008 581	6,0%	101 694	0,6%			52 247	0,3%	**16 931 289**	100%
RGR	1 367 944	11,4%	7 004 801	58,4%	828 907	6,9%	523 209	4,4%	138 101	1,2%	1 997 597	16,7%	130 895	1,1%	**11 991 454**	100%
LAG	287 955	7,9%	2 277 546	62,4%	420 665	11,5%	382 042	10,5%	225 886	6,2%			53 733	1,5%	**3 647 826**	100%
VFC	394 323	11,1%	1 907 515	53,7%	416 319	11,7%	557 768	15,7%	108 832	3,1%			169 832	4,8%	**3 554 588**	100%
POV	228 416	9,6%	1 477 672	62,2%	418 297	17,6%	77 859	3,3%	171 700	7,2%			3 412	0,1%	**2 377 355**	100%
NRD	931 134	7,0%	1 523 274	11,5%	433 207	3,3%	287 598	2,2%			10 066 391	76,0%	1 758	0,0%	**13 243 362**	100%
AGH	1 422 901	13,6%	4 789 431	45,7%	854 158	8,1%	1 960 472	18,7%	212 846	2,0%			1 247 645	11,9%	**10 487 454**	100%
PVT	123 951	2,1%	2 685 423	44,9%	610 554	10,2%	556 390	9,3%	608 856	10,2%	1 000 000	16,7%	391 502	6,6%	**5 976 675**	100%
SCG	449 336	19,5%	681 532	29,5%	278 645	12,1%	881 191	38,1%	19 269	0,8%			0	0,0%	**2 309 974**	100%
CAL	1 425 812	38,2%	1 429 678	38,3%	342 307	9,2%	336 953	9,0%					197 301	5,3%	**3 732 051**	100%
VEL	2 415 449	39,1%	1 858 423	30,1%	390 886	6,3%	1 468 429	23,8%	20 000	0,3%			27 312	0,4%	**6 180 499**	100%
SRP	490 984	20,0%	648 216	26,4%	309 373	12,6%	119 320	4,9%			891 234	36,2%			**2 459 128**	100%
LPC	30 000	1,4%	1 577 537	76,1%	388 565	18,8%	75 686	3,7%					0	0,0%	**2 071 788**	100%
MAD	14 304	0,3%	1 603 161	35,9%	373 175	8,4%	827 534	18,6%	3 891	0,1%	1 556 128	34,9%	82 496	1,8%	**4 460 688**	100%
HRT	1 216 008	25,1%	2 440 449	50,4%	501 851	10,4%	664 831	13,7%	2 500	0,1%			17 397	0,4%	**4 843 037**	100%
SCF	1 446 564	55,3%	728 686	27,8%	234 857	9,0%	208 025	7,9%							**2 618 133**	100%
LFL	72 914	9,6%	272 945	35,9%	272 970	35,9%	57 366	7,5%					83 653	11,0%	**759 847**	100%
CRV	483 358	39,9%	281 372	23,2%	154 267	12,7%	186 221	15,4%	86 942	7,2%			18 880	1,6%	**1 211 040**	100%
Total CM	22 385 791	22,2%	39 434 278	39,1%	8 648 449	8,6%	10 507 233	10,4%	1 700 517	1,7%	15 511 350	15,4%	2 717 683	2,7%	100 905 302	100%
SMPD	7 239 524	57,0%	4 806 151	37,8%									655 911	5,2%	**12 701 586**	100%
SMAH	2 148 098	49,0%	1 088 007	24,8%			1 149 747	26,2%							**4 385 853**	100%
Total SM	9 387 622	54,9%	5 894 158	34,5%			1 149 747	6,7%					655 911	3,8%	17 087 439	100%
AMRAA	153 527	58,9%	106 990	41,1%											**260 517**	100%
AMISM	128 560	43,9%	113 215	38,7%			17 525	6,0%					33 540	11,5%	**292 840**	100%
AMIP	4 132	13,9%	25 507	86,1%											**29 639**	100%
Total AM	286 219	49,1%	245 712	42,1%			17 525	3,0%					33 540	5,8%	582 996	100%

4. DESPESAS MUNICIPAIS

4.1 Estrutura e evolução das despesas

Em 2018, os municípios da RAA efetuaram despesas no valor global de 194,5 M€, tendo crescido 8,7%, face ao ano anterior. No entanto, este aumento não corresponde à realidade, pois na despesa total acima referida está incluído um valor de 10 M€ relativo à amortização de empréstimos de um município, que para o efeito contraiu um empréstimo de saneamento financeiro em valor semelhante. Sem esta despesa extraordinária, teríamos um aumento de cerca de 3% na despesa total dos municípios da RAA, face a uma receita que cresceu 10,1%, mas que em termos práticos cresceu 4,5%, se dela retirarmos o referido empréstimo.

QUADRO 4.1 – Despesas correntes e de capital

Euros

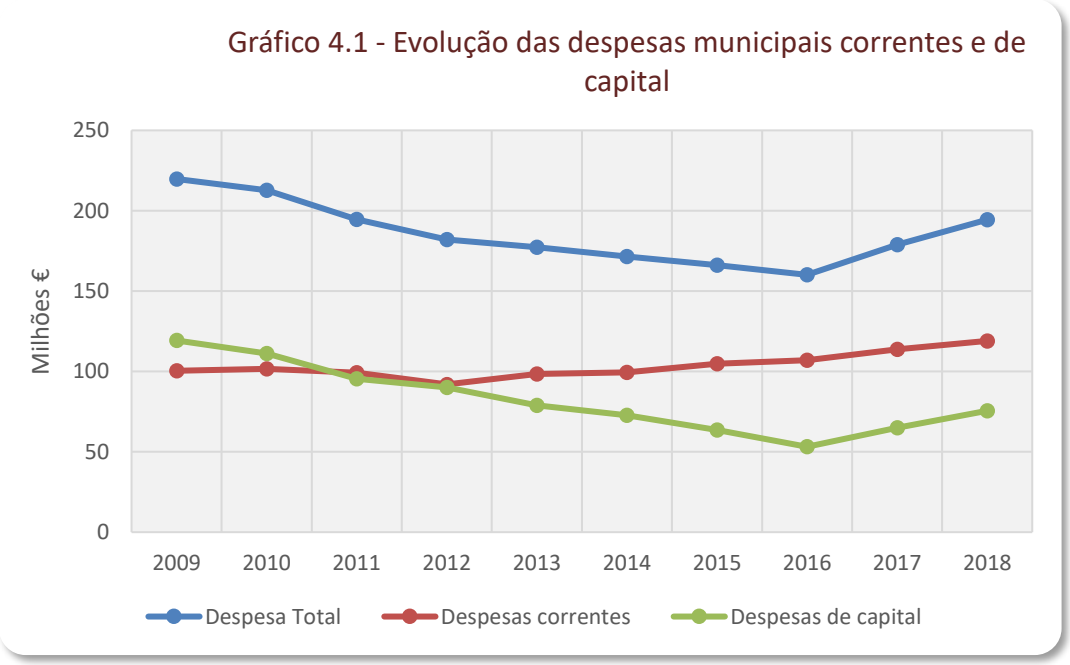
Municípios	Despesas correntes				Δ %	Despesas de capital				Δ %	Despesas totais				Δ %
	2017	%	2018	%		2017	%	2018	%		2017	%	2018	%	
VPT	4.425.024	3,9	4.409.928	3,7	-0,3	1.841.630	2,8	1.759.157	2,3	-4,5	6.266.654	3,5	6.169.085	3,2	-1,6
PDL	26.569.031	23,3	29.296.745	24,6	10,3	6.310.090	9,7	11.094.677	14,7	75,8	32.879.121	18,4	40.391.423	20,8	22,8
RGR	11.024.255	9,7	10.980.240	9,2	-0,4	8.014.205	12,3	9.827.493	13,0	22,6	19.038.460	10,6	20.807.733	10,7	9,3
LAG	7.023.919	6,2	7.598.090	6,4	8,2	3.660.223	5,6	3.217.797	4,3	-12,1	10.684.142	6,0	10.815.887	5,6	1,2
VFC	6.161.997	5,4	5.949.744	5,0	-3,4	3.153.575	4,9	2.742.738	3,6	-13,0	9.315.572	5,2	8.692.482	4,5	-6,7
POV	4.301.319	3,8	4.741.194	4,0	10,2	1.926.043	3,0	2.220.846	2,9	15,3	6.227.362	3,5	6.962.040	3,6	11,8
NRD	3.403.953	3,0	3.480.280	2,9	2,2	2.430.811	3,7	11.591.737	15,4	376,9	5.834.764	3,3	15.072.017	7,7	158,3
AGH	10.513.229	9,2	11.397.498	9,6	8,4	8.193.169	12,6	7.561.077	10,0	-7,7	18.706.398	10,5	18.958.575	9,7	1,3
PVT	7.519.316	6,6	7.543.297	6,3	0,3	6.881.663	10,6	5.876.631	7,8	-14,6	14.400.979	8,1	13.419.928	6,9	-6,8
SCG	2.988.260	2,6	3.061.834	2,6	2,5	1.828.853	2,8	2.040.103	2,7	11,6	4.817.113	2,7	5.101.937	2,6	5,9
CAL	2.620.574	2,3	2.848.516	2,4	8,7	2.452.279	3,8	1.949.011	2,6	-20,5	5.072.853	2,8	4.797.527	2,5	-5,4
VEL	3.542.023	3,1	3.442.626	2,9	-2,8	5.186.039	8,0	1.798.049	2,4	-65,3	8.728.061	4,9	5.240.675	2,7	-40,0
SRP	3.041.797	2,7	3.435.753	2,9	13,0	1.362.069	2,1	1.641.035	2,2	20,5	4.403.866	2,5	5.076.789	2,6	15,3
LPC	3.184.742	2,8	3.345.985	2,8	5,1	2.207.159	3,4	2.064.661	2,7	-6,5	5.391.901	3,0	5.410.647	2,8	0,3
MAD	4.698.737	4,1	4.386.451	3,7	-6,6	2.657.073	4,1	4.435.051	5,9	66,9	7.355.810	4,1	8.821.503	4,5	19,9
HRT	7.385.414	6,5	7.422.880	6,2	0,5	4.222.171	6,5	3.280.943	4,3	-22,3	11.607.585	6,5	10.703.823	5,5	-7,8
SCF	1.796.908	1,6	1.878.825	1,6	4,6	1.338.164	2,1	698.169	0,9	-47,8	3.135.072	1,8	2.576.994	1,3	-17,8
LFL	2.523.273	2,2	2.577.390	2,2	2,1	686.894	1,1	543.193	0,7	-20,9	3.210.168	1,8	3.120.582	1,6	-2,8
CRV	1.117.649	1,0	1.219.390	1,0	9,1	652.984	1,0	1.119.073	1,5	71,4	1.770.633	1,0	2.338.463	1,2	32,1
RAA	**113.841.419**	**100,0**	**119.016.668**	**100,0**	**4,5**	**65.005.095**	**100,0**	**75.461.441**	**100,0**	**16,1**	**178.846.514**	**100,0**	**194.478.109**	**100,0**	**8,7**

Observando o Quadro 4.1, verificamos comportamentos bastante díspares, com aumentos de 32,1% no Corvo e de 22,8% em Ponta Delgada, e diminuições de 40% nas Velas e de 17,8% em Santa Cruz das Flores. Isto, sem mencionar o caso específico do Nordeste. Ao todo 12 dos 19 municípios aumentaram as suas despesas.

Considerando primeiro a repartição das despesas pelos dois grandes grupos de despesas correntes e de capital, para depois analisarmos as grandes rubricas da despesa (pessoal, bens e serviços,

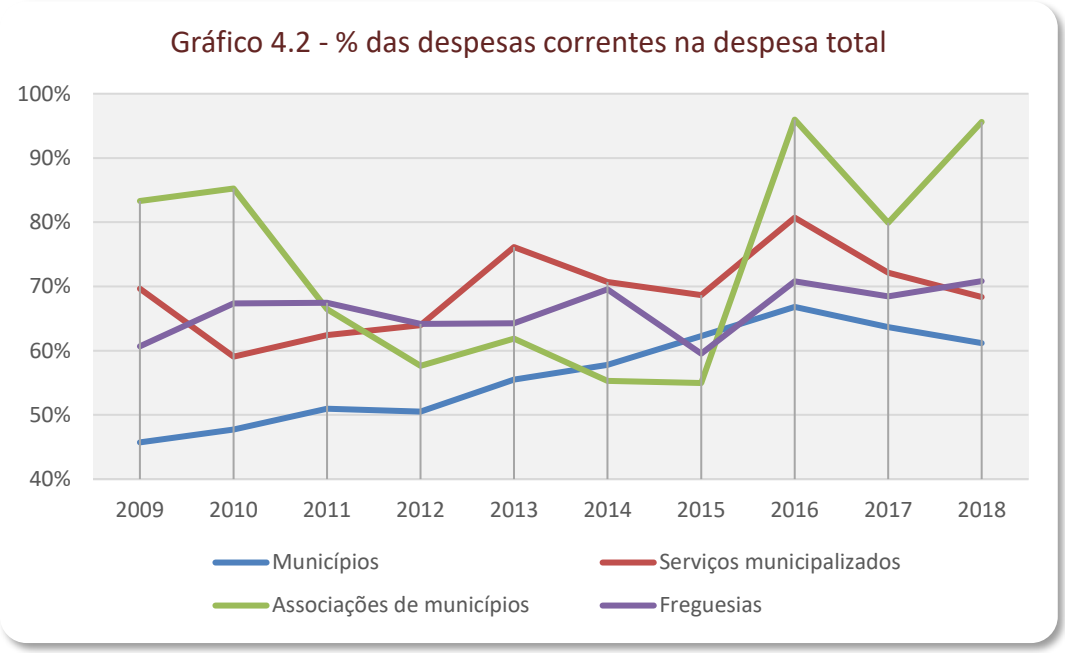
investimentos, transferências para outras entidades e amortizações e juros de empréstimos), apresentamos o Gráfico 4.1, que mostra a evolução das despesas totais e das suas grandes componentes - despesas correntes e de capital.

As despesas de capital aumentam pelo segundo ano consecutivo, depois de vários anos de declínio. No entanto, não fosse o caso do Nordeste, com uma despesa extraordinária de quase 10 M€, a despesa de capital de 2018 ficaria ao nível da verificada em 2017, para o total dos municípios, ao invés do aumento de 16% verificado.



Nas despesas correntes, o aumento global verificado foi de 4,5%, sendo de salientar as reduções de 6,6% no município da Madalena, de 3,4% em Vila Franca do Campo e de 2,8% nas Velas, bem como os aumentos de 13% em S. Roque do Pico, 10,3% em Ponta Delgada e 10,2% na Povoação.

Em 2018, as despesas correntes representaram 61% das despesas totais dos municípios, valor esse que é superado pelas outras entidades da administração local, serviços municipalizados, associações de municípios e freguesias. Pelo Gráfico 4.2, podemos ver que esta condição se repete nos anos anteriores, sendo que é nas associações de municípios que o peso das despesas correntes é mais elevado (96%). A passagem de investimentos das associações para as empresas municipais provocou uma diminuição destas despesas naquelas entidades, que entre 2009 e 2015 mostraram um valor médio de 1 M€ e no período 2016 - 2018 o investimento médio das associações ficou apenas pelos 32 m.e.



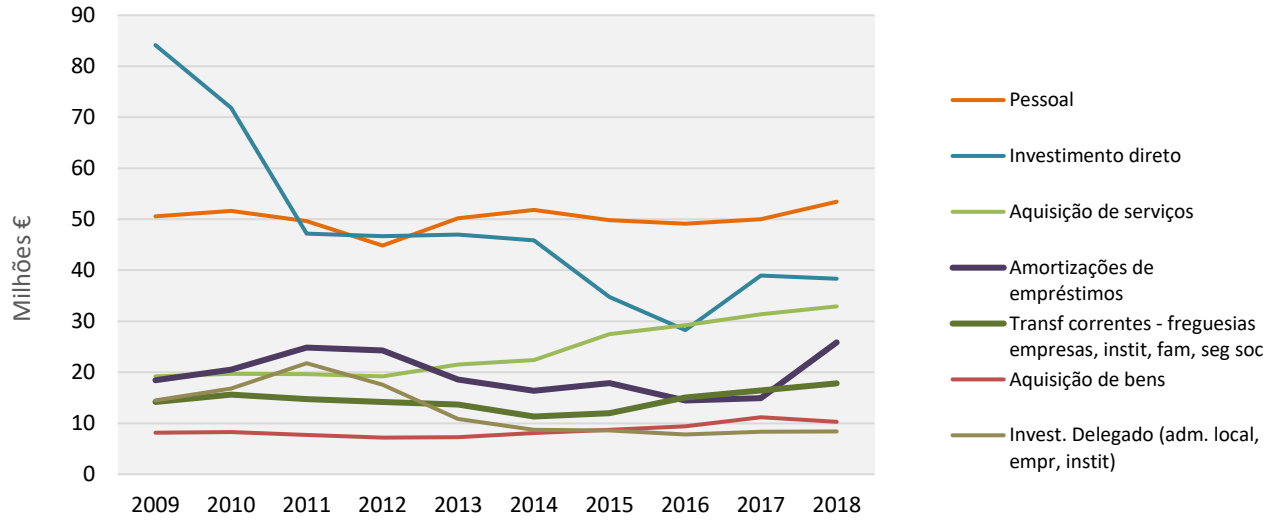
Considerando os municípios em particular, que movimentam cerca de 83% das verbas totais dos 4 grupos de entidades atrás referidas, o Gráfico 4.3 mostra-nos a evolução das principais rubricas da despesa municipal, nomeadamente, as despesas de pessoal, transferências, aquisições de bens e serviços e investimentos, seguindo-se uma análise às diversas rubricas da despesa.

Apesar de um ligeiro aumento em 2017, o investimento direto voltou a diminuir em 2018 (10%), apresentando um valor total de 38,3 M€, ficando ligeiramente acima da média dos 3 anos anteriores (37,3 M€) - no período 2009 - 2014 essa média foi de 57,1 M€.

Por outro lado, o investimento delegado em outras entidades (freguesias, empresas, instituições) reduziu 15,7%, situando-se em 8,4 M€, valor mais baixo dos últimos 10 anos, tendo atingido o valor máximo de 21,8 M€ em 2011. Todavia, se considerarmos o investimento total, direto e indireto, os valores mais elevados aparecem em 2009 (98,6 M€) e 2010 (88,7 M€).

Relativamente às restantes rubricas da despesa, verifica-se um aumento de 6,8% nas despesas de pessoal e um aumento de 5% na aquisição de serviços, mas na aquisição de bens a evolução é inversa, diminuindo 7,8%.

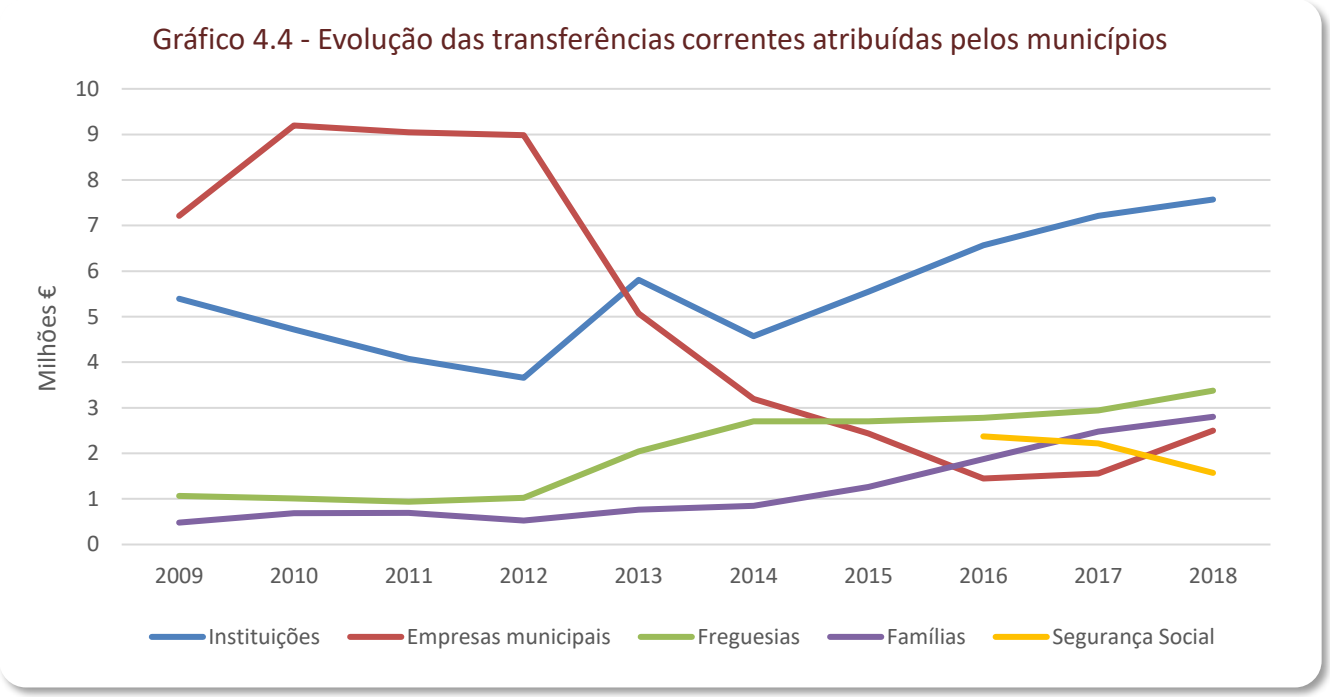
Gráfico 4.3 - Evolução das principais rubricas de despesa dos municípios



Todavia, é nas transferências correntes dos municípios para outras entidades (Gráfico 4.4) que se notam variações mais acentuadas. As transferências correntes para as empresas do setor local aumentaram 60,3%, e aumentaram 14,9% para as freguesias.

Salienta-se também o comportamento inverso das transferências para as famílias, que aumentaram 13% e as transferências para a segurança social, que diminuíram 29%. Os programas ocupacionais envolvem transferências para as famílias e para a segurança social, e o aumento de um deveria estar associado ao aumento do outro. No entanto, as transferências para as famílias incluem também

apoios de ordem social, a famílias carenciadas, podendo esse facto justificar a evolução verificada nestas despesas.



O Quadro 4.2 mostra as despesas globais, por grandes rubricas, realizadas no último triénio pelos 4 grupos de entidades autárquicas (municípios, associações, serviços municipalizados e freguesias).

As freguesias, sendo tratadas em capítulo próprio, são aqui incluídas, possibilitando desde já uma visão integrada de todas as entidades do setor público autárquico. Nos quadros 4.3 e 4.4 são apresentadas apenas as despesas municipais, mas desagregadas por município e por natureza de despesa - corrente e de capital.

QUADRO 4.2 – Evolução e estrutura das principais rubricas da despesa

	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores (€)	%	valores (€)	%		valores (€)	%	
Municípios	160.120.904	*100,0%*	178.846.514	*100,0%*	**11,7**	194.478.109	*100,0%*	**8,7**
Pessoal	49.099.704	*30,7%*	50.036.587	*28,0%*	1,9	53.434.515	*27,5%*	6,8
Aquisição de bens	9.411.106	*5,9%*	11.177.122	*6,2%*	18,8	10.308.333	*5,3%*	-7,8
Aquisição de serviços	29.227.583	*18,3%*	31.343.613	*17,5%*	7,2	32.917.903	*16,9%*	5,0
Juros de empréstimos	2.128.138	*1,3%*	2.208.476	*1,2%*	3,8	1.954.040	*1,0%*	-11,5
Amortizações de empréstimos	14.466.165	*9,0%*	14.917.751	*8,3%*	3,1	25.855.850	*13,3%*	73,3
Investimento direto	28.267.050	*17,7%*	38.961.636	*21,8%*	37,8	38.345.621	*19,7%*	-1,6
Investimento delegado (adm local, empresas, inst.)	7.804.608	*4,9%*	8.332.363	*4,7%*	6,8	8.375.273	*4,3%*	0,5
Transferênc corr p/ instituições s/ fins lucrativos	6.566.426	*4,1%*	7.212.544	*4,0%*	9,8	7.571.220	*3,9%*	5,0
Transferênc corr e subsíd p/empresas	1.448.010	*0,9%*	1.559.864	*0,9%*	7,7	2.500.573	*1,3%*	60,3
Transferênc corr freguesias	2.781.863	*1,7%*	2.938.725	*1,6%*	5,6	3.376.774	*1,7%*	14,9
Transferênc corr famílias	1.871.867	*1,2%*	2.481.161	*1,4%*	32,6	2.803.129	*1,4%*	13,0
Transferênc corr segurança social	2.373.322	*1,5%*	2.215.971	*1,2%*	-6,6	1.571.569	*0,8%*	-29,1
Outras Transferências	283.977	*0,2%*	540.678	*0,3%*	90,4	523.843	*0,3%*	-3,1
Outras Despesas	4.391.087	*2,7%*	4.920.024	*2,8%*	12,0	4.939.465	*2,5%*	0,4
Serviços municipalizados	14.971.174	*100,0%*	16.257.166	*100,0%*	**8,6**	17.894.440	*100,0%*	**10,1**
Pessoal	6.687.893	*44,7%*	6.531.164	*40,2%*	-2,3	6.508.982	*36,4%*	-0,3
Aquisição de bens	1.070.673	*7,2%*	1.298.926	*8,0%*	21,3	1.366.861	*7,6%*	5,2
Aquisição de serviços	2.355.508	*15,7%*	2.428.850	*14,9%*	3,1	2.544.804	*14,2%*	4,8
Juros de empréstimos	20.296	*0,1%*	9.703	*0,1%*	-52,2	8.094	*0,0%*	-16,6
Amortizações de empréstimos	223.141	*1,5%*	170.612	*1,0%*	-23,5	172.040	*1,0%*	0,8
Investimento direto	2.665.367	*17,8%*	4.362.830	*26,8%*	63,7	5.490.517	*30,7%*	25,8
Transferênc cap p/ instituições s/ fins lucrativos	4.000	*0,0%*	4.000	*0,0%*	0,0	4.000	*0,0%*	0,0
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	1.374.851	*9,2%*	927.350	*5,7%*	-32,5	1.230.348	*6,9%*	32,7
Outras Despesas	569.445	*3,8%*	523.732	*3,2%*	-8,0	568.795	*3,2%*	8,6
Associações de municípios	2.548.767	*100,0%*	3.367.984	*100,0%*	**32,1**	2.978.189	*100,0%*	**-11,6**
Pessoal	186.832	*7,3%*	202.954	*6,0%*	8,6	206.374	*6,9%*	1,7
Aquisição de bens	102.395	*4,0%*	135.012	*4,0%*	31,9	140.449	*4,7%*	4,0
Aquisição de serviços	761.630	*29,9%*	960.894	*28,5%*	26,2	888.684	*29,8%*	-7,5
Juros de empréstimos	373	*0,0%*	0	*0,0%*	-100,0	0	*0,0%*	0,0
Amortizações de empréstimos	88.023	*3,5%*	88.023	*2,6%*	0,0	88.023	*3,0%*	0,0
Investimento direto	14.626	*0,6%*	38.756	*1,2%*	165,0	43.302	*1,5%*	11,7
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	5.300	*0,2%*	5.000	*0,1%*	-5,7	0	*0,0%*	-100,0
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	7.245	*0,3%*	47.384	*1,4%*	554,0	32.041	*1,1%*	-32,4
Outras Despesas	1.382.342	*54,2%*	1.889.960	*56,1%*	36,7	1.579.315	*53,0%*	-16,4
CM + AM + SM	**177.640.845**		**198.471.664**		**11,7**	**215.350.737**		**8,5**

Freguesias	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores (€)	%	valores (€)	%		valores (€)	%	
	16.013.646	*100,0%*	**17.032.383**	*100,0%*	6,4	**16.091.431**	*100,0%*	-5,5
Pessoal	4.459.850	*27,9%*	4.379.024	*25,7%*	-1,8	4.314.976	*26,8%*	-1,5
Aquisição de bens	1.967.487	*12,3%*	2.205.563	*12,9%*	12,1	2.008.187	*12,5%*	-8,9
Aquisição de serviços	3.136.823	*19,6%*	3.228.031	*19,0%*	2,9	3.269.621	*20,3%*	1,3
Juros de empréstimos	7.007	*0,0%*	4.830	*0,0%*	-31,1	4.450	*0,0%*	-7,9
Amortizações de empréstimos	3.627	*0,0%*	60.990	*0,4%*	1581,5	75.000	*0,5%*	23,0
Investimento direto	4.623.294	*28,9%*	5.223.857	*30,7%*	13,0	4.509.957	*28,0%*	-13,7
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	642.870	*4,0%*	654.352	*3,8%*	1,8	592.261	*3,7%*	-9,5
Transferênc corr famílias	180.476	*1,1%*	453.571	*2,7%*	151,3	404.676	*2,5%*	-10,8
Transferênc corr segurança social	734.666	*4,6%*	602.373	*3,5%*	-18,0	576.686	*3,6%*	-4,3
Outras Despesas	257.546	*1,6%*	219.793	*1,3%*	-14,7	335.618	*2,1%*	52,7

QUADRO 4.3 - Despesas correntes - 2018

CM	Pessoal	%	Bens	%	Serviços	%	Juros MLP	%	Trf corr p/ Instit s/ fins lucrativ	%	Transf corr e subsid SEL	%	Transf corr Freguesias	%	Transf corr Famílias	%	Transf corr Seg Social	%	Outras despesas correntes	%	Total Despesas Correntes
VPT	2.156.736	48,9	526.255	11,9	1.112.371	25,2	220.345	5,0	257.607	5,8					107.054	2,4	4.331	0,1	25.229	0,6	4.409.928
PDL	13.143.671	44,9	3.306.268	11,3	7.509.969	25,6	63.155	0,2	1.120.404	3,8	1.284.477	4,4	1.897.886	6,5	240.724	0,8	75.941	0,3	654.251	2,2	29.296.745
RGR	5.017.297	45,7	432.994	3,9	4.719.348	43,0	100.910	0,9	73.913	0,7	3.172	0,0	70.000	0,6	233.745	2,1	53.974	0,5	274.889	2,5	10.980.240
LAG	2.874.380	37,8	566.387	7,5	2.930.338	38,6	62.277	0,8	437.094	5,8	3.172	0,0	172.199	2,3	261.637	3,4	122.311	1,6	168.293	2,2	7.598.090
VFC	2.611.372	43,9	410.621	6,9	1.666.149	28,0	651.051	10,9	203.886	3,4			59.301	1,0	128.640	2,2	16.357	0,3	202.369	3,4	5.949.744
POV	2.303.505	48,6	196.131	4,1	772.129	16,3	7.918	0,2	481.959	10,2			84.000	1,8	476.268	10,0	194.419	4,1	224.865	4,7	4.741.194
NRD	1.322.762	38,0	288.237	8,3	781.434	22,5	254.621	7,3	125.628	3,6	129.823	3,7	119.618	3,4	157.749	4,5	134.554	3,9	165.854	4,8	3.480.280
AGH	4.901.188	43,0	703.841	6,2	2.922.626	25,6	47.867	0,4	1.427.617	12,5	560.627	4,9	285.328	2,5	429.173	3,8			119.230	1,0	11.397.498
PVT	3.523.592	46,7	402.259	5,3	1.453.721	19,3	77.645	1,0	1.342.153	17,8	234.301	3,1	56.917	0,8	43.901	0,6	307.787	4,1	101.020	1,3	7.543.297
SCG	1.282.279	41,9	635.363	20,8	419.554	13,7	22.219	0,7	453.740	14,8			134.000	4,4	47.776	1,6	41.530	1,4	25.372	0,8	3.061.834
CAL	1.766.251	62,0	229.142	8,0	722.628	25,4	36.586	1,3	19.383	0,7			40.000	1,4	12.543	0,4			21.984	0,8	2.848.516
VEL	1.548.813	45,0	457.900	13,3	705.969	20,5	55.211	1,6					225.000	6,5	12.770	0,4	13.841	0,4	423.123	12,3	3.442.626
SRP	1.143.022	33,3	347.495	10,1	793.451	23,1	114.717	3,3	842.079	24,5			58.278	1,7	18.116	0,5	81.934	2,4	36.661	1,1	3.435.753
LPC	1.814.799	54,2	307.942	9,2	826.460	24,7	73.938	2,2	15.873	0,5			56.948	1,7	110.920	3,3	103.879	3,1	35.226	1,1	3.345.985
MAD	2.127.078	48,5	158.062	3,6	1.514.139	34,5	30.778	0,7	114.240	2,6	15.000	0,3	44.949	1,0	197.522	4,5	80.521	1,8	104.164	2,4	4.386.451
HRT	2.987.820	40,3	484.409	6,5	2.823.656	38,0	27.405	0,4	393.979	5,3	270.000	3,6	72.350	1,0	59.750	0,8	214.125	2,9	89.387	1,2	7.422.880
SCF	945.102	50,3	298.781	15,9	350.636	18,7	2.185	0,1	144.848	7,7					78.285	4,2	53.594	2,9	5.394	0,3	1.878.825
LFL	1.347.920	52,3	427.412	16,6	454.954	17,7	223	0,0	95.108	3,7					182.728	7,1	64.266	2,5	4.778	0,2	2.577.390
CRV	616.925	50,6	128.835	10,6	438.373	36,0	725	0,1	21.711	1,8					3.830	0,3	8.206	0,7	785	0,1	1.219.390
CM	53.434.515	44,9	10.308.333	8,7	32.917.903	27,7	1.849.778	1,6	7.571.220	6,4	2.500.573	2,1	3.376.774	2,8	2.803.129	2,4	1.571.569	1,3	2.682.874	2,3	119.016.668

QUADRO 4.4 - Despesas de capital - 2018

CM	Investim Direto	%	Investim Delegado	%	Amortiz MLP	%	Amortiz CP	%	Outras despesas capital	%	Total Despesas Capital
VPT	953.610	54,2	496.483	28,2	275.790	15,7			33.274	1,9	1.759.157
PDL	8.676.040	78,2	508.963	4,6	1.709.855	15,4			199.820	1,8	11.094.677
RGR	6.140.769	62,5	1.613.404	16,4	909.583	9,3			1.163.736	11,8	9.827.493
LAG	1.880.611	58,4	138.888	4,3	804.571	25,0			393.727	12,2	3.217.797
VFC	1.140.566	41,6			1.558.546	56,8			43.626	1,6	2.742.738
POV	1.114.443	50,2	111.410	5,0	517.260	23,3			477.734	21,5	2.220.846
NRD	755.590	6,5			10.777.168	93,0			58.979	0,5	11.591.737
AGH	4.667.688	61,7	1.385.531	18,3	1.398.160	18,5			109.697	1,5	7.561.077
PVT	1.796.722	30,6	2.217.417	37,7	793.889	13,5	1.000.000	17,0	68.603	1,2	5.876.631
SCG	1.850.554	90,7			163.518	8,0			26.030	1,3	2.040.103
CAL	809.510	41,5	8.873	0,5	1.102.305	56,6			28.323	1,5	1.949.011
VEL	1.326.087	73,8			438.906	24,4			33.056	1,8	1.798.049
SRP	828.211	50,5	361.598	22,0	424.169	25,8			27.058	1,6	1.641.035
LPC	600.225	29,1	569.372	27,6	827.624	40,1			67.441	3,3	2.064.661
MAD	1.932.396	43,6	111.132	2,5	376.257	8,5	1.970.500	44,4	44.766	1,0	4.435.051
HRT	2.005.157	61,1	688.319	21,0	529.607	16,1			57.859	1,8	3.280.943
SCF	557.184	79,8	89.000	12,7	33.054	4,7			18.932	2,7	698.169
LFL	332.379	61,2	60.924	11,2	128.994	23,7			20.895	3,8	543.193
CRV	977.877	87,4	13.960	1,2	116.095	10,4			11.141	1,0	1.119.073
CM	38.345.621	50,8	8.375.273	11,1	22.885.350	30,3	2.970.500	3,9	2.884.697	3,8	75.461.441

Despesas correntes

4.2 Despesas de pessoal

As despesas dos municípios com pessoal somaram 53,4 M€ em 2018, aumentando 6,8%. O peso relativo destas despesas no total das despesas correntes era de 45% em 2018, semelhante aos 44% verificados em 2017. Na última década, este valor variou entre 52% em 2014 e 44% em 2017.

Nas associações de municípios esta percentagem é de apenas 7%, mas nos serviços municipalizados o valor fica nos 53% e mesmo assim este rácio é o mais baixo dos últimos 10 anos, sendo de 66% em 2009.

QUADRO 4.5 – Evolução das despesas de pessoal

Euros

Municípios	2016		2017		Δ %	2018		Δ %	% na desp corr da CM	% na receita corr da CM
	valores	%	valores	%		valores	%			
VPT	1.778.776	3,6	1.883.691	3,8	5,9	2.156.736	4,0	14,5	48,9	43,5
PDL	11.410.512	23,2	11.730.610	23,4	2,8	13.143.671	24,6	12,0	44,9	37,6
RGR	5.146.873	10,5	4.845.310	9,7	-5,9	5.017.297	9,4	3,5	45,7	27,9
LAG	2.582.601	5,3	2.630.824	5,3	1,9	2.874.380	5,4	9,3	37,8	29,1
VFC	2.318.730	4,7	2.497.194	5,0	7,7	2.611.372	4,9	4,6	43,9	33,2
POV	2.247.185	4,6	2.334.985	4,7	3,9	2.303.505	4,3	-1,3	48,6	37,0
NRD	1.351.345	2,8	1.314.054	2,6	-2,8	1.322.762	2,5	0,7	38,0	26,4
AGH	4.494.549	9,2	4.527.517	9,0	0,7	4.901.188	9,2	8,3	43,0	30,3
PVT	3.258.932	6,6	3.445.764	6,9	5,7	3.523.592	6,6	2,3	46,7	34,4
SCG	1.112.886	2,3	1.221.339	2,4	9,7	1.282.279	2,4	5,0	41,9	34,3
CAL	1.627.711	3,3	1.643.334	3,3	1,0	1.766.251	3,3	7,5	62,0	41,3
VEL	1.523.132	3,1	1.526.073	3,0	0,2	1.548.813	2,9	1,5	45,0	29,2
SRP	1.075.474	2,2	1.091.061	2,2	1,4	1.143.022	2,1	4,8	33,3	28,0
LPC	1.617.461	3,3	1.632.927	3,3	1,0	1.814.799	3,4	11,1	54,2	36,9
MAD	2.146.826	4,4	2.048.111	4,1	-4,6	2.127.078	4,0	3,9	48,5	35,5
HRT	3.006.529	6,1	2.987.498	6,0	-0,6	2.987.820	5,6	0,0	40,3	30,3
SCF	948.177	1,9	946.665	1,9	-0,2	945.102	1,8	-0,2	50,3	36,2
LFL	963.737	2,0	1.172.106	2,3	21,6	1.347.920	2,5	15,0	52,3	47,3
CRV	488.269	1,0	557.521	1,1	14,2	616.925	1,2	10,7	50,6	41,1
RAA	49.099.704	100,0	50.036.587	100,0	1,9	53.434.515	100,0	6,8	44,9	33,7

Como se pode observar na penúltima coluna do Quadro 4.5, o peso relativo das despesas de pessoal nas restantes despesas correntes varia entre os 33,3% no Município de S. Roque do Pico e os 62%

na Calheta. O peso relativo das despesas de pessoal, ou de qualquer outra despesa depende do peso relativo das outras despesas correntes (bens e serviços, transferências correntes, juros). No Quadro 4.2, que mostra valores e percentagens das principais despesas correntes, é possível verificar isso.

Por exemplo, no caso do município de S. Roque do Pico, o peso mais baixo das suas despesas de pessoal resulta em parte das transferências correntes para as empresas municipais, que com um peso relativo de 24,5% ocupam o 1º lugar neste rácio, seguido da Praia da Vitória com 17,8%.

Tendo esse aspeto em conta, faz sentido analisar o peso das despesas de pessoal nas receitas correntes, pois ambas apresentam um comportamento mais homogéneo, ao contrário das transferências, na receita e na despesa.

Assim, na última coluna do Quadro 4.5 podemos ver a parcela das receitas correntes absorvida pelas despesas de pessoal e comparar esse rácio entre os municípios.

Em termos globais, cerca de 1/3 das receitas correntes (33,7%) é utilizada em despesas de pessoal, um valor mais baixo quando comparado com os 45% que estas despesas ocupam nas despesas correntes. Os valores mais elevados (superiores a 40%) deste rácio aparecem em municípios de menor dimensão - Lajes das Flores (47,3%), Calheta (41,3%) e Corvo (41,1%), enquanto que os valores mais baixos surgem nos municípios do Nordeste (26,4%), Ribeira Grande (27,9%) e S. Roque do Pico (28,0%). Ponta Delgada apresenta um rácio de 37,6% e Angra do Heroísmo 30,3%.

O Quadro 4.5, apesar de mostrar a importância relativa das despesas de pessoal, quando comparada com outras despesas, é um quadro de natureza evolutiva, pois mostra os valores da despesas de pessoal nos últimos 3 anos e respetivas variações anuais. Nesse aspeto, é de referir que o aumento de 6,8% no total destas despesas em 2018, diverge muito entre os municípios, verificando-se mesmo uma redução nos casos da Povoação (-1,3%) e Santa Cruz das Flores (-0,2%) e aumentos de 15% em Lajes das Flores e de 14,5% em Vila do Porto.

Por outro lado, o Quadro 4.6 mostra o número de trabalhadores de cada município nos últimos 3 anos, permitindo comparar a evolução do número de trabalhadores com a evolução nas despesas de pessoal. O aumento do número de trabalhadores nos municípios foi de 13% (314 efetivos), o que

à partida pressupunha um aumento superior aos 6,8% verificado nas despesas totais de pessoal. No entanto, o Quadro apresenta o número de trabalhadores no final do ano, não se sabendo em que fase do ano entraram os novos. Destaca-se aqui o município de Ponta Delgada, com um aumento de 184 trabalhadores (33,2%). As despesas de pessoal deste município aumentaram 12%.

QUADRO 4.6 – Recursos Humanos

Municípios	Trabalhadores			Variação absoluta	Δ %
	2016	2017	2018		
VPT	88	87	99	12	13,8
PDL	561	555	739	184	33,2
RGR	241	241	245	4	1,7
LAG	134	134	143	9	6,7
VFC	92	93	106	13	14,0
POV	95	93	92	-1	-1,1
NRD	73	71	72	1	1,4
AGH	220	224	239	15	6,7
PVT	164	160	165	5	3,1
SCG	55	65	66	1	1,5
CAL	99	93	99	6	6,5
VEL	79	75	93	18	24,0
SRP	49	48	51	3	6,3
LPC	85	84	113	29	34,5
MAD	99	98	96	-2	-2,0
HRT	157	153	154	1	0,7
SCF	50	48	48	0	0,0
LFL	46	65	76	11	16,9
CRV	26	33	38	5	15,2
RAA	**2.413**	**2420**	**2734**	**314**	**13,0**
SMPD	230	220	238	18	8,2
SMAH	166	146	134	-12	-8,2

No caso dos serviços municipalizados é curioso verificar que a variação do número de efetivos foi igual em percentagem (8,2%), mas os SMPD aumentaram e os SMAH diminuíram.

São também de assinalar os aumentos verificados nos municípios de Lajes do Pico (34,5%), Velas (24%), Lajes das Flores (16,9%) e Corvo (15,2%). Em alguns casos o aumento deve-se à extinção de empresas do setor empresarial local e a integração dos trabalhadores das empresas nos municípios, uma vez que estes passaram a desempenhar as funções, ou parte delas, que estavam a cargo das empresas municipais.

O Quadro 4.7 mostra os valores e estrutura dos 3 grandes capítulos da despesa de pessoal - as remunerações, certas e variáveis, e a segurança social.

QUADRO 4.7 – Estrutura global das despesas de pessoal

Euros

Despesas de Pessoal	2016	%	2017	%	2018	%	Δ %
Remunerações certas e perman	36.874.139	75,1	37.386.893	74,7	39.771.514	74,4	6,4
Abonos variáveis e eventuais	1.956.126	4,0	1.983.253	4,0	2.242.420	4,2	13,1
Segurança Social	10.269.439	20,9	10.666.442	21,3	11.420.580	21,4	7,1
Total	**49.099.704**	100,0	**50.036.587**	100,0	**53.434.515**	100,0	**6,8**

As 3 grandes rubricas da despesa de pessoal não mudaram muito no último triénio, no que respeita ao seu peso percentual, com as remunerações certas a ocuparem uma percentagem média de 74,8%, aos abonos variáveis 4% e a segurança social 21,2%.

No Quadro 4.8 podemos ver valores e percentagens destes grupos de despesa por município, no ano de 2018. É nos abonos variáveis e eventuais que se notam maiores diferenças entre os municípios, aliás pela própria natureza destas despesas. O seu peso varia entre 1,6% em Angra do Heroísmo e 1,7% na Horta e 6,6% na Lagoa e 6,7% em Vila do Porto.

Nas remunerações certas, o rácio varia entre 71% (Vila do Porto e Lagoa) e 77,5% (Horta).

Por seu turno, as despesas com a segurança social apresentam um peso relativo mais baixo nas Velas e Madalena (19,8%) e mais elevado em Santa Cruz da Graciosa (22,6%).

QUADRO 4.8 – Estrutura das despesas de pessoal - 2018

Euros

Municípios	Remunerações certas e perman	%	Abonos variáveis e eventuais	%	Segurança Social	%	Total
VPT	1.530.486	71,0	144.909	6,7	481.342	22,3	2.156.736
PDL	9.818.866	74,7	530.761	4,0	2.794.044	21,3	13.143.671
RGR	3.662.588	73,0	280.238	5,6	1.074.471	21,4	5.017.297
LAG	2.042.103	71,0	189.546	6,6	642.731	22,4	2.874.380
VFC	1.941.377	74,3	105.181	4,0	564.814	21,6	2.611.372
POV	1.655.757	71,9	83.258	3,6	564.490	24,5	2.303.505
NRD	971.521	73,4	62.138	4,7	289.103	21,9	1.322.762
AGH	3.777.702	77,1	78.168	1,6	1.045.317	21,3	4.901.188
PVT	2.688.167	76,3	117.471	3,3	717.954	20,4	3.523.592
SCG	915.336	71,4	77.184	6,0	289.760	22,6	1.282.279
CAL	1.311.178	74,2	79.206	4,5	375.867	21,3	1.766.251
VEL	1.177.925	76,1	64.463	4,2	306.425	19,8	1.548.813
SRP	873.707	76,4	51.821	4,5	217.494	19,0	1.143.022
LPC	1.358.713	74,9	74.329	4,1	381.758	21,0	1.814.799
MAD	1.610.258	75,7	95.583	4,5	421.237	19,8	2.127.078
HRT	2.314.756	77,5	50.511	1,7	622.553	20,8	2.987.820
SCF	701.936	74,3	44.381	4,7	198.786	21,0	945.102
LFL	972.573	72,2	74.095	5,5	301.252	22,3	1.347.920
CRV	446.567	72,4	39.176	6,4	131.182	21,3	616.925
RAA	**39.771.514**	**74,4**	**2.242.420**	**4,2**	**11.420.580**	**21,4**	**53.434.515**

A rubrica "Outros abonos" na sua quase totalidade constituída pela remuneração complementar, ocupa 38,9% dos abonos variáveis, seguida das horas extraordinárias, com 28,5% e as senhas de presença (14,8%) - ver Quadro 4.9.

QUADRO 4.9 – Principais abonos variáveis ou eventuais

Euros

Principais abonos variáveis ou eventuais	2016	2017	2018	%	Δ %
Horas extraordinárias	436.957	488.412	611.721	28,5%	25,2
Ajudas de custo	93.876	92.477	102.714	4,8%	11,1
Abono para falhas	54.353	54.930	58.840	2,7%	7,1
Subsídios de fixação, residência e alojamento	111.424	108.775	107.196	5,0%	-1,5
Subsídio de trabalho nocturno	44.723	47.495	47.438	2,2%	-0,1
Subsídio de turno	70.339	69.197	68.929	3,2%	-0,4
Senhas de Presença	307.248	248.527	317.472	14,8%	27,7
Outros abonos (remuneração complementar)	837.207	873.439	835.304	38,9%	-4,4
Total	**1.956.126**	**1.983.253**	**2.149.613**	**100,0%**	**8,4**

O Quadro 4.10, último desta série dedicada às despesas de pessoal, é dedicado especificamente às remunerações (certas e variáveis), mostrando valores e percentagens dos municípios, bem como custos por trabalhador. As horas extraordinárias são destacadas dos outros abonos variáveis.

QUADRO 4.10 – Remunerações certas e variáveis - 2018

Euros

Municípios	Remunerações certas	%	Horas extraordinárias	%	Outros abonos variáveis	%	Total	%	Trabalhadores	%	Despesas p/ trabalhador			
											Remunerações	Horas extraord	Outros abonos	Total
VPT	1.530.486	3,8	12.404	2,0	132.505	8,1	1.675.395	4,0	99	3,6	15.459	125	1.338	16.923
PDL	9.818.866	24,7	294.497	48,1	236.264	14,5	10.349.627	24,6	739	27,0	13.287	399	320	14.005
RGR	3.662.588	9,2	104.347	17,1	175.891	10,8	3.942.826	9,4	245	9,0	14.949	426	718	16.093
LAG	2.042.103	5,1	88.015	14,4	101.531	6,2	2.231.650	5,3	143	5,2	14.280	615	710	15.606
VFC	1.941.377	4,9	23.013	3,8	82.168	5,0	2.046.558	4,9	106	3,9	18.315	217	775	19.307
POV	1.655.757	4,2	19.764	3,2	63.494	3,9	1.739.015	4,1	92	3,4	17.997	215	690	18.902
NRD	971.521	2,4	5.083	0,8	57.055	3,5	1.033.659	2,5	72	2,6	13.493	71	792	14.356
AGH	3.777.702	9,5	20.194	3,3	57.975	3,6	3.855.871	9,2	239	8,7	15.806	84	243	16.133
PVT	2.688.167	6,8	4.707	0,8	112.764	6,9	2.805.638	6,7	165	6,0	16.292	29	683	17.004
SCG	915.336	2,3	7.823	1,3	69.361	4,3	992.519	2,4	66	2,4	13.869	119	1.051	15.038
CAL	1.311.178	3,3	423	0,1	78.783	4,8	1.390.384	3,3	99	3,6	13.244	4	796	14.044
VEL	1.177.925	3,0	0	0,0	64.463	4,0	1.242.388	3,0	93	3,4	12.666	0	693	13.359
SRP	873.707	2,2	1.991	0,3	49.830	3,1	925.528	2,2	51	1,9	17.132	39	977	18.148
LPC	1.358.713	3,4	0	0,0	74.329	4,6	1.433.041	3,4	113	4,1	12.024	0	658	12.682
MAD	1.610.258	4,0	16.811	2,7	78.772	4,8	1.705.841	4,1	96	3,5	16.774	175	821	17.769
HRT	2.314.756	5,8	4.354	0,7	46.157	2,8	2.365.267	5,6	154	5,6	15.031	28	300	15.359
SCF	701.936	1,8	0	0,0	44.381	2,7	746.317	1,8	48	1,8	14.624	0	925	15.548
LFL	972.573	2,4	8.295	1,4	65.800	4,0	1.046.669	2,5	76	2,8	12.797	109	866	13.772
CRV	446.567	1,1	0	0,0	39.176	2,4	485.742	1,2	38	1,4	11.752	0	1.031	12.783
RAA	**39.771.514**	**100,0**	**611.721**	**100,0**	**1.630.699**	**100,0**	**42.013.934**	**100,0**	**2.734**	**100,0**	**14.547**	**224**	**596**	**15.367**

Nas horas extraordinárias, as diferenças são grandes. Temos 4 municípios sem despesas nesta rubrica, mas outros municípios ultrapassam os 400 euros por trabalhador. No município da Lagoa atingem mesmo os 615 euros. É, aliás, na ilha de S. Miguel, que surgem as 5 maiores despesas de horas extraordinárias por trabalhador, apenas o Nordeste fica de fora. Nos restantes municípios destacam-se ainda Santa Cruz da Graciosa, Madalena e Lajes das Flores, com valores mais elevados.

Nas remunerações certas e permanentes, os 19 municípios gastaram em 2018 com os seus 2.734 trabalhadores 39,8 M€ (+6,4%), o que dá uma média de 14,5 m.e. por efetivo, aparecendo em primeiro lugar os municípios de Vila Franca do Campo (18,3 m.e.) e Povoação (18 m.e.) e com valores mais baixos, Corvo (11,8 m.e.) e Lajes do Pico (12 m.e.). Finalmente, na rubrica de outros abonos variáveis (remuneração complementar), destacam-se Vila do Porto (1,3 m.e.) e os municípios do Corvo e de Santa Cruz da Graciosa com cerca de 1.000 euros por trabalhador. Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada apresentam os valores mais reduzidos, abaixo de 0,32 m.e. por trabalhador.

4.3 Aquisição de bens e serviços

Os Quadros 4.11 e 4.12 mostram as despesas com as principais rubricas de aquisições de bens e serviços no triénio 2016-2018.

QUADRO 4.11 – Principais aquisições de bens

Euros

Despesas com aquisição de bens	2016	2017	2018		Δ %
	valores	valores	valores	%	
Matérias-primas e subsidiárias	489.372	555.514	476.372	***4,6***	-14,2
Combustíveis e lubrificantes	2.137.513	2.294.198	2.356.849	***22,9***	2,7
Limpeza e higiene	262.772	277.738	276.902	***2,7***	-0,3
Vestuário e artigos pessoais	169.040	250.550	179.017	***1,7***	-28,6
Material de escritório	290.817	321.517	307.581	***3,0***	-4,3
Material de transporte - Peças	721.033	655.388	748.136	***7,3***	14,2
Prémios, condecorações e ofertas	291.131	337.861	350.968	***3,4***	3,9
Electricidade para iluminação pública	500.066	499.160	454.017	***4,4***	-9,0
Outras	4.549.362	5.985.197	5.158.489	***50,0***	-13,8
Total	**9.411.106**	**11.177.122**	**10.308.333**	**100**	**-7,8**

As despesas de aquisição de bens tiveram uma redução de 7,8% em 2018, tendo totalizado 10,3 M€. O Quadro 4.10 mostra as principais rubricas deste género de despesas, sendo que metade delas estão dispersas por rubricas não previstas no classificador, sendo incluídas na rubrica residual "Outras". Deste modo, a principal despesa com bens é a de combustíveis e lubrificantes, com cerca de 23% de peso relativo. Esta rubrica aumentou 2,7%, em sentido contrário, portanto, ao aumento nas despesas totais de aquisição de bens. Já no mesmo sentido de redução aparecem as matérias-primas e o vestuário e artigos pessoais, que diminuíram 14,2% e 28,6%, respetivamente. A redução nas matérias-primas traduz uma diminuição no investimento realizado por administração direta, não sendo possível contabilizá-lo com exatidão. O investimento direto, por empreitada e aquisição de bens de investimento, esse 1,6%.

QUADRO 4.12 – Principais aquisições de serviços

Euros

Despesas com aquisição de serviços	2016	2017	2018		Δ %
	valores	valores	valores	%	
Encargos das instalações	4.980.064	4.933.782	5.233.056	***15,9***	6,1
Limpeza e higiene	2.134.941	3.235.244	3.054.768	***9,3***	-5,6
Conservação de bens	897.976	918.008	959.910	***2,9***	4,6
Locação de edifícios	2.085.332	2.090.017	2.213.132	***6,7***	5,9
Locação de outros bens	1.494.809	893.848	1.131.567	***3,4***	26,6
Comunicações	949.632	892.182	924.245	***2,8***	3,6
Transportes	741.577	800.706	977.798	***3,0***	22,1
Representação dos serviços	256.318	327.238	49.786	***0,2***	-84,8
Seguros	518.272	548.836	625.536	***1,9***	14,0
Deslocações e estadas	445.620	478.239	558.398	***1,7***	16,8
Consultadoria	947.418	1.198.517	879.437	***2,7***	-26,6
Publicidade	550.697	587.582	651.803	***2,0***	10,9
Vigilância e segurança	349.098	391.411	356.754	***1,1***	-8,9
Assistência técnica	395.988	406.377	442.023	***1,3***	8,8
Outros trabalhos especializados	3.799.818	4.160.761	4.610.419	***14,0***	10,8
Encargos de cobrança de receitas	807.056	911.623	934.495	***2,8***	2,5
Outras	7.872.969	8.569.243	9.314.776	***28,3***	8,7
Total	**29.227.583**	**31.343.613**	**32.917.903**	**100**	**5,0**

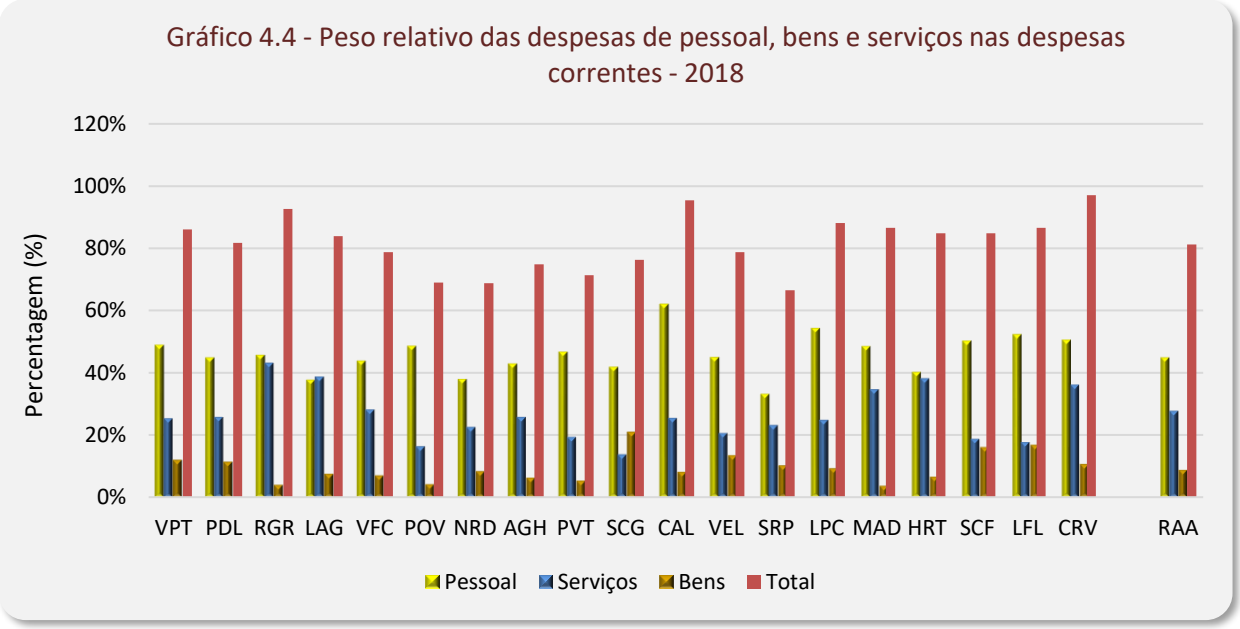
Nas aquisições de serviços, verificou-se um crescimento de 5%, tendo estas despesas somado 32,9 M€, valor mais elevado de sempre. Se no período 2009 - 2014 a média destas despesas foi de 20,3 M€, nos 4 anos seguintes estas despesas tiveram um valor médio anual de 30,2 M€.

No Quadro 4.12, são de assinalar a diminuição de 84,8% nas despesas de representação dos serviços e a redução de 26,6% nas despesas de consultadoria. Estas despesas têm, no entanto, uma fraca expressão neste grupo de despesas. Com peso significativo e esquecendo a residual "Outras", aparecem os encargos com as instalações (15,9%) e os outros trabalhos especializados (14%).

Os encargos de cobrança (pagamento às Finanças pela cobrança de impostos) aumentaram apenas 2,5%, quando comparado com o aumento médio de 11% nos impostos recebidos (IMI, IMT, IUC e Derrama).

São também de assinalar os aumentos de 26,6% na locação de outros bens (que não de informática, material de transporte, ou edifícios), de 22% nos transportes e de 16,8% nas deslocações e estadas.

Encerrando a análise do conjunto pessoal, bens e serviços, apresenta-se o Gráfico 4.4, que mostra o peso destas despesas nas despesas correntes em cada município, em 2018.



4.4 Juros com empréstimos de médio e longo prazo

Os juros de empréstimos de médio e longo prazo pagos em 2018 pelos municípios somaram 1,8 M€, diminuindo 15,7%, face a 2017.

QUADRO 4.13 – Despesas com juros de empréstimos MLP

Euros

Municípios	2016	2017	2018		Δ %	Juros / receitas correntes (%)	2017	2018	Δ %
	valores	valores	valores	%			Dívida empr MLP	Dívida empr MLP	
VPT	656	349.037	220.345	*11,9*	-36,9	4,4	4.345.847	4.070.057	-6,3
PDL	101.414	74.876	63.155	*3,4*	-15,7	0,2	14.255.041	12.545.186	-12,0
RGR	97.551	101.284	100.910	*5,5*	-0,4	0,6	9.521.021	10.597.123	11,3
LAG	81.899	69.464	62.277	*3,4*	-10,3	0,6	6.302.537	5.497.966	-12,8
VFC	775.254	699.579	651.051	*35,2*	-6,9	8,3	21.868.338	20.309.792	-7,1
POV	14.911	9.746	7.918	*0,4*	-18,8	0,1	2.303.344	3.966.321	72,2
NRD	468.039	436.245	254.621	*13,8*	-41,6	5,1	11.785.310	11.074.534	-6,0
AGH	66.008	56.534	47.867	*2,6*	-15,3	0,3	13.469.902	12.071.742	-10,4
PVT	70.646	69.386	77.645	*4,2*	11,9	0,8	7.315.173	6.521.284	-10,9
SCG	24.766	25.227	22.219	*1,2*	-11,9	0,6	1.451.967	1.288.449	-11,3
CAL	75.231	52.236	36.586	*2,0*	-30,0	0,9	2.993.268	1.890.963	-36,8
VEL	92.801	85.479	55.211	*3,0*	-35,4	1,0	3.607.359	3.168.454	-12,2
SRP	10.089	8.207	114.717	*6,2*	1297,7	2,8	268.034	3.747.897	1298,3
LPC	161.709	86.766	73.938	*4,0*	-14,8	1,5	4.572.623	3.744.999	-18,1
MAD	26.090	34.651	30.778	*1,7*	-11,2	0,5	2.315.288	2.509.659	8,4
HRT	40.824	32.028	27.405	*1,5*	-14,4	0,3	2.940.936	2.411.329	-18,0
SCF	1.498	1.322	2.185	*0,1*	65,3	0,1	209.559	176.506	-15,8
LFL	2.035	833	223	*0,0*	-73,2	0,0	128.994	0	-100,0
CRV	1.618	883	725	*0,0*	-17,9	0,0	624.659	508.563	-18,6
RAA	**2.113.039**	**2.193.782**	**1.849.778**	***100,0***	**-15,7**	**1,2**	**110.279.201**	**106.100.823**	**-3,8**

Municípios em saneamento financeiro

Como se verifica no Quadro 4.13, quase todos os municípios diminuíram as despesas com juros, com destaque para Lajes das Flores (-73,2%), Nordeste (-41,6%), Vila do Porto (-36,9%) e Velas (-35,4%). Estas reduções mais acentuadas resultam da liquidação de empréstimos durante o ano, por vezes com a contração de novos empréstimos que não pagaram juros nesse ano, por terem sido contratados no 2º semestre do ano, podendo no ano seguinte verificar-se novo aumento. No quadro pode ver-se e comparar-se a variação de 2017 para 2018, quer nos juros pagos, quer na dívida total de médio e longo prazo. Em alguns casos, os juros pagos diminuíram, mas a dívida aumentou, sendo de esperar um aumento no ano seguinte. O município da Povoação é um exemplo disso: pagou menos 18,8% de juros em 2018, mas a dívida de empréstimos de médio e longo prazo aumentou 72,2%. Pelo contrário, no município de Santa Cruz das Flores, os juros aumentaram 65,3%, mas a dívida de empréstimos de médio e longo prazo diminuiu 15,8%. Em 2017, este município contraiu

um empréstimo de 131,5 m.e., o que, conjugado com amortizações pagas de empréstimos anteriores, conduziu a um aumento da dívida de 103,5 m.e. para 209 m.e. em 2017.

O aumento muito elevado nos juros pagos e na dívida em S. Roque do Pico deve-se à extinção de uma empresa municipal, com a consequente integração dos empréstimos desta no passivo do município.

O Quadro 4.13 mostra ainda a parcela das receitas correntes absorvida pelos juros, sendo esta, tal como as despesas de pessoal, de caráter obrigatório. Na maioria dos casos, esta percentagem é baixa, tendo apenas alguma expressão nos casos do Vila Franca do Campo (8,3%), Nordeste (5,1%) e Vila do Porto (4,4%). Este rácio, para o total dos municípios, é de 1,2%.

Por último, chama-se a atenção para o valor nulo de dívidas de empréstimos em 2018 no município de Lajes das Flores. É a primeira vez que aparece um município sem dívidas bancárias nos últimos anos. A última vez foi em 1993, com Santa Cruz das Flores.

4.5 Transferências correntes

As transferências correntes atribuídas pelos municípios a outras entidades, incluindo aqui os subsídios à exploração concedidos às empresas do setor empresarial local, somaram, em 2018, 18,3 M€, aumentando 8,2% face a 2017. No ano anterior estas despesas tinham crescido 10,6%.

No Quadro 4.14 é possível observar, para o último triénio, as transferências correntes atribuídas, as entidades beneficiadas e respetivas percentagens, relativamente ao total.

QUADRO 4.14 – Estrutura e evolução das transferências correntes efetuadas pelos municípios

Euros

Transferências correntes e subsídios	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Empresas	1.448.010	9,4	1.559.864	9,2	7,7	2.500.573	13,6	60,3
Freguesias	2.781.863	18,2	2.938.725	17,3	5,6	3.376.774	18,4	14,9
Instituições sem fins lucrativos	6.566.426	42,8	7.212.544	42,6	9,8	7.571.220	41,3	5,0
Famílias	1.871.867	12,2	2.481.161	14,6	32,6	2.803.129	15,3	13,0
Segurança Social	2.373.322	15,5	2.215.971	13,1	-6,6	1.571.569	8,6	-29,1
Outras Transferências correntes	283.977	1,9	540.678	3,2	90,4	523.843	2,9	-3,1
Total	**15.325.464**	**100,0**	**16.948.943**	**100,0**	**10,6**	**18.347.108**	**100,0**	**8,2**

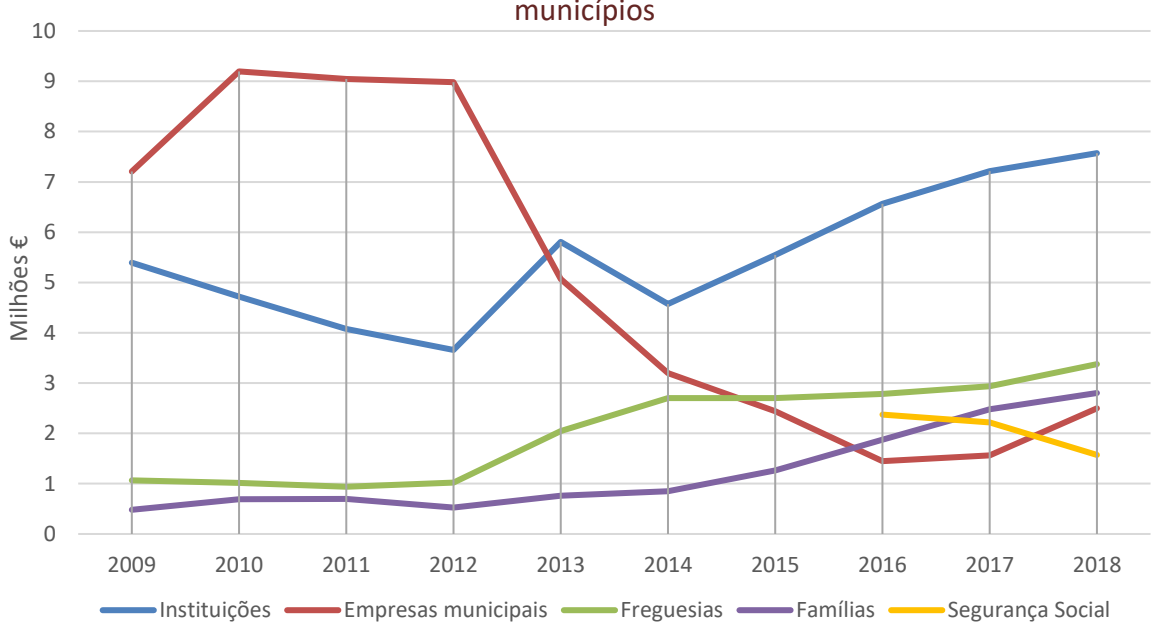
Desde logo, sobressai o aumento de 60,3% nas transferências destinadas às empresas do setor empresarial local. No ano anterior estas despesas tinham aumentado, mas apenas 7,7%. Refira-se que dos 2,5 M€ transferidos, 1,3 M€ referem-se a Ponta Delgada, que aumentou 24,7%, 560,6 m.e., a Angra do Heroísmo (+ 155%) e 243,4 m.e. à Praia da Vitória (+ 2.361,6%). Chama-se ainda a atenção para o caso da Horta, que nos últimos 5 anos transferiu anualmente 270 m.e. para as suas empresas. Nos outros municípios esta situação (verba constante) não se verifica.

Destaca-se ainda a diminuição nas transferências para a Segurança Social (-29,1%), quando comparada com o aumento de 13% nas transferências para as famílias. Já em 2017 estas últimas aumentaram 32,6% e as outras diminuíram 6,6%. Sabendo que os programas ocupacionais envolvem transferências para as famílias e para a segurança Social, seria de esperar um comportamento mais homogéneo nestas duas rubricas.

Salienta-se ainda o aumento de 14,9% nas transferências correntes para as freguesias.

O Gráfico 4.5 mostra a evolução das transferências correntes atribuídas pelos municípios.

Gráfico 4.5 - Evolução das transferências correntes atribuídas pelos municípios



Os Quadros seguintes mostram a evolução das principais transferências correntes concedidas, desagregadas por município e entidades beneficiárias.

Quadro 4.15 - Transferências correntes e subsídios para as empresas do setor empresarial local

Euros

CM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	800	100.000	373.000	280.000	0	0	150.000	0	1.500	0
PDL	2.820.000	2.993.759	3.500.548	2.896.953	2.100.774	1.747.320	1.022.658	654.909	1.030.311	1.284.477
RGR	490.552	581.993	322.589	330.301	337.555	58.333	0	0	0	3.172
LAG	759.000	911.872	934.052	762.247	732.637	125.000	169.637	0	0	3.172
VFC	100.000	30.000	120.000	55.000	550.748	71.752	0	0	0	0
POV	121.900	161.997	0	0	0	0	0	0	0	0
NRD	147.350	196.400	327.700	295.000	372.907	362.744	178.213	182.669	0	129.823
AGH	1.501.501	2.094.565	1.233.535	2.118.753	334.860	357.360	334.397	259.440	219.767	560.627
PVT	1.222	803.926	719.137	648.200	60.540	91.030	0	2.500	9.518	234.301
SCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VEL	115.000	155.000	105.079	0	0	0	205.808	0	0	0
SRP	77.000	125.000	171.415	341.536	143.505	93.298	108.454	58.492	28.767	0
LPC	210.833	197.871	290.041	273.532	136.281	19.739	0	0	0	0
MAD	0	171.000	295.742	215.743	0	0	0	20.000	0	15.000
HRT	864.818	641.517	638.676	661.379	285.717	270.000	270.000	270.000	270.000	270.000
SCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LFL	0	20.925	0	63.710	8.895	80	0	0	0	0
CRV	0	10.000	12.800	42.640	6.000	0	0	0	0	0
RAA	**7.209.976**	**9.195.825**	**9.044.314**	**8.984.994**	**5.070.419**	**3.196.656**	**2.439.167**	**1.448.010**	**1.559.864**	**2.500.573**

Quadro 4.16 - Transferências correntes para as freguesias

Euros

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Trf / freg 2018
VPT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDL	22.134	30.121	54.328	58.964	1.006.652	1.486.619	1.343.157	1.359.301	1.550.500	1.897.886	79.079
RGR	4.035	441	998	0	1.858	0	70.487	72.709	71.594	70.000	5.000
LAG	271.157	178.200	162.580	162.372	168.372	192.035	185.994	172.837	172.838	172.199	34.440
VFC	5.739	10.737	21.941	53.319	30.293	34.490	30.000	27.750	116.500	59.301	9.883
POV	41.615	69.032	0	67.336	67.673	0	0	80.400	0	84.000	14.000
NRD	2.772	1.769	1.428	376	1.063	115.682	114.905	115.632	120.478	119.618	13.291
AGH	240.966	239.879	238.935	341.807	287.146	256.432	255.733	277.989	260.693	285.328	15.017
PVT	62.250	79.044	65.449	26.650	118.776	52.892	58.668	50.796	60.031	56.917	5.174
SCG	111.790	118.575	116.000	116.000	110.000	113.000	110.000	114.000	114.000	134.000	33.500
CAL	66.342	58.309	50.893	42.550	51.309	45.000	40.000	40.000	40.000	40.000	8.000
VEL	0	0	0	0	0	183.320	193.964	180.000	180.000	225.000	37.500
SRP	1.787	0	1.358	238	726	489	780	400	136	58.278	11.656
LPC	40.186	58.248	57.908	52.484	46.380	70.261	71.500	58.909	64.275	56.948	9.491
MAD	695	696	414	25.505	79.062	77.160	157.622	157.349	112.191	44.949	7.491
HRT	193.950	167.950	166.950	75.250	75.550	77.240	67.790	73.790	75.490	72.350	5.565
SCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LFL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAA	**1.065.418**	**1.013.001**	**939.182**	**1.022.852**	**2.044.860**	**2.704.619**	**2.700.599**	**2.781.863**	**2.938.725**	**3.376.774**	**21.786**

Quadro 4.17 - Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos

Euros

CM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	183.427	301.914	238.143	260.016	248.234	237.785	268.056	311.410	298.334	257.607
PDL	338.661	298.986	250.194	241.984	279.069	280.254	678.105	673.478	901.868	1.120.404
RGR	115.000	115.000	79.750	102.000	86.700	45.500	70.979	69.320	70.198	73.913
LAG	298.834	277.226	225.157	212.505	239.036	451.585	426.300	378.663	371.597	437.094
VFC	84.700	90.950	206.224	157.000	147.969	215.200	100.150	136.576	158.418	203.886
POV	73.284	51.103	39.020	29.950	28.270	42.120	40.638	211.608	246.870	481.959
NRD	185.177	195.889	188.316	148.637	151.419	135.489	134.432	115.815	111.220	125.628
AGH	988.907	819.988	780.290	717.775	2.135.932	971.789	996.834	1.353.440	1.590.627	1.427.617
PVT	557.592	414.858	357.405	260.775	1.226.720	702.681	1.415.038	1.443.244	1.476.328	1.342.153
SCG	407.270	395.832	320.707	315.788	293.668	391.536	360.001	393.171	459.833	453.740
CAL	13.675	4.470	27.512	1.895	2.010	5.000	4.725	6.230	9.700	19.383
VEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SRP	619.356	567.532	560.542	485.370	354.398	447.771	401.643	658.527	714.251	842.079
LPC	37.729	105.033	71.241	66.340	23.348	78.610	82.024	79.915	63.758	15.873
MAD	1.003.843	753.068	511.535	399.305	319.342	271.410	204.818	267.186	179.289	114.240
HRT	381.780	263.023	177.296	216.622	191.036	170.305	203.026	229.699	323.959	393.979
SCF	83.740	59.089	36.848	39.916	63.610	95.186	123.080	121.558	113.740	144.848
LFL	0	0	0	0	11.100	22.943	30.213	93.736	93.413	95.108
CRV	23.132	4.129	3.510	2.700	3.900	4.717	7.412	22.850	29.142	21.711
RAA	**5.396.108**	**4.718.093**	**4.073.692**	**3.658.576**	**5.805.763**	**4.569.883**	**5.547.475**	**6.566.426**	**7.212.544**	**7.571.220**

O valor total das transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos aumentou 5%, sendo de destacar o município das Velas, que não efetua transferências deste tipo, nem transferências de capital.

QUADRO 4.18 – Transferências correntes - Segurança social e famílias

Municípios	Transferências correntes - seg social			Transferências correntes - famílias		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
VPT	37.338	23.700	4.331	211.796	146.020	107.054
PDL	210.659	157.419	75.941	285.765	245.742	240.724
RGR	0	126.945	53.974	75.268	343.651	233.745
LAG	239.955	179.903	122.311	167.810	240.394	261.637
VFC	116.947	59.207	16.357	105.796	221.981	128.640
POV	391.774	262.353	194.419	161.492	178.918	476.268
NRD	261.914	234.325	134.554	56.283	88.134	157.749
AGH	57.611	0	0	364.114	396.304	429.173
PVT	296.680	407.552	307.787	64.102	45.418	43.901
SCG	66.845	52.632	41.530	45.433	42.604	47.776
CAL	0	0	0	6.402	9.057	12.543
VEL	16.652	21.038	13.841	10.000	10.000	12.770
SRP	130.298	76.759	81.934	3.398	1.548	18.116
LPC	213.406	148.323	103.879	70.119	104.618	110.920
MAD	112.466	95.969	80.521	51.897	135.272	197.522
HRT	93.075	239.653	214.125	51.307	59.101	59.750
SCF	42.842	48.581	53.594	42.711	63.002	78.285
LFL	70.229	70.632	64.266	82.207	143.249	182.728
CRV	14.632	10.981	8.206	15.968	6.148	3.830
RAA	**2.373.322**	**2.215.971**	**1.571.569**	**1.871.867**	**2.481.161**	**2.803.129**

Despesas de capital

4.6 Amortizações de empréstimos

A análise às despesas de capital começa com as amortizações de empréstimos, que em 2018 totalizaram 22,9 M€, valor este que inclui o empréstimo de saneamento financeiro de 10 M€ do município do Nordeste. Descontando este caso, o valor total atrás referido ficaria nos 13 M€, semelhante ao dos anos anteriores.

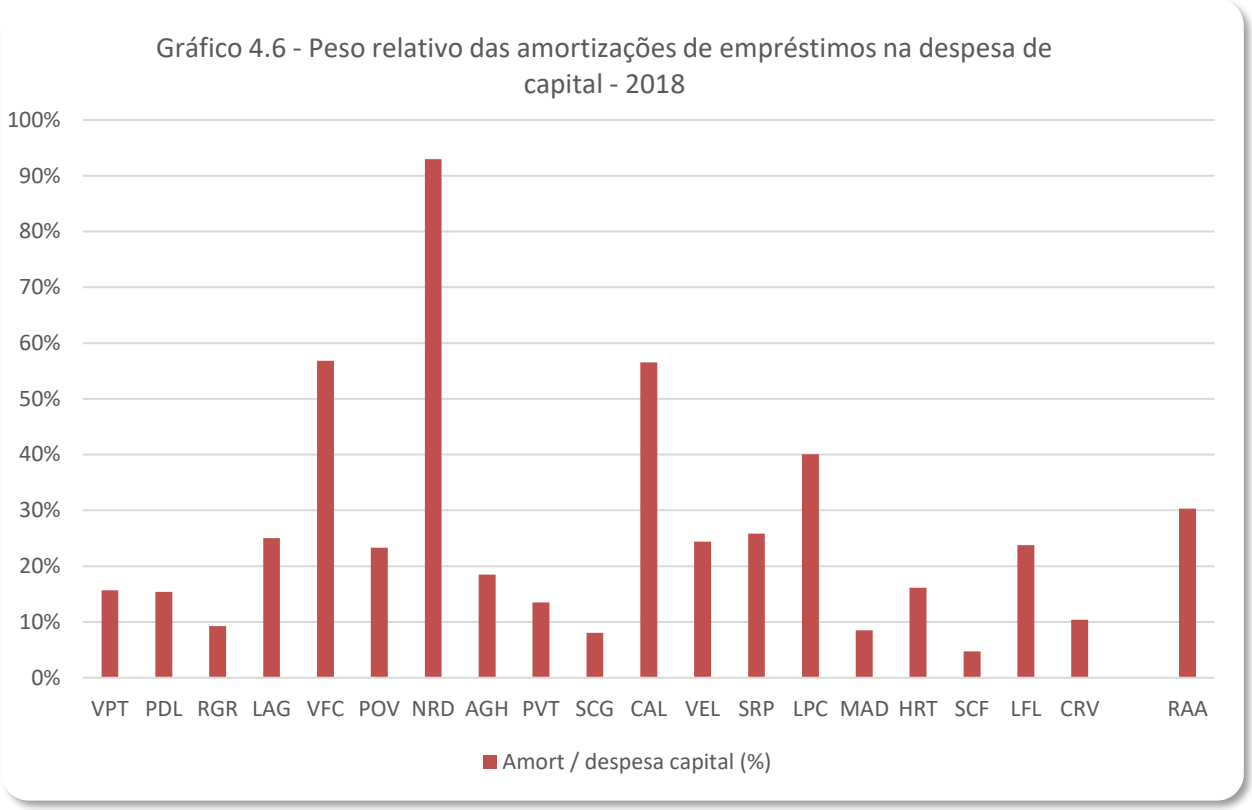
QUADRO 4.19 – Despesas com amortizações de empréstimos MLP

Euros

Municípios	2016		2017		Δ %	2018		Δ %	2018
	valores	%	valores	%		valores	%		% das desp capital
VPT	42.116	*0,3*	353.468	*2,6*	739,3	275.790	*1,2*	-22,0	15,7
PDL	1.641.476	*13,0*	1.656.199	*12,1*	0,9	1.709.855	*7,5*	3,2	15,4
RGR	915.148	*7,2*	883.546	*6,5*	-3,5	909.583	*4,0*	2,9	9,3
LAG	743.448	*5,9*	798.811	*5,9*	7,4	804.571	*3,5*	0,7	25,0
VFC	1.497.221	*11,8*	1.614.226	*11,8*	7,8	1.558.546	*6,8*	-3,4	56,8
POV	649.846	*5,1*	517.260	*3,8*	-20,4	517.260	*2,3*	0,0	23,3
NRD	992.301	*7,8*	1.002.675	*7,3*	1,0	10.777.168	*47,1*	974,8	93,0
AGH	1.372.840	*10,8*	1.389.491	*10,2*	1,2	1.398.160	*6,1*	0,6	18,5
PVT	863.974	*6,8*	869.258	*6,4*	0,6	793.889	*3,5*	-8,7	13,5
SCG	214.677	*1,7*	225.831	*1,7*	5,2	163.518	*0,7*	-27,6	8,0
CAL	1.008.600	*8,0*	993.005	*7,3*	-1,5	1.102.305	*4,8*	11,0	56,6
VEL	523.309	*4,1*	1.257.720	*9,2*	140,3	438.906	*1,9*	-65,1	24,4
SRP	57.388	*0,5*	59.035	*0,4*	2,9	424.169	*1,9*	618,5	25,8
LPC	744.254	*5,9*	775.820	*5,7*	4,2	827.624	*3,6*	6,7	40,1
MAD	430.522	*3,4*	419.279	*3,1*	-2,6	376.257	*1,6*	-10,3	8,5
HRT	633.462	*5,0*	524.205	*3,8*	-17,2	529.607	*2,3*	1,0	16,1
SCF	44.401	*0,4*	25.481	*0,2*	-42,6	33.054	*0,1*	29,7	4,7
LFL	170.541	*1,3*	171.465	*1,3*	0,5	128.994	*0,6*	-24,8	23,7
CRV	115.640	*0,9*	115.977	*0,8*	0,3	116.095	*0,5*	0,1	10,4
RAA	**12.661.165**	***100,0***	**13.652.751**	***100,0***	**7,8**	**22.885.350**	***100,0***	**67,6**	**30,3**

Destaca-se também o município de S. Roque do Pico, que aumentou esta despesa em 618,5%, devido à entrada de um novo empréstimo em 2018, no valor de 891.324 €, e por outro lado, o município das Velas, com uma redução de 65% nestas despesas.

O gráfico 4.6 mostra o peso percentual das amortizações de empréstimos nas despesas de capital, dando a entender, pela diferença relativamente aos 100%, o peso relativo de outras despesas de capital - investimento direto e indireto (transferências de capital). Este rácio teve um valor médio de 22,6% nos períodos 2013 - 2017. Em 2018 esse valor aumentou para 30%, devido à situação do município do Nordeste, já descrita atrás. Sem esse município, a média seria de 22%. Com valores superiores à média de 30% surgem os municípios de Vila Franca do Campo (57%), Calheta (57%) e Lajes do Pico (40%), todos eles com empréstimos de saneamento financeiro em curso.



Os rácios mais baixos aparecem em Santa Cruz das Flores (5%), Santa Cruz da Graciosa (8%), Madalena (8%) e Ribeira Grande (9%), encontrando-se ainda outros 6 abaixo dos 20%.

4.7 Transferências de capital

O Quadro 4.20 mostra os valores das transferências de capital no triénio e as entidades que delas beneficiaram. As empresas do setor local, freguesias, instituições e outras entidades receberam dos municípios, em 2018, 8,4 M€ de transferências de capital, para execução de investimento delegado. Este valor é semelhante ao do ano anterior, registando um aumento de 0,5%.

Analisando a distribuição destas transferências, verificamos que elas são repartidas por 3 grupos de entidades - empresas, freguesias e instituições sem fins lucrativos, sendo que a maior parcela (63,2%) vai para as instituições, ficando as freguesias com 32,4% e as empresas com 4,3%.

Também se pode concluir que a tendência dos últimos anos é a de concentração destas transferências nestas 3 entidades, sendo praticamente inexistentes as transferências de capital para os serviços municipalizados e associações de municípios. Esta tendência decrescente verifica-se de igual modo com as empresas do setor local, cuja participação nestas transferências era de 4,3% em 2018, quando em 2016 era de 7,5%. As empresas do setor empresarial local receberam uma média de 439,7 m.e. no último triénio, face a uma média de 2,8 M€ no triénio anterior e de 8,1 M€ no triénio 2010 - 2012.

QUADRO 4.20 - Estrutura e evolução das transferências de capital efetuadas pelos municípios

Euros

Transferências de capital	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Empresas	585.558	7,5	370.052	4,4	-36,8	363.521	4,3	-1,8
Freguesias	2.637.388	33,8	2.512.027	30,1	-4,8	2.717.662	32,4	8,2
Instituições sem fins lucrativos	4.406.476	56,5	5.405.195	64,9	22,7	5.294.042	63,2	-2,1
Serviços municipalizados	34.494	0,4	0	0,0	-100,0	47	0,0	#DIV/0!
Associações de municípios	0	0,0	0	0,0	#DIV/0!	0	0,0	#DIV/0!
Outras transferências de capital	140.692	1,8	45.090	0,5	-68,0	0	0,0	-100,0
Total	**7.804.608**	**100,0**	**8.332.363**	**100,0**	**6,8**	**8.375.273**	**100,0**	**0,5**

QUADRO 4.21 - Transferências totais atribuídas a empresas, freguesias e instituições

Transferências totais correntes e capital	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Empresas	2.033.567	11,0	1.929.916	9,7	-5,1	2.864.095	13,1	48,4
Freguesias	5.419.251	29,4	5.450.752	27,3	0,6	6.094.436	27,9	11,8
Instituições sem fins lucrativos	10.972.902	59,6	12.617.738	63,1	15,0	12.865.262	59,0	2,0
Total	**18.425.720**	**100,0**	**19.998.406**	**100,0**	**8,5**	**21.823.793**	**100,0**	**9,1**

O comportamento das transferências dos municípios para as empresas, freguesias e instituições é, no entanto, diferente no caso das transferências correntes, como se demonstrou no Quadro 4.14, e se somarmos ambas as transferências, correntes e capital, verificamos um aumento de 11,8% para as freguesias e de 2% para as instituições, bem como um aumento significativo da participação das empresas - de 9,7% para 13,1%, resultado do aumento de 48,4% observado no Quadro 4.21.

As transferências com maior expressão nas despesas dos municípios, destinadas às empresas, freguesias e instituições, são desagregadas por município nos 3 Quadros seguintes.

Quadro 4.22 - Transferências de capital para as empresas do setor empresarial local

Euros

CM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
VPT	0	150.000	150.000	170.000	0	0	0	0	0	0	
PDL	189.088	383.643	1.641.086	1.499.985	759.086	0	378.713	369.868	363.206	361.476	-0,5
RGR	814.660	624.216	1.056.179	1.247.682	768.227	607.025	0	0	0	0	
LAG	0	298.100	4.017.295	1.877.574	535.750	0	0	0	0	0	
VFC	354.500	423.091	1.312.721	1.502.074	0	0	0	0	0	0	
POV	0	403.520	590.726	406.729	408.544	432.246	416.980	0	0	0	
NRD	0	0	0	0	139.693	0	0	0	0	0	
AGH	651.000	623.563	350.000	317.744	0	0	0	0	0	0	
PVT	45.000	195.107	848.917	1.661.276	1.625.214	1.435.528	0	0	0	0	
SCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
VEL	0	0	314.874	405.099	314.310	0	0	0	0	0	
SRP	0	0	0	168.997	194.223	200.385	206.899	213.536	0	0	
LPC	22.000	303.096	339.423	302.411	40.000	0	0	0	0	0	
MAD	0	5.000	0	0	0	0	0	0	0	0	
HRT	0	0	0	0	7.800	0	7.500	0	0	0	
SCF	0	0	156.000	157.000	0	0	0	0	0	0	
LFL	645.906	500.633	29.300	0	0	0	0	2.154	6.846	2.045	-70,1
CRV	0	6.300	0	0	16.000	0	0	0	0	0	
RAA	**2.722.155**	**3.916.270**	**10.806.521**	**9.716.571**	**4.808.847**	**2.675.184**	**1.010.093**	**585.558**	**370.052**	**363.521**	-1,8

Nos últimos 2 anos, apenas 2 municípios efetuaram transferências de capital para as empresas do setor empresarial local - Ponta Delgada e Lajes das Flores, com o primeiro representando 99,4% do total. O Quadro 4.22 mostra a redução progressiva destas transferências e do número de municípios que as efetuaram, resultante do encerramento de várias empresas municipais.

Relativamente aos municípios com valor zero em todos os anos - Calheta e Santa Cruz da Graciosa, é de referir que o primeiro não tem empresas e o segundo tem uma empresa municipal, mas nunca efetuou qualquer tipo de transferência ou subsídio para esta.

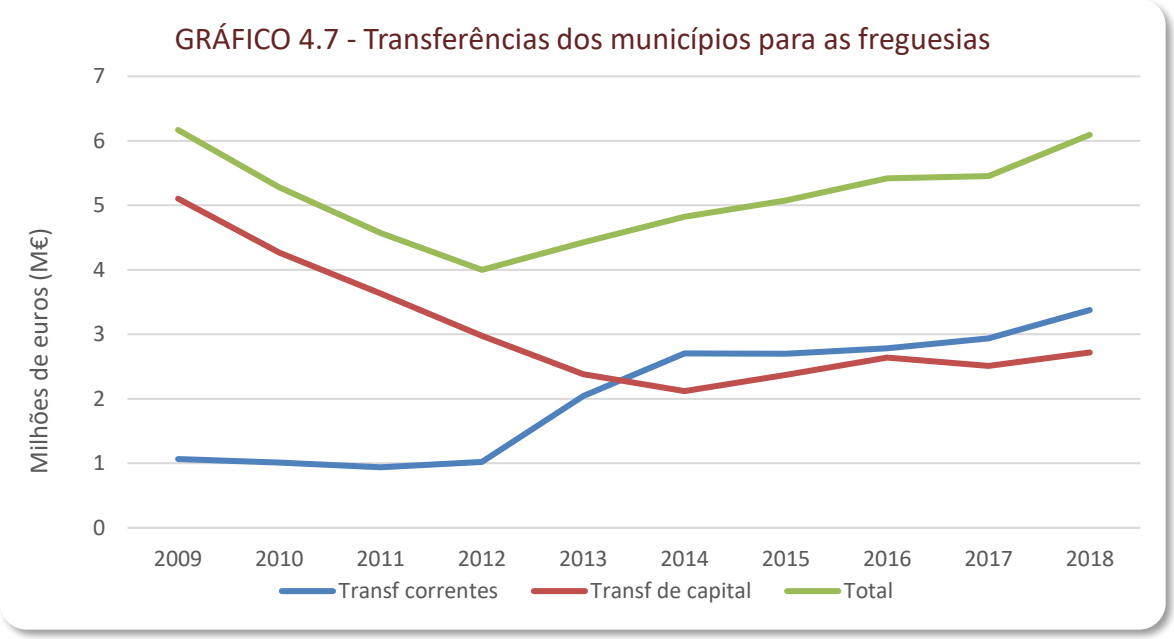
Quadro 4.23 - Transferências de capital para as freguesias

Euros

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
VPT	139.500	170.000	200.000	180.000	165.000	203.925	217.028	258.797	264.130	265.345	0,5
PDL	1.344.824	980.420	511.920	511.920	0	14.536	13.629	0	0	0	
RGR	710.032	696.495	396.214	382.989	570.690	382.580	559.580	732.580	476.769	802.391	68,3
LAG	121.117	171.800	133.120	110.308	145.308	103.638	114.447	64.447	64.447	64.448	0,0
VFC	49.587	49.500	178.119	0	0	0	0	0	0	0	
POV	12.664	2.000	34.028	33.770	54.102	44.150	38.560	15.538	0	17.495	
NRD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGH	841.475	602.216	592.011	431.750	632.115	431.116	594.749	702.328	835.520	771.201	-7,7
PVT	79.000	8.000	80.000	0	16.328	36.116	0	24.090	25.000	23.200	-7,2
SCG	20.000	15.000	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAL	10.000	5.000	0	9.000	85.037	0	0	23.000	0	0	
VEL	254.900	180.000	180.000	180.000	180.000	0	0	0	0	0	
SRP	116.287	130.017	153.350	145.887	143.050	133.773	124.621	112.083	104.954	65.998	-37,1
LPC	285.830	219.733	180.000	191.507	168.063	95.732	55.996	70.352	115.264	94.700	-17,8
MAD	296.731	307.693	278.000	147.124	93.951	24.978	0	0	0	0	
HRT	716.257	640.047	614.639	532.922	0	537.708	501.675	484.340	460.242	469.385	2,0
SCF	66.500	89.000	91.250	105.000	102.500	100.000	103.000	106.000	106.000	89.000	-16,0
LFL	38.533	0	8.847	14.500	26.661	11.667	50.500	43.833	59.700	54.500	-8,7
CRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RAA	**5.103.237**	**4.266.920**	**3.631.497**	**2.976.676**	**2.382.805**	**2.119.919**	**2.373.785**	**2.637.388**	**2.512.027**	**2.717.662**	8,2

O Quadro 4.23, com a evolução anual das transferências de capital dos municípios para as freguesias, traduz o investimento delegado nestas autarquias. Nos últimos anos, verifica-se uma tendência dos municípios em dar mais prioridade às transferências correntes e o gráfico 4.7, com a evolução das transferências correntes e de capital para as freguesias, permite constatar esse facto.

Em 2018, as transferências correntes para as freguesias aumentaram 14,9%, face aos 8,2% de aumento registado nas transferências de capital, sendo de registar um aumento de 68,3% na Ribeira Grande e uma redução de 37,1% em S. Roque do Pico, que, no entanto, mais do que compensou nas transferências correntes.



A partir de 2014, com a atual Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2013, de 12 de setembro) verifica-se um crescimento de delegação de competências nas freguesias e o correspondente aumento das transferências correntes. De referir que para as freguesias, parte das tarefas delegadas são executadas por administração direta, com a compra de matérias primas (cimento, combustíveis) e a mão-de-obra a serem pagas por despesas correntes, pelo que para elas é mais vantajoso receberem as transferências como receita corrente, até porque isso lhes permite gastar as verbas em despesas correntes (administração direta) ou despesas de capital (empreitadas).

Em 2018, apenas 3 dos 18 municípios que têm freguesias (o Corvo não tem) não efetuaram transferências correntes para estas, enquanto que nas transferências de capital esse número foi de 7. Mesmo assim, alguns municípios (Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Horta) continuam a dar primazia às transferências de capital.

Quadro 4.24 - Transferências de capital para instituições sem fins lucrativos

Euros

CM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
VPT	227.000	143.678	187.000	174.161	168.500	157.600	159.074	194.650	185.719	231.138	24,5
PDL	624.411	564.647	506.587	355.307	390.100	385.641	152.298	58.200	339.800	147.486	-56,6
RGR	602.397	577.244	337.932	301.790	253.300	239.420	233.503	436.456	406.095	811.013	99,7
LAG	154.899	105.500	108.210	87.053	30.388	0	0	0	74.323	74.440	0,2
VFC	93.887	125.352	698.115	336.093	0	0	0	0	0	0	
POV	125.842	68.500	68.217	28.900	40.483	39.000	34.750	82.333	67.025	93.915	40,1
NRD	234.746	180.624	135.839	169.429	113.922	0	0	0	37.494	0	-100,0
AGH	358.017	422.245	339.233	255.699	362.731	195.683	332.049	511.902	761.672	614.283	-19,4
PVT	1.827.814	1.332.387	763.326	692.212	638.750	1.125.317	2.177.792	2.299.560	2.530.960	2.194.218	-13,3
SCG	39.930	115.100	80.000	42.500	62.500	0	0	0	0	0	
CAL	63.408	58.280	0	1.150	8.500	0	0	0	4.000	8.873	121,8
VEL	310.479	165.343	85.343	0	85.343	85.343	85.343	0	0	0	
SRP	276.045	383.112	389.600	444.144	455.750	483.850	181.662	149.610	384.728	295.600	-23,2
LPC	393.582	1.144.495	322.332	247.917	239.092	293.557	222.584	283.209	337.011	474.672	40,8
MAD	218.086	288.115	153.738	123.219	133.792	139.535	164.720	179.844	84.017	111.132	32,3
HRT	219.250	299.046	249.526	176.529	149.227	65.106	79.189	189.277	129.194	218.934	69,5
SCF	90.000	88.863	60.000	0	0	0	0	0	0	0	
LFL	9.500	8.355	62.088	43.657	63.200	37.558	50.999	10.500	10.410	4.379	-57,9
CRV	23.132	17.741	18.370	18.499	15.218	15.407	14.982	10.934	52.748	13.960	-73,5
RAA	**5.892.425**	**6.088.628**	**4.565.457**	**3.498.257**	**3.210.795**	**3.263.016**	**3.888.944**	**4.406.476**	**5.405.195**	**5.294.042**	-2,1

Ao contrário das transferências correntes, que aumentaram globalmente 5% em 2018, as transferências de capital para as instituições sem fins lucrativos sofreram uma redução de 2,1%. Todavia, no somatório das duas, correntes e capital, as instituições receberam mais em 2018 (12,9 M€) do que em 2017 (12,6 M€).

Ponta Delgada reduziu estas transferências em 56,6%, mas aumentou 24,2% nas transferências correntes, pelo que no conjunto aumentaram cerca de 2%.

Cinco municípios não efetuaram transferências de capital nesta área e no caso das Velas, também não houve transferências correntes para as instituições, sendo o único município nesta situação.

Foram 7 os municípios que reduziram estas transferências e 5 deles também diminuíram as transferências correntes. No conjunto das transferências totais, verificaram-se reduções em 7 municípios.

As transferências correntes e de capital para empresas, freguesias e instituições somaram em 2018, 21,8 M€ e aumentaram 9,1%, representando 81,7% das transferências totais. O valor médio destas despesas no período 2014 - 2018 foi de 19,4 M€, inferior à média de 28,6 M€, no período 2009 - 2013.

4.8 Investimento

O investimento direto realizado pelos municípios somou 38,3 M€ em 2018, registando um ligeiro decréscimo de 1,6%. Comparando o investimento médio nos 2 últimos quinquénios, temos um valor de 59,4 M€ no período 2009 - 2013 e um valor de 37,2 M€ no período 2014 - 2018.

No caso do investimento delegado, traduzido em transferências de capital para as entidades mencionadas no Quadro 4.25, registou-se um aumento, mas apenas de 0,5%. No investimento total, houve uma diminuição de 1,2%. Este Quadro mostra as despesas de investimento realizado diretamente e delegado noutras entidades, com a correspondente transferência de verbas. As verbas relativas ao investimento delegado foram apresentadas e comentadas no ponto 4.7 deste relatório.

QUADRO 4.25 – Investimento municipal direto e delegado 2009-2018

Euros

Tipo de Investimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Investimento Direto	84.142.668	71.880.481	47.170.817	46.651.980	46.982.780	45.861.673	34.785.527	28.267.050	38.961.636	38.345.621	-1,6
Investimento Delegado	14.494.520	16.837.835	21.774.456	17.562.689	10.859.240	8.721.537	8.602.121	7.804.608	8.332.363	8.375.273	0,5
Investimento Total	**98.637.188**	**88.718.316**	**68.945.273**	**64.214.669**	**57.842.019**	**54.583.211**	**43.387.648**	**36.071.657**	**47.293.999**	**46.720.894**	-1,2

Tipo de Investimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Investimento Direto - %	85,3%	81,0%	68,4%	72,7%	81,2%	84,0%	80,2%	78,4%	82,4%	82,1%	-0,4
Investimento Delegado - %	14,7%	19,0%	31,6%	27,3%	18,8%	16,0%	19,8%	21,6%	17,6%	17,9%	1,7
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	

Investimento delegado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Empresas municipais	2.722.155	3.916.270	10.806.521	9.716.571	4.808.847	2.675.184	1.010.093	585.558	370.052	363.521	-1,8
Freguesias	5.103.237	4.266.920	3.631.497	2.976.676	2.382.805	2.119.919	2.373.785	2.637.388	2.512.027	2.717.662	8,2
Instituições	5.892.425	6.088.628	4.565.457	3.498.257	3.210.795	3.263.016	3.888.944	4.406.476	5.405.195	5.294.042	-2,1
Serviços Municipalizados	550.297	2.278.019	2.698.552	1.323.472	415.182	621.642	1.112.733	34.494	0	47	
Associações de municípios	90.237	270.719	72.429	47.712	41.610	41.776	41.776	0	0	0	
Outras entidades	136.169	17.280	0	0	0	0	174.790	140.692	45.090	0	-100,0
Total	**14.494.520**	**16.837.835**	**21.774.456**	**17.562.689**	**10.859.240**	**8.721.537**	**8.602.121**	**7.804.608**	**8.332.363**	**8.375.273**	0,5

Os valores anuais do investimento direto e delegado, bem como as entidades beneficiárias, são mostrados nos gráficos 4.8 e 4.9.

GRÁFICO 4.8 - Evolução do Investimento municipal direto e delegado 2009-2018

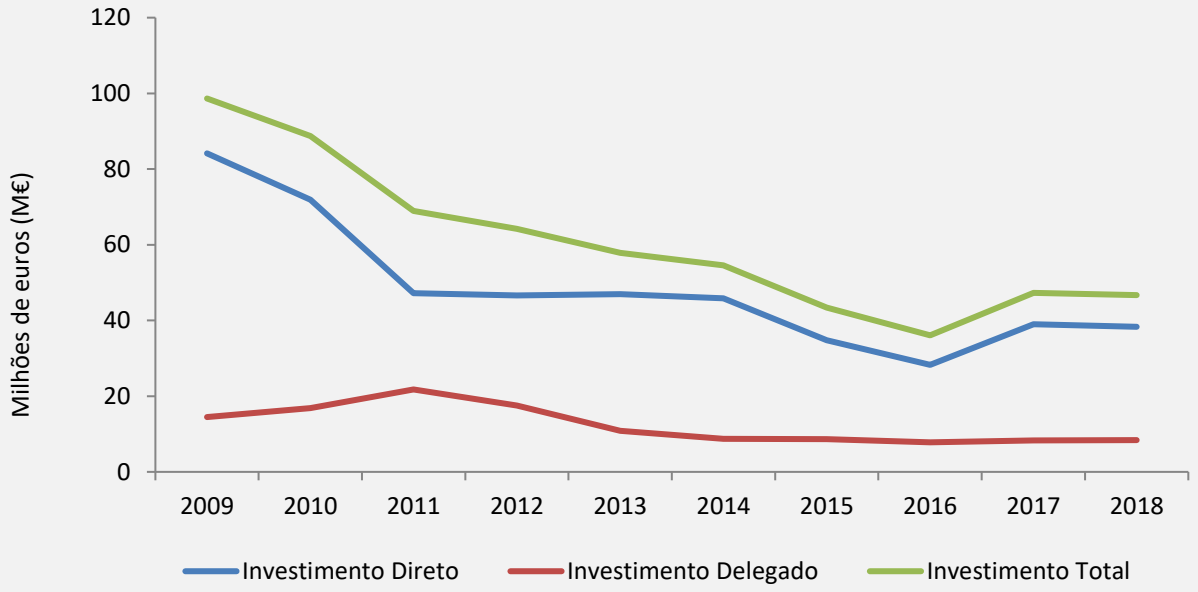
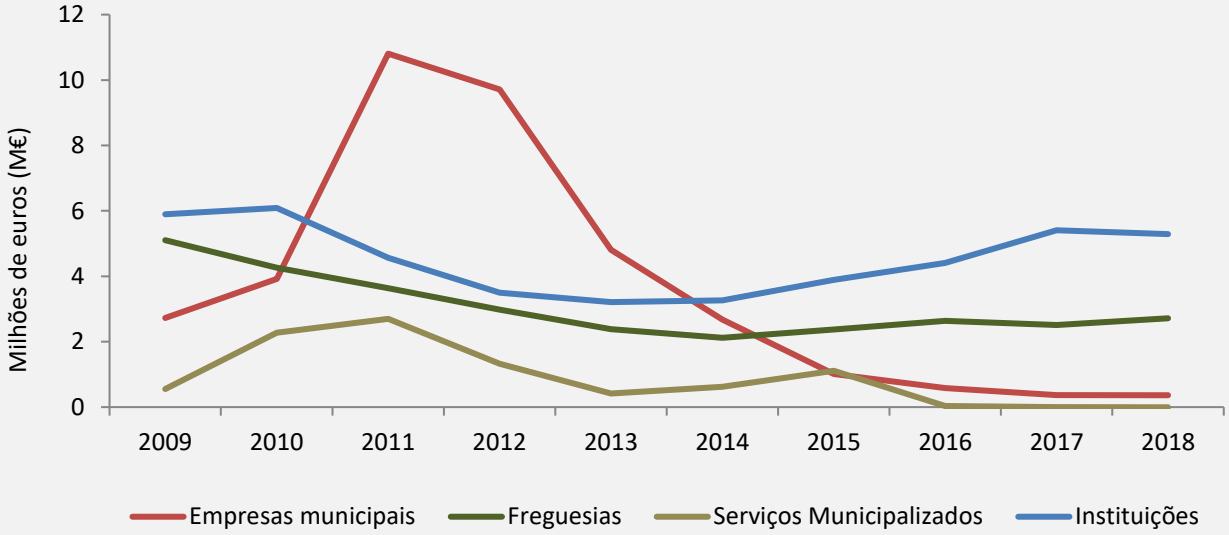


GRÁFICO 4.9 - Investimento municipal delegado, por entidade 2008-2017



As despesas de investimento direto e delegado de cada município, no último triénio, são apresentadas no Quadro 4.26.

QUADRO 4.26 - Investimento direto e delegado por município - 2016 - 2018

Euros

Municípios	2016				2017				2018				Δ % inv direto	Δ % inv delegado	Δ % inv total
	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto			
VPT	468.803	453.448	922.251	50,8	993.948	449.849	1.443.797	68,8	953.610	496.483	1.450.093	65,8	-4,1	10,4	0,4
PDL	2.865.784	428.068	3.293.852	87,0	3.684.458	703.006	4.387.464	84,0	8.676.040	508.963	9.185.003	94,5	135,5	-27,6	109,3
RGR	8.321.490	1.169.036	9.490.526	87,7	5.315.682	882.864	6.198.546	85,8	6.140.769	1.613.404	7.754.173	79,2	15,5	82,7	25,1
LAG	1.510.441	64.447	1.574.888	95,9	2.326.306	138.770	2.465.076	94,4	1.880.611	138.888	2.019.499	93,1	-19,2	0,1	-18,1
VFC	600.504	0	600.504	100,0	1.481.181	0	1.481.181	100,0	1.140.566	0	1.140.566	100,0	-23,0		-23,0
POV	603.521	189.931	793.452	76,1	909.745	100.725	1.010.470	90,0	1.114.443	111.410	1.225.852	90,9	22,5	10,6	21,3
NRD	669.683	16.382	686.064	97,6	1.332.242	48.494	1.380.736	96,5	755.590	0	755.590	100,0	-43,3	-100,0	-45,3
AGH	3.525.180	1.248.724	4.773.904	73,8	5.060.223	1.597.192	6.657.415	76,0	4.667.688	1.385.531	6.053.219	77,1	-7,8	-13,3	-9,1
PVT	880.030	2.323.650	3.203.680	27,5	2.069.238	2.555.960	4.625.198	44,7	1.796.722	2.217.417	4.014.139	44,8	-13,2	-13,2	-13,2
SCG	517.468	0	517.468	100,0	1.568.316	0	1.568.316	100,0	1.850.554	0	1.850.554	100,0	18,0		18,0
CAL	384.185	23.000	407.185	94,4	1.417.120	4.390	1.421.510	99,7	809.510	8.873	818.383	98,9	-42,9	102,1	-42,4
VEL	1.003.425	0	1.003.425	100,0	3.884.244	0	3.884.244	100,0	1.326.087	0	1.326.087	100,0	-65,9		-65,9
SRP	931.196	475.229	1.406.425	66,2	777.281	489.682	1.266.963	61,3	828.211	361.598	1.189.809	69,6	6,6	-26,2	-6,1
LPC	907.330	378.806	1.286.136	70,5	935.163	452.275	1.387.439	67,4	600.225	569.372	1.169.597	51,3	-35,8	25,9	-15,7
MAD	1.482.427	186.849	1.669.276	88,8	2.113.644	84.017	2.197.662	96,2	1.932.396	111.132	2.043.528	94,6	-8,6	32,3	-7,0
HRT	1.187.115	673.617	1.860.732	63,8	3.031.385	589.436	3.620.821	83,7	2.005.157	688.319	2.693.476	74,4	-33,9	16,8	-25,6
SCF	564.080	106.000	670.080	84,2	1.181.440	106.000	1.287.440	91,8	557.184	89.000	646.184	86,2	-52,8	-16,0	-49,8
LFL	740.858	56.488	797.346	92,9	410.613	76.956	487.569	84,2	332.379	60.924	393.303	84,5	-19,1	-20,8	-19,3
CRV	1.103.529	10.934	1.114.464	99,0	469.404	52.748	522.152	89,9	977.877	13.960	991.837	98,6	108,3	-73,5	90,0
Total	**28.267.050**	**7.804.608**	**36.071.657**	78,4	**38.961.636**	**8.332.363**	**47.293.999**	82,4	**38.345.621**	**8.375.273**	**46.720.894**	82,1	-1,6	0,5	-1,2

Considerando o investimento total (direto e delegado), verificam-se grandes diferenças, no que respeita à variação entre 2017 e 2018 (última coluna do Quadro). Destacam-se os aumentos de 109,3% em Ponta Delgada e de 90% no Corvo, bem como as diminuições de 65,9% nas Velas, 49,8% em Santa Cruz das Flores e 45,3% no Nordeste.

Os 38,3 M€ de investimento direto representam 82,1% do investimento total realizado pelos municípios em 2018, sendo que, individualmente, o investimento direto é de 100% nos municípios de Vila Franca do Campo, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa e Velas, e ultrapassa os 90% nos municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Povoação, Calheta, Madalena e Corvo. Abaixo dos 50%, ou seja, realizando mais investimento delegado do que direto, aparece apenas o município da Praia da Vitória.

No caso do investimento delegado, com exceção das freguesias, que enviam as suas contas à DROAP, torna-se impossível saber em que áreas o investimento foi realizado. Mesmo no caso das freguesias, sabemos o investimento realizado por estas, mas sem separação do seu financiamento, seja ele por fundos próprios, transferências dos municípios ou transferências do Governo Regional.

No Quadro 4.27, são apresentados valores e percentagens das principais áreas de investimento dos municípios no triénio 2016 - 2018, sendo adicionados os SM e AM no Quadro 4.28.

QUADRO 4.27 - Evolução e estrutura do investimento direto dos municípios

Euros

Áreas de Investimento	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Terrenos e habitação	1.989.393	7,0	2.725.167	7,0	37,0	3.641.488	9,5	33,6
Instal Serviços e out edifícios	3.445.516	12,2	5.220.170	13,4	51,5	5.562.381	14,5	6,6
Educação e Desporto	1.952.810	6,9	4.403.802	11,3	125,5	4.900.279	12,8	11,3
Rede Viária	9.473.927	33,5	10.876.007	27,9	14,8	9.438.600	24,6	-13,2
Água e Esgotos	2.742.558	9,7	4.332.692	11,1	58,0	3.272.409	8,5	-24,5
Lixos	720.773	2,5	1.542.368	4,0	114,0	824.241	2,1	-46,6
Outras Construções	2.230.886	7,9	3.273.064	8,4	46,7	3.305.926	8,6	1,0
Equipamento, Material Transporte	2.539.454	9,0	3.188.364	8,2	25,6	3.234.407	8,4	1,4
Informática	935.721	3,3	508.095	1,3	-45,7	684.294	1,8	34,7
Outros	2.236.012	7,9	2.891.906	7,4	29,3	3.481.596	9,1	20,4
Total	28.267.050	100,0	38.961.636	100,0	37,8	38.345.621	100,0	-1,6

Se em 2017 tínhamos assistido a um aumento de 37,8% no investimento direto, em 2018 verificou-se um ligeiro abrandamento de 1,6%. O Quadro 4.27 mostra uma grande divergência de evolução das áreas de investimento, aumentando num ano e diminuindo no outro.

A rede viária, apesar de ser ainda a área com maior peso, diminuiu de importância nos dois últimos anos, passando de 33,5% em 2016 para 24,6% em 2018. Pelo contrário, no caso das 3 primeiras áreas do quadro (habitação, edifícios e educação) verifica-se um progressivo aumento da sua participação, que no seu conjunto ocupavam em 2016, 26,1% e em 2018 o seu peso era de 36,8%.

A inclusão das associações de municípios e dos serviços municipalizados (Quadro 4.28) dá-nos, todavia, outra perspetiva das áreas de investimento municipal, se bem que o investimento das associações seja apenas de 43,3 m.e., face a um investimento de 5,5 M€ dos serviços municipalizados.

QUADRO 4.28 - Evolução e estrutura do investimento direto municipal global (CM, SM e AM)

Euros

Áreas de Investimento	2016		2017		Δ %	2018		Δ %	2018
	valores	%	valores	%		valores	%		CM (%)
Terrenos e habitação	2.046.331	6,6	2.726.259	6,3	33,2	3.692.111	8,4	35,4	98,6
Instal Serviços e out edifícios	3.511.285	11,3	5.399.074	12,5	53,8	5.562.381	12,7	3,0	100,0
Educação e Desporto	1.952.810	6,3	4.403.802	10,2	125,5	4.900.279	11,2	11,3	100,0
Rede Viária	9.473.927	30,6	10.876.007	25,1	14,8	9.438.600	21,5	-13,2	100,0
Água e Esgotos	4.811.806	15,5	7.385.911	17,0	53,5	7.493.985	17,1	1,5	43,7
Lixos	745.678	2,4	1.800.441	4,2	141,5	1.099.576	2,5	-38,9	75,0
Outras Construções	2.230.886	7,2	3.286.473	7,6	47,3	3.305.926	7,5	0,6	100,0
Equipamento, Material Transporte	2.839.491	9,2	4.015.269	9,3	41,4	4.076.478	9,3	1,5	79,3
Informática	1.037.604	3,4	543.723	1,3	-47,6	794.057	1,8	46,0	86,2
Outros	2.297.226	7,4	2.926.262	6,7	27,4	3.516.046	8,0	20,2	99,0
Total	**30.947.044**	100,0	**43.363.222**	100,0	40,1	**43.879.440**	100,0	1,2	87,4

Os 5,5 M€ de investimento dos serviços municipalizados foram na sua maior parte direcionados para o setor de água e esgotos (76,7%), fazendo com que esta área de investimento passe a ter um peso de 17,1% no total do grupo municipal (CM+AM+SM), face a uma percentagem de 8,5% considerando apenas os municípios. De facto, os serviços municipalizados de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo realizaram 4,2 M€ de investimento em água e esgotos, em 2018, mais do que os 19 municípios, cujo total foi de 3,3 M€. Nos municípios, estas despesas diminuíram 24,5% em 2018, enquanto que nos serviços municipalizados aumentaram 37,9%.

Refira-se ainda que a segunda área de investimento dos serviços municipalizados é a de equipamento e material de transporte, com um peso relativo de 15,3%, seguindo-se a recolha e tratamento de lixo (5%).

Seguem-se os gráficos 4.10, 4.11 e 4,12, com a evolução, em milhões de euros, das áreas de investimento, e a sua estrutura percentual, para o ano de 2018 e média do período 2009 - 2018.

GRÁFICO 4.10 - Evolução das principais áreas de investimento municipal (CM+AM+SM) - 2009 - 2018

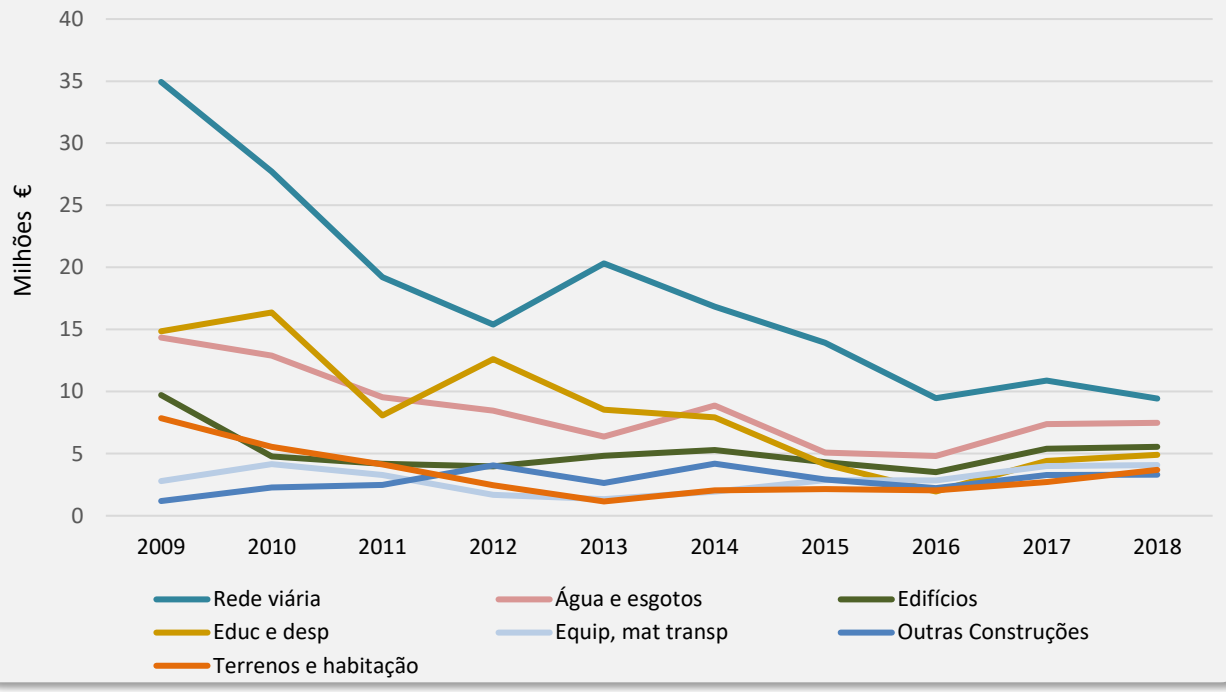


Gráfico 4.11 - Áreas de investimento (%) - 2018 (CM+AM+SM)

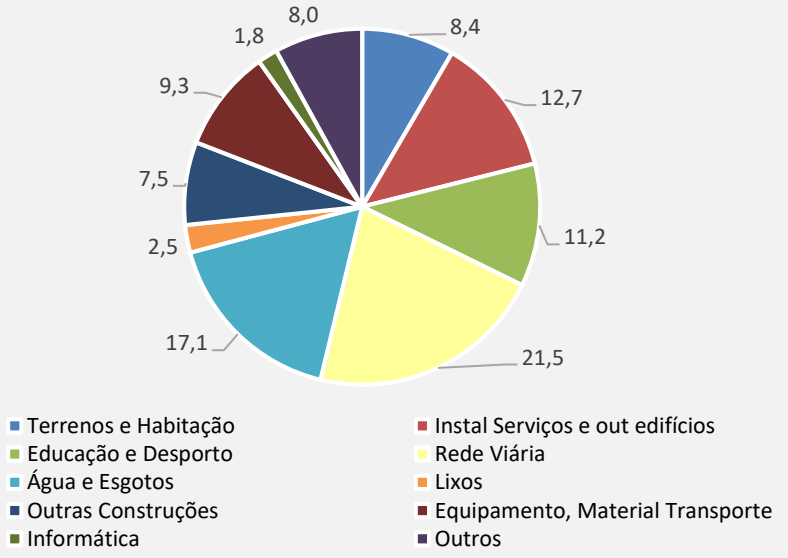
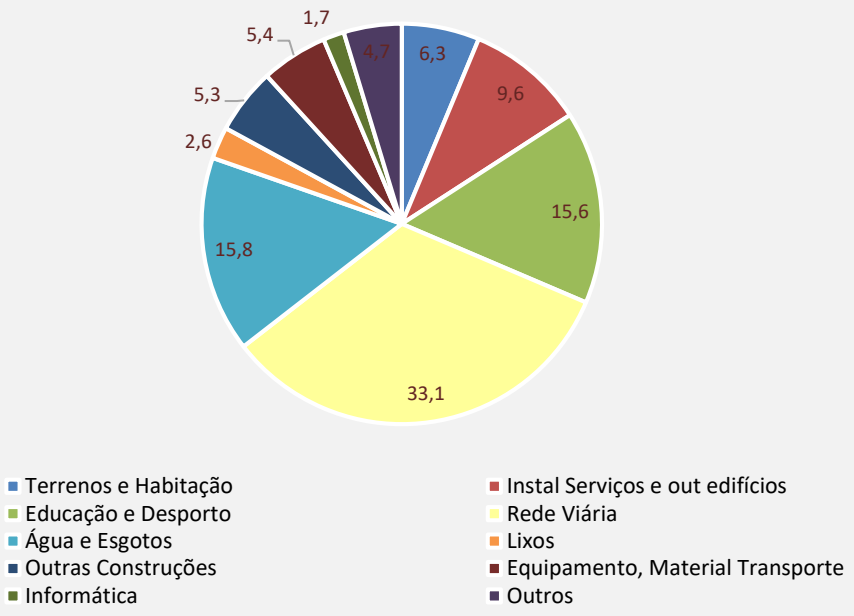


Gráfico 4.12- Áreas de investimento - média (2009 - 2018) CM+AM+SM)



Comparando os gráficos 4.11 (estrutura em 2018) e 4.12 (estrutura em 2009 - 2018), verifica-se no ano de 2018 uma maior prioridade nas áreas de habitação, edifícios, água e esgotos, equipamento e outras construções. As áreas de educação e desporto e de rede viária são as que perdem peso em 2018, quando comparado com a média dos últimos 10 anos. A rede viária, com um total de 9,4 M€ em 2018, tem o valor mais baixo do período em análise. Em 2009 esse valor foi de 35 M€. Em contrapartida, o investimento em equipamento e material de transporte teve, em 2018, o seu segundo valor mais elevado.

Os Quadros que se seguem mostram, por município, o investimento direto realizado em 2018 e a média no período 2009 - 2018, bem como o peso relativo das áreas de investimento.

QUADRO 4.29 - Áreas de investimento municipal

Euros

Municípios	Terrenos		Habitação		Edifícios		Educação e desporto		Rede viária		Água e esgotos (inclui SM)		Outras construções		Equipam e material transporte		Informática		Outras	
	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2017	Média 2009/18
VPT	0	43.998	3.292	24.255	9.758	317.422	23.869	23.476	630.869	263.719	80.306	55.471	74.450	141.714	103.704	161.764	24.854	17.693	2.508	76.136
PDL	1.118.507	356.461	6.809	57.851	1.576.403	1.071.738	1.872.108	1.532.469	2.282.000	2.563.422	3.034.531	2.649.570	361.324	349.244	595.751	417.517	194.552	183.502	668.586	532.957
RGR	218.301	95.767	306.951	986.718	395.698	812.720	796.493	1.100.704	1.306.358	2.708.973	2.334.872	2.011.819	425.442	616.061	127.991	176.393	57.260	100.347	171.403	224.579
LAG	0	46.890	74.418	58.025	507.805	605.288	149.218	150.034	88.928	563.093	145.735	489.998	59.376	65.978	193.805	117.381	58.134	40.127	603.192	190.135
VFC	33.600	43.923	144.832	97.065	2.950	146.995	127.922	712.096	438.423	394.476	0	112.833	125.236	55.321	135.795	83.898	3.653	12.551	128.154	147.853
POV	0	9.106	78.725	40.014	40.803	72.426	478.984	243.295	160.534	141.099	74.712	131.326	167.713	236.905	18.786	31.047	14.076	43.217	80.110	112.137
NRD	9.150	19.801	158.848	36.959	60.039	267.504	85.211	101.218	194.627	1.506.736	0	7.270	194.008	113.787	33.078	90.371	115	18.417	20.514	18.321
AGH	85.000	114.448	437.745	389.172	834.317	446.922	797.788	1.068.132	498.380	1.442.005	1.176.423	1.034.855	1.418.658	318.874	486.811	327.236	77.903	116.796	31.087	104.657
PVT	205.449	101.853	247.268	148.301	45.541	281.949	145.024	742.469	519.307	1.591.178	0	100.813	25.000	45.714	57.434	139.623	3.203	41.200	548.496	370.553
SCG	110.800	82.009	59.072	117.395	495.535	133.431	134.750	214.199	0	580.926	0	152.079	58.913	229.306	154.073	121.480	4.968	25.573	832.443	154.788
CAL	0	259	0	0	136.500	108.965	0	178.226	408.544	670.545	162.422	115.370	17.419	37.707	54.064	38.285	1.156	13.505	29.405	61.208
VEL	117.600	14.260	0	0	168.765	122.400	12.279	208.993	284.220	684.955	0	229.789	0	13.303	587.606	98.938	10.051	12.899	145.567	104.836
SRP	42.500	107.751	0	5.992	12.675	21.806	7.184	286.574	519.063	605.173	96.060	108.188	14.452	29.216	10.147	13.258	16.665	12.262	109.466	118.353
LPC	35.093	24.879	0	0	166.152	77.829	20.999	644.804	227.741	898.449	14.689	152.327	6.959	63.350	80.483	52.152	14.165	31.048	33.944	51.424
MAD	0	22.345	0	0	104.646	169.720	32.308	108.379	772.167	1.058.874	26.578	74.793	60.134	106.515	200.502	114.777	13.073	25.217	722.987	243.603
HRT	0	28.931	0	0	876.733	216.435	103.284	98.794	520.043	842.874	161.579	810.828	109.215	139.948	69.177	90.689	89.785	79.825	75.341	113.249
SCF	12.564	18.191	70.856	49.211	8.043	20.138	15.194	390.798	241.903	325.156	61.114	110.586	45.199	50.709	60.995	66.337	10.281	5.273	31.036	42.879
LFL	0	6.840	0	10.885	15.908	124.857	0	527.499	3.671	560.752	7.134	13.157	2.794	174.465	174.005	135.963	83.671	14.874	45.195	142.448
CRV	64.110	6.411	0	17.415	104.110	61.232	97.663	42.458	341.821	397.463	107.208	159.767	139.633	67.445	90.200	53.271	6.729	9.578	26.403	224.472
CM	**2.052.673**	**1.144.123**	**1.588.815**	**2.039.257**	**5.562.381**	**5.079.779**	**4.900.279**	**8.374.619**	**9.438.600**	**17.799.866**	**7.483.363**	**8.520.840**	**3.305.926**	**2.855.563**	**3.234.407**	**2.330.379**	**684.294**	**803.905**	**4.305.837**	**3.034.589**

QUADRO 4.30 - Áreas de investimento municipal - %

Municípios	Terrenos		Habitação		Instalações dos serviços		Educação e desporto		Rede viária		Água e esgotos (inclui SM)		Outras construções		Equipam e material transporte		Informática		Outras	
	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18	2018	Média 2009/18
VPT	0,0%	3,9%	0,3%	2,2%	1,0%	28,2%	2,5%	2,1%	66,2%	23,4%	8,4%	4,9%	7,8%	12,6%	10,9%	14,4%	2,6%	1,6%	0,3%	6,8%
PDL	9,6%	3,7%	0,1%	0,6%	13,5%	11,0%	16,0%	15,8%	19,5%	26,4%	25,9%	27,3%	3,1%	3,6%	5,1%	4,3%	1,7%	1,9%	5,7%	5,5%
RGR	3,6%	1,1%	5,0%	11,2%	6,4%	9,2%	13,0%	12,5%	21,3%	30,7%	38,0%	22,8%	6,9%	7,0%	2,1%	2,0%	0,9%	1,1%	2,8%	2,5%
LAG	0,0%	2,0%	4,0%	2,5%	27,0%	26,0%	7,9%	6,4%	4,7%	24,2%	7,7%	21,1%	3,2%	2,8%	10,3%	5,0%	3,1%	1,7%	32,1%	8,2%
VFC	2,9%	2,4%	12,7%	5,4%	0,3%	8,1%	11,2%	39,4%	38,4%	21,8%	0,0%	6,2%	11,0%	3,1%	11,9%	4,6%	0,3%	0,7%	11,2%	8,2%
POV	0,0%	0,9%	7,1%	3,8%	3,7%	6,8%	43,0%	22,9%	14,4%	13,3%	6,7%	12,4%	15,0%	22,3%	1,7%	2,9%	1,3%	4,1%	7,2%	10,6%
NRD	1,2%	0,9%	21,0%	1,7%	7,9%	12,3%	11,3%	4,6%	25,8%	69,1%	0,0%	0,3%	25,7%	5,2%	4,4%	4,1%	0,0%	0,8%	2,7%	0,8%
AGH	1,5%	2,1%	7,5%	7,3%	14,3%	8,3%	13,7%	19,9%	8,5%	26,9%	20,1%	19,3%	24,3%	5,9%	8,3%	6,1%	1,3%	2,2%	0,5%	2,0%
PVT	11,4%	2,9%	13,8%	4,2%	2,5%	7,9%	8,1%	20,8%	28,9%	44,7%	0,0%	2,8%	1,4%	1,3%	3,2%	3,9%	0,2%	1,2%	30,5%	10,4%
SCG	6,0%	4,5%	3,2%	6,5%	26,8%	7,4%	7,3%	11,8%	0,0%	32,1%	0,0%	8,4%	3,2%	12,7%	8,3%	6,7%	0,3%	1,4%	45,0%	8,5%
CAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,9%	8,9%	0,0%	14,6%	50,5%	54,8%	20,1%	9,4%	2,2%	3,1%	6,7%	3,1%	0,1%	1,1%	3,6%	5,0%
VEL	8,9%	1,0%	0,0%	0,0%	12,7%	8,2%	0,9%	14,0%	21,4%	46,0%	0,0%	15,4%	0,0%	0,9%	44,3%	6,6%	0,8%	0,9%	11,0%	7,0%
SRP	5,1%	8,2%	0,0%	0,5%	1,5%	1,7%	0,9%	21,9%	62,7%	46,2%	11,6%	8,3%	1,7%	2,2%	1,2%	1,0%	2,0%	0,9%	13,2%	9,0%
LPC	5,8%	1,2%	0,0%	0,0%	27,7%	3,9%	3,5%	32,3%	37,9%	45,0%	2,4%	7,6%	1,2%	3,2%	13,4%	2,6%	2,4%	1,6%	5,7%	2,6%
MAD	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	5,4%	8,8%	1,7%	5,6%	40,0%	55,0%	1,4%	3,9%	3,1%	5,5%	10,4%	6,0%	0,7%	1,3%	37,4%	12,7%
HRT	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	43,7%	8,9%	5,2%	4,1%	25,9%	34,8%	8,1%	33,5%	5,4%	5,8%	3,4%	3,7%	4,5%	3,3%	3,8%	4,7%
SCF	2,3%	1,7%	12,7%	4,6%	1,4%	1,9%	2,7%	36,2%	43,4%	30,1%	11,0%	10,2%	8,1%	4,7%	10,9%	6,1%	1,8%	0,5%	5,6%	4,0%
LFL	0,0%	0,4%	0,0%	0,6%	4,8%	7,3%	0,0%	30,8%	1,1%	32,8%	2,1%	0,8%	0,8%	10,2%	52,4%	7,9%	25,2%	0,9%	13,6%	8,3%
CRV	6,6%	0,6%	0,0%	1,7%	10,6%	5,9%	10,0%	4,1%	35,0%	38,2%	11,0%	15,4%	14,3%	6,5%	9,2%	5,1%	0,7%	0,9%	2,7%	21,6%
CM	**4,8%**	**2,2%**	**3,7%**	**3,9%**	**13,1%**	**9,8%**	**11,5%**	**16,1%**	**22,2%**	**34,2%**	**17,6%**	**16,4%**	**7,8%**	**5,5%**	**7,6%**	**4,5%**	**1,6%**	**1,5%**	**10,1%**	**5,8%**

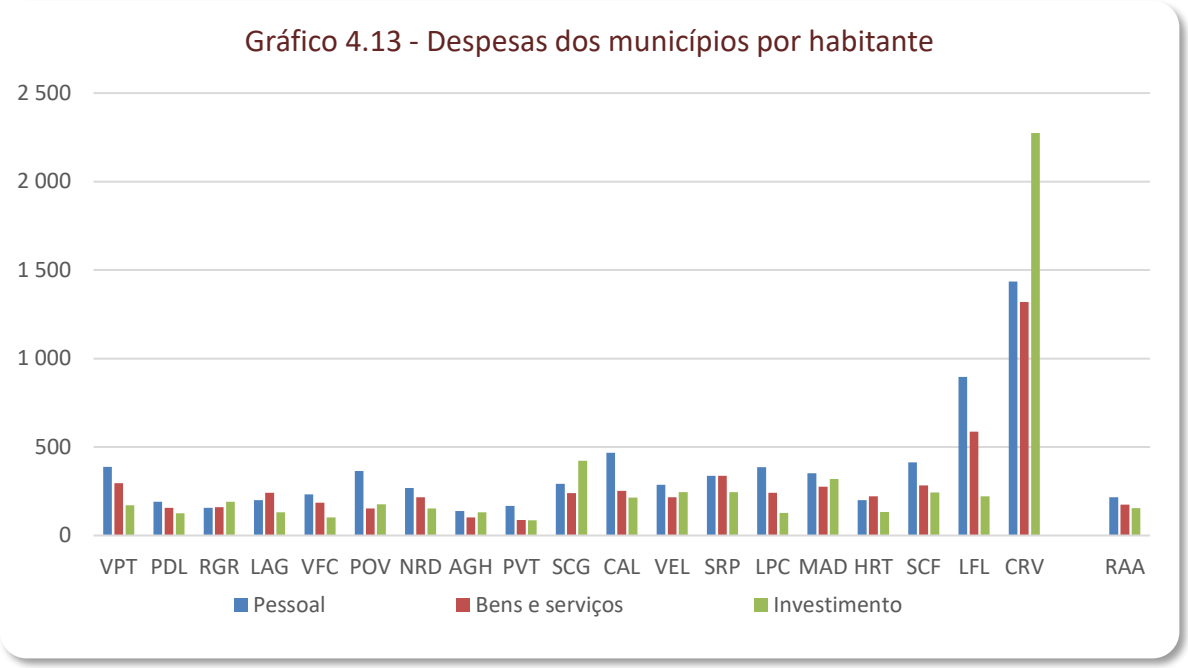
Em alguns municípios, o peso relativo de certas áreas de investimento em 2018 difere muito da média dos últimos 10 anos. Assim:

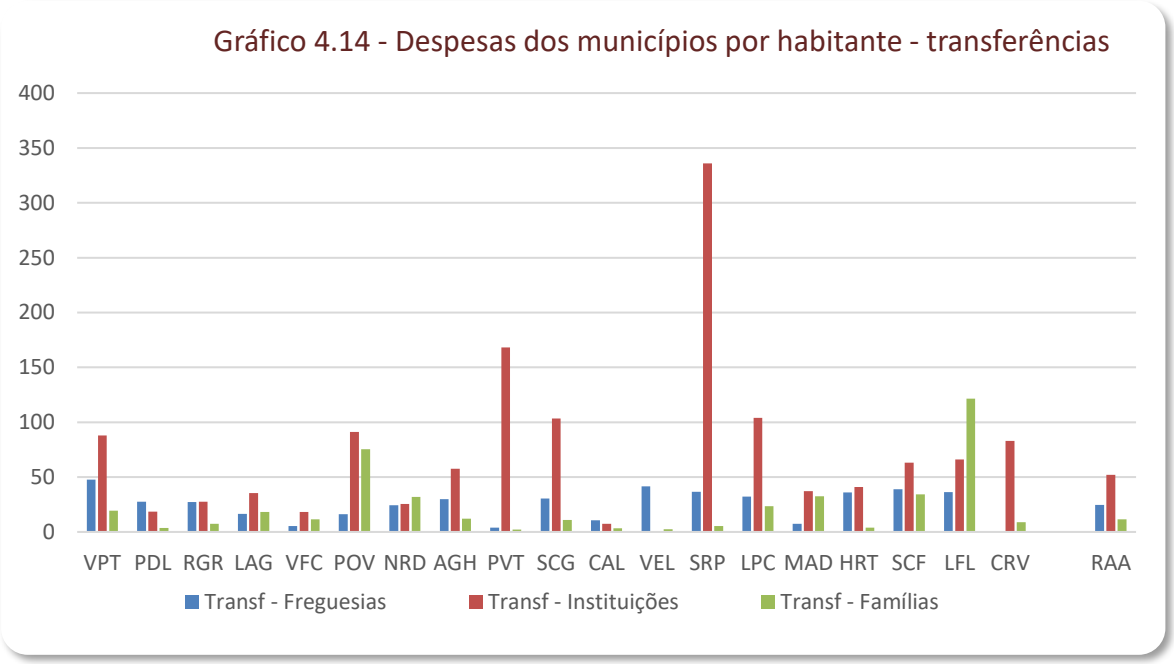
Na área da habitação destacam-se os casos de Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória e Santa Cruz das Flores, os quais em 2018 deram uma prioridade muito maior a esta área de investimento, quando comparado com a média do período 2009 - 2018.

Nas instalações dos serviços, o destaque vai para os municípios da Horta e Santa Cruz da Graciosa. É interessante o caso da Lagoa, pois apresenta uma percentagem elevada quer em 2018, quer nos anos anteriores.

Na rede viária, destacam-se os municípios de Vila do Porto, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores.

Concluindo a análise da despesa municipal, apresentam-se os Gráficos 4.13 e 4.14 com algumas despesas municipais por habitante, tendo-se optado por apresentar as transferências num gráfico separado, para efeitos de melhor visualização.





5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

5.1 - Resultados do exercício

O resultado líquido global dos municípios da RAA situou-se em 13,0 M€, em 2018, o que representa um aumento de 71,9%, em relação ao ano anterior. Observando o Quadro 5.1, verifica-se que os resultados operacionais, financeiros e extraordinários aumentaram de forma expressiva, de 2017 para 2018.

Os resultados operacionais atingiram o valor de 2,9 M€, o mais elevado do triénio, crescendo assim, 276,8%, em relação a 2017. Os resultados financeiros, que em 2017 foram negativos, voltaram, em 2018, a valores positivos, e os resultados extraordinários aumentaram 24,5%, atingindo o valor de 9,0 M€. Os resultados financeiros, regra geral, têm sido negativos. Considerando o total dos municípios, nos últimos 10 anos, apenas em 2016 e 2018 esse valor foi positivo. Contribuíram para este resultado os 8 municípios que em 2018 tiveram resultado financeiro positivo, essencialmente derivado da participação nos resultados do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e nos resultados das empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados.

O Quadro 5.1 mostra também, de forma agregada, os custos, proveitos e resultados dos serviços municipalizados e das associações de municípios. Nos serviços municipalizados, o resultado líquido foi positivo nos últimos 3 anos e aumentou 8,2%, em 2018. Para tal, contribuíram os resultados operacionais que cresceram 59,1%, uma vez que, tanto os resultados financeiros, como os extraordinários decresceram, 77,4% e 21,3%, respetivamente. A análise individualizada permite perceber que, no caso dos SMAH, apesar do resultado líquido ser positivo, os resultados operacionais foram negativos em 0,3 M€.

Nas associações de municípios, o resultado líquido é positivo, pela primeira vez no triénio, atingindo o valor de 0,1 M€. São os resultados extraordinários que mais contribuem para este resultado, uma vez que os operacionais e financeiros apresentaram valores negativos. Em termos individualizados, a AMIP é a única a apresentar um resultado líquido negativo.

QUADRO 5.1 - Demonstração de resultados sintética - CM, SM, AM

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios	2016	2017	2018	Δ %
Custos operacionais	152 679 552	158 243 283	162 353 519	2,6
Proveitos operacionais	155 093 718	159 009 592	165 240 914	3,9
Custos e perdas financeiros	3 017 318	4 182 671	2 916 396	-30,3
Proveitos e ganhos financeiros	5 760 701	3 706 178	3 958 760	6,8
Custos e perdas extraordinários	9 871 571	9 840 801	9 560 697	-2,8
Proveitos e ganhos extraordinários	18 919 127	17 088 554	18 587 049	8,8
Resultados operacionais	**2 414 165**	**766 309**	**2 887 395**	276,8
Resultados financeiros	**2 743 384**	**-476 493**	**1 042 365**	318,8
Resultados extraordinários	**9 047 556**	**7 247 753**	**9 026 351**	24,5
Resultado líquido do exercício	**14 205 105**	**7 537 569**	**12 956 111**	**71,9**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Serviços Municipalizados	2016	2017	2018	Δ %
Custos operacionais	15 579 848	15 454 570	15 814 538	2,3
Proveitos operacionais	16 358 164	16 564 915	17 581 140	6,1
Custos e perdas financeiros	13 484	10 769	9 478	-12,0
Proveitos e ganhos financeiros	34 710	45 759	17 374	-62,0
Custos e perdas extraordinários	158 121	225 590	569 766	152,6
Proveitos e ganhos extraordinários	1 665 574	2 043 757	2 001 298	-2,1
Resultados operacionais	**778 315**	**1 110 345**	**1 766 602**	59,1
Resultados financeiros	**21 226**	**34 990**	**7 896**	-77,4
Resultados extraordinários	**1 507 453**	**1 818 167**	**1 431 532**	-21,3
Resultado líquido do exercício	**2 306 994**	**2 963 501**	**3 206 030**	**8,2**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Associações de Municípios	2016	2017	2018	Δ %
Custos operacionais	2 611 579	2 944 006	3 124 302	6,1
Proveitos operacionais	2 393 955	2 552 001	2 954 222	15,8
Custos e perdas financeiros	4 628	15 063	4 946	-67,2
Proveitos e ganhos financeiros	160 422	120 138	0	-100,0
Custos e perdas extraordinários	11 635	20 738	6 520	-68,6
Proveitos e ganhos extraordinários	69 242	102 592	283 612	176,4
Resultados operacionais	**-217 624**	**-392 005**	**-170 081**	56,6
Resultados financeiros	**155 794**	**105 075**	**-4 946**	-104,7
Resultados extraordinários	**57 607**	**81 854**	**277 092**	238,5
Resultado líquido do exercício	**-4 223**	**-205 076**	**102 065**	**149,8**

Proveitos e custos operacionais

Depois de, em 2017, os resultados operacionais dos municípios terem decrescido significativamente, em 2018 voltam a subir ultrapassando os níveis de 2016, atingindo o valor de 2,9 M€, mais do que triplicando face ao ano anterior. Analisando o Quadro 5.2, verifica-se que tanto os proveitos como os custos operacionais aumentaram, face a 2017. O aumento dos proveitos (6,3 M€) foi, no entanto, mais do que suficiente para compensar o aumento dos custos (4,5 M€).

QUADRO 5.2 - Proveitos e custos operacionais - Total CM

Euros

Proveitos operacionais	2016	2017	Δ % (16-17)	2018	%	Δ % (17-18)
Vendas e prestações de serviços	17 333 087	17 522 297	1,1	17 566 943	**10,6**	0,3
Impostos e taxas	35 829 368	38 535 297	7,6	43 327 446	**26,2**	12,4
Variação da produção	0	0	-	0	**0,0**	-
Trabalhos para a própria entidade	1 858 339	1 307 920	-29,6	1 419 930	**0,9**	8,6
Proveitos suplementares	1 116 859	982 369	-12,0	673 705	**0,4**	-31,4
Transferências e subsídios obtidos	98 956 066	100 661 709	1,7	102 356 780	**61,9**	1,7
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0	-	3 390	**0,0**	-
Total	**155 093 718**	**159 009 592**	2,5	**165 348 194**	**100,0**	**4,0**

Custos operacionais	2016	2017	Δ % (16-17)	2018	%	Δ % (17-18)
Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 144 693	5 197 776	1,0	5 454 751	**3,4**	4,9
Fornecimentos e serviços externos	39 073 789	42 325 961	8,3	43 153 546	**26,5**	2,0
Pessoal	50 020 056	51 033 345	2,0	54 101 988	**33,2**	6,0
Transf. e subsídios correntes concedidos	14 360 777	15 769 827	9,8	16 547 438	**10,2**	4,9
Amortizações do exercício	42 659 386	42 200 720	-1,1	41 972 398	**25,8**	-0,5
Provisões do exercício	634 878	855 750	34,8	622 132	**0,4**	-27,3
Outros custos e perdas operacionais	785 974	859 903	9,4	884 406	**0,5**	2,8
Total	**152 679 552**	**158 243 283**	3,6	**162 736 658**	**100,0**	**2,8**

Resultados operacionais	2016	2017	Δ % (16-17)	2018	%	Δ % (17-18)
Resultado operacional (Prov operac - custos operac)	2 414 165	766 309	-68,3	2 611 536	-	240,8

Em termos da estrutura dos proveitos operacionais, destacam-se as transferências, com um peso relativo de 61,9%, onde assumem papel relevante os Fundos do Orçamento do Estado. Seguem-se os impostos e taxas (26,2%) e as vendas de bens e serviços (10,6%).

Nos custos operacionais, a rubrica com maior peso é a dos custos com o pessoal (33,2%), seguindo-se as aquisições de bens e serviços (26,5%) e as amortizações do exercício (25,8%).

Os Impostos e Taxas foram a rubrica dos proveitos operacionais que mais cresceu (12,4%). Do lado dos custos, a rubrica de Pessoal foi a que registou o maior aumento (6,0%).

A estrutura dos proveitos e dos custos operacionais é apresentada nos gráficos 5.1 e 5.2

Gráfico 5.1 - Estrutura dos proveitos operacionais - 2018

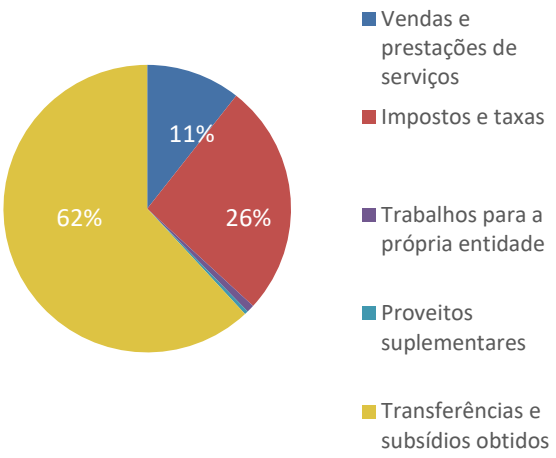
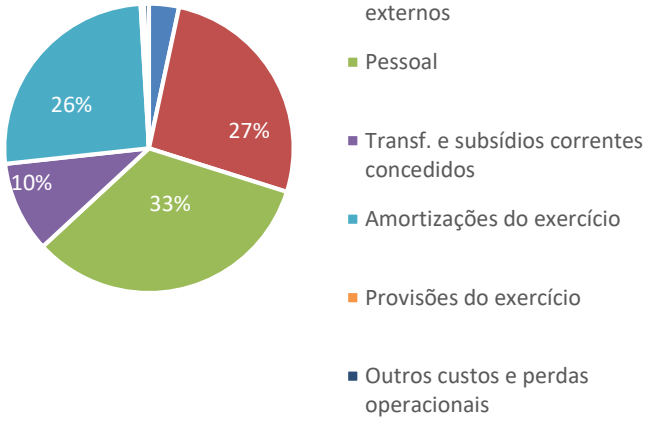


Gráfico 5.2 - Estrutura dos custos operacionais - 2018



No Quadro 5.3 apresentam-se por entidade e para o triénio 2016 - 2018 os resultados operacionais, financeiros e extraordinários, bem como o resultado líquido (soma dos outros 3).

Nos resultados operacionais de 2018, 7 municípios apresentam valores negativos (menos três do que em 2017) e 6 deles mostram resultados negativos nos 3 últimos anos. Com valores negativos mais elevados, surgem Ponta Delgada e Lajes das Flores, neste último caso, um valor alto para a dimensão do município. Por outro lado, os melhores resultados operacionais aparecem nos municípios de Ribeira Grande e Angra do Heroísmo.

O município de S. Roque do Pico é o único que apresenta valores negativos nos 3 anos e nos 3 tipos de resultados (operacionais, financeiros e extraordinários).

QUADRO 5.3 - Resultados por entidade

Euros

Municípios	Resultados operacionais			Resultados financeiros			Resultados extraordinários			Resultado líquido exercício (RO+RF+RE)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
VPT	291 540	-233 189	394 226	1 708 618	-349 653	-216 105	-31 148	-70 986	-167 330	1 969 009	-653 827	10 791
PDL	-2 371 877	-1 839 436	-3 096 603	2 205 984	1 433 535	1 212 665	2 548 109	1 772 736	1 717 349	2 382 215	1 366 835	-166 589
RGR	2 510 785	2 520 317	3 282 339	128 692	572 130	709 610	654 191	1 225 451	483 772	3 293 668	4 317 897	4 475 721
LAG	828 076	108 410	-119 630	-108 415	-109 299	-95 773	424 684	248 538	486 238	1 144 346	247 649	270 836
VFC	419 009	-225 211	243 739	-704 368	-717 473	-581 771	650 310	618 021	592 630	364 952	-324 664	254 597
POV	4 201	420 203	356 887	-48 676	-75 119	-76 481	686 264	396 319	469 705	641 789	741 403	750 111
NRD	445 145	537 751	379 564	-506 932	-617 986	-374 058	875 209	747 195	626 649	813 422	666 960	632 156
AGH	1 641 175	1 492 878	1 656 052	100 316	-340 154	285 262	722 359	324 590	1 040 919	2 463 850	1 477 314	2 982 233
PVT	560 689	605 987	1 100 549	-68 346	-239 369	-44 795	-1 243 854	-1 272 452	-1 121 116	-751 511	-905 834	-65 362
SCG	3 630	106 295	143 641	43 174	32 636	35 868	573 597	240 421	309 023	620 402	379 352	488 532
CAL	816 936	857 281	631 985	-68 672	-41 541	-30 132	383 388	545 954	518 550	1 131 652	1 361 694	1 120 403
VEL	225 938	169 085	265 998	91 966	107 717	184 358	938 561	789 770	856 392	1 256 464	1 066 571	1 306 747
SRP	-345 915	-423 693	-829 441	-8 176	-5 994	-130 724	-62 796	-94 781	-150 501	-416 888	-524 468	-1 110 666
LPC	-251 409	-43 286	141 066	-40 325	46 626	103 115	297 712	17 257	1 665 737	5 977	20 597	1 909 917
MAD	-281 192	-409 600	591 532	-39 844	-108 412	-63 296	264 561	691 530	508 120	-56 476	173 517	1 036 356
HRT	-211 117	-707 413	-346 192	-48 275	-202 651	-53 969	695 636	574 289	308 363	436 245	-335 774	-91 799
SCF	-229 008	-98 674	-292 899	8 860	26 513	9 093	-61 017	67 845	176 409	-281 165	-4 316	-107 397
LFL	-1 219 932	-1 559 918	-1 004 298	78 032	92 238	144 018	341 517	125 005	363 327	-800 383	-1 342 675	-496 954
CRV	-422 507	-511 479	-611 118	19 770	19 765	25 480	390 274	301 054	342 115	-12 464	-190 660	-243 522
CM	**2 414 165**	**766 309**	**2 887 395**	**2 743 384**	**-476 493**	**1 042 365**	**9 047 556**	**7 247 753**	**9 026 351**	**14 205 105**	**7 537 569**	**12 956 111**
SMPD	1 251 538	1 730 737	2 086 935	19 894	29 127	7 594	947 128	1 049 868	656 230	2 218 560	2 809 732	2 750 759
SMAH	-473 223	-620 392	-320 333	1 332	5 863	302	560 325	768 298	775 302	88 434	153 770	455 271
AMRAA	45 776	20 603	96 310	-96	-477	-541	-529	9 895	-3 223	45 151	30 021	92 546
AMISM	-150 726	-135 565	-249 772	156 011	116 061	-4 289	58 140	68 829	283 003	63 424	49 325	28 942
AMIP	-112 673	-277 044	-16 618	-122	-10 509	-116	-4	3 130	-2 688	-112 798	-284 423	-19 423

Com melhores resultados nos 3 tipos surgem Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa e Velas. Nos resultados extraordinários, o município da Praia da Vitória é o pior (-1,1 M€) dos 3 com resultados negativos (Vila do Porto, Praia da Vitória e São Roque do Pico). No total dos resultados líquidos, 7 municípios apresentam valores negativos, destacando-se os municípios de São Roque do Pico com o pior resultado (-1,1 M€). O município com o melhor resultado é o da Ribeira Grande (+4,5 M€).

O Quadro 5.4 apresenta as principais componentes dos custos e proveitos operacionais dos municípios em 2018, permitindo perceber a sua contribuição para os resultados operacionais. Não sendo a parte mais significativa nos resultados totais, representando 22%, comparado com os resultados extraordinários que ocupam 70%, os resultados operacionais assumem maior importância no âmbito da gestão autárquica, sendo à partida aqueles que sofrem menos oscilações. De facto, as verbas de caráter extraordinário que entram e saem dos cofres dos municípios

(empréstimos e transferências recebidas e concedidas) afetam os resultados financeiros e extraordinários, mas não os operacionais.

QUADRO 5.4 - Custos e proveitos operacionais - 2018

MUNICIPIOS	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Custos com pessoal	Transf. e subsídios correntes concedidos	Amortizações e provisões	Outros custos e perdas operacionais	Total de custos e perdas operacionais	Vendas de mercadorias produtos e serviços	Impostos e taxas	Trabalhos para a própria entidade	Transferências e subsídios obtidos	Outros proveitos e ganhos operacionais	Total de proveitos operacionais	Resultados operacionais (Proveitos - custos)
VPT	80.219	1.839.501	2.191.767	415.689	754.441	11.477	**5.293.094**	615.471	719.919	0	4.348.540	3.390	**5.687.320**	**394.226**
PDL	1.129.720	9.755.622	13.385.558	3.987.992	9.548.714	29.934	**37.837.540**	3.430.862	15.347.712	654.286	15.303.177	4.900	**34.740.937**	**-3.096.603**
RGR	398.442	6.408.659	5.025.780	191.944	2.697.991	396.594	**15.119.409**	3.674.464	4.108.876	48.959	10.569.448	0	**18.401.748**	**3.282.339**
LAG	869.720	4.414.648	3.034.975	878.803	1.351.154	73.772	**10.623.072**	2.416.077	2.762.761	119.801	5.204.804	0	**10.503.442**	**-119.630**
VFC	132.660	2.079.762	2.580.083	369.601	2.999.563	0	**8.161.669**	1.145.935	2.433.525	116.636	4.709.312	0	**8.405.408**	**243.739**
POV	67.289	1.102.859	2.170.930	1.292.755	1.642.230	17.120	**6.293.182**	939.677	1.208.493	0	4.501.900	0	**6.650.069**	**356.887**
NRD	187.766	866.648	1.334.685	722.890	1.917.676	28.512	**5.058.177**	15.899	858.636	0	4.528.162	35.045	**5.437.741**	**379.564**
AGH	243.826	3.285.013	5.040.500	2.237.417	4.239.648	27.794	**15.074.198**	538.900	5.544.315	123.699	10.448.461	74.874	**16.730.250**	**1.656.052**
PVT	117.999	1.832.339	3.667.915	1.886.207	2.374.644	18.781	**9.897.886**	174.159	2.865.590	0	7.405.676	553.010	**10.998.435**	**1.100.549**
SCG	0	1.033.613	1.290.874	661.085	793.910	17.077	**3.796.558**	301.700	703.162	0	2.935.338	0	**3.940.200**	**143.641**
CAL	94.554	1.143.657	1.775.044	69.426	925.535	7.432	**4.015.648**	385.544	517.996	0	3.744.092	0	**4.647.632**	**631.985**
VEL	178.710	1.064.023	1.587.713	578.412	1.700.647	95.943	**5.205.448**	771.550	566.375	62.899	4.070.621	0	**5.471.446**	**265.998**
SRP	165.118	1.177.505	1.108.574	991.479	1.831.704	22.058	**5.296.438**	412.756	707.570	86.221	3.256.206	4.244	**4.466.997**	**-829.441**
LPC	229.534	928.581	1.887.547	320.236	1.605.554	25.092	**4.996.542**	568.165	485.504	0	4.083.939	0	**5.137.608**	**141.066**
MAD	33.518	1.759.887	2.098.473	290.989	1.472.295	25.170	**5.680.332**	635.235	1.201.488	13.596	4.421.499	46	**6.271.864**	**591.532**
HRT	559.517	2.968.367	2.939.955	957.910	3.148.439	53.010	**10.627.196**	1.480.220	2.870.566	0	5.930.218	0	**10.281.004**	**-346.192**
SCF	206.380	473.089	950.649	287.436	1.081.870	15.408	**3.014.833**	20.879	240.801	0	2.458.668	1.586	**2.721.934**	**-292.899**
LFL	320.484	512.238	1.389.702	349.576	1.457.692	19.233	**4.048.926**	27.584	155.284	67.471	2.794.289	0	**3.044.627**	**-1.004.298**
CRV	80.002	507.535	641.264	33.747	1.050.822	0	**2.313.370**	11.866	28.872	19.082	1.642.432	0	**1.702.252**	**-611.118**
TOTAL	**5.095.459**	**43.153.546**	**54.101.988**	**16.523.592**	**42.594.529**	**884.406**	**162.353.519**	**17.566.943**	**43.327.446**	**1.312.650**	**102.356.780**	**677.095**	**165.240.914**	**2.887.395**

Chama-se a atenção para os casos de Ponta Delgada e Ribeira Grande. O primeiro município tem um resultado operacional de -3,1 M€ e o segundo um resultado positivo de 3,3 M€. Pelos custos e proveitos de cada um, é possível perceber as razões desta diferença. Os custos de pessoal de Ponta Delgada são muito superiores (2,7 vezes mais) e os custos de aquisição de bens e serviços também são 1,5 vezes mais elevados nesse município. Também as transferências correntes e subsídios para diversas entidades são muito superiores em Ponta Delgada, como mostra o Quadro. No lado dos proveitos, o que se nota é que as vendas de mercadorias, produtos e serviços, são superiores no município da Ribeira Grande, enquanto a grande parte destes proveitos estão nos serviços municipalizados, no caso de Ponta Delgada. Este é também um fator que contribui para um resultado operacional de 1,6 M€ em Angra do Heroísmo, face ao resultado de 3,3 M€ da Ribeira Grande. Refira-se, ainda, que os custos de fornecimentos e serviços externos de Angra do Heroísmo são cerca de metade dos da Ribeira Grande, cujo valor ultrapassa o somatório de Angra e Praia.

Com resultados operacionais negativos aparecem ainda os municípios de S. Roque do Pico (com um volume de transferências e subsídios concedidos superior aos das Lajes e Madalena juntos) e os municípios da Horta, Flores e Corvo, com destaque para Lajes das Flores e Corvo, dada a sua

dimensão. No município de Lajes das Flores os custos operacionais são de 4 M€, bem superiores aos de Santa Cruz das Flores (3M€). No caso do Corvo, os custos com fornecimentos e serviços externos são relativamente elevados, o que associado a reduzidos proveitos conduzem a resultados operacionais negativos.

5.2 Balanço

O Quadro 5.5 apresenta um resumo dos balanços totais dos municípios no triénio 2016-2018.

QUADRO 5.5 - Balanços sintéticos - 2016-2018 - Total CM

Euros

Ativo líquido	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imobilizado Incorpóreo	4.546.442	0,4	3.686.591	0,3	-18,9	4.410.901	0,4	19,6
Imobilizado Corpóreo	1.105.079.325	89,5	1.102.412.182	90,1	-0,2	1.110.321.932	89,8	0,7
Imobilizado Financeiro	65.310.220	5,3	60.633.302	5,0	-7,2	56.898.311	4,6	-6,2
Existências	2.288.118	0,2	2.411.857	0,2	5,4	2.534.018	0,2	5,1
Dívidas de terceiros	19.467.022	1,6	18.667.773	1,5	-4,1	19.399.796	1,6	3,9
Depósitos e Caixa	23.540.511	1,9	24.049.240	2,0	2,2	27.489.661	2,2	14,3
Acréscimos de proveitos	13.402.284	1,1	10.898.419	0,9	-18,7	14.876.489	1,2	36,5
Custos diferidos	598.850	0,0	684.216	0,1	14,3	680.600	0,1	-0,5
Totais	**1.234.232.771**	100,0	**1.223.443.579**	100,0	-0,9	**1.236.611.707**	100,0	1,1

Fundos Próprios	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Património	547.087.823	72,0	548.959.926	70,8	0,3	559.449.372	70,8	1,9
Ajustamento de partes de capital	40.283.034	5,3	37.660.777	4,9	-6,5	45.570.507	5,8	21,0
Reservas	52.223.577	6,9	58.454.212	7,5	11,9	64.018.881	8,1	9,5
Subsídios e doações	33.324.766	4,4	43.784.294	5,6	31,4	34.079.145	4,3	-22,2
Resultados transitados	61.023.136	8,0	66.907.222	8,6	9,6	70.698.413	9,0	5,7
Resultado Líquido de exercício	14.205.105	1,9	7.537.569	1,0	-46,9	12.956.111	1,6	71,9
Outros fundos próprios	12.206.914	1,6	11.955.592	1,5	-2,1	3.074.679	0,4	-74,3
Totais	**760.354.356**	100,0	**775.259.592**	100,0	2,0	**789.847.108**	100,0	1,9

Passivo	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Provisões para riscos e encargos	4.218.677	0,9	4.143.918	0,9	-1,8	4.420.438	1,0	6,7
Dívida de médio e longo prazo	131.097.238	27,7	122.348.183	27,3	-6,7	113.091.358	25,3	-7,6
Dívida de curto prazo	11.170.487	2,4	12.448.774	2,8	11,4	11.014.707	2,5	-11,5
Acréscimos de custos	7.911.359	1,7	8.047.596	1,8	1,7	9.235.206	2,1	14,8
Proveitos diferidos	319.480.654	67,4	301.195.516	67,2	-5,7	309.002.890	69,2	2,6
Totais	**473.878.415**	100,0	**448.183.987**	100,0	-5,4	**446.764.599**	100,0	-0,3

Fundos próprios e passivo	**1.234.232.771**		**1.223.443.579**		-0,9	**1.236.611.707**		1,1

5.2.1 - Ativo

Em 2018, o Ativo Líquido total dos municípios aumentou 1,1%. O Passivo diminuiu 0,3% e os Fundos Próprios aumentaram 1,9%.

O Imobilizado Corpóreo representou 89,8% do Ativo e aumentou 0,7%. Este imobilizado é essencialmente constituído por edifícios e outras construções (82,8%) e terrenos e recursos naturais (10,0%). O Imobilizado em Curso (obras por concluir no final do ano) atingiu o valor de 43,5 M€ e representou 3,9% do imobilizado corpóreo. Este valor era de 14% em 2008 e 2009 e 8% em 2012, tendo vindo a diminuir, uma vez que os investimentos realizados nos últimos anos têm vindo a ser substancialmente reduzidos.

As verbas disponíveis em Depósitos e Caixa (27,5M€) ultrapassam as dívidas a receber (19,4 M€) e representam 2,2% do Ativo.

O Imobilizado Financeiro, decresce pelo terceiro ano consecutivo. Estas reduções devem-se sobretudo ao encerramento de diversas empresas municipais. As participações em empresas e o Fundo de Apoio Municipal (FAM) constituem as principais componentes do imobilizado financeiro dos municípios, representando no conjunto dos municípios, 85,3% e 10,6%, respetivamente.

As existências totalizam 2,5 M€, apenas 0,2% do Ativo. As empreitadas são a forma mais corrente de realização de obras pelos municípios, pelo que esta conta do ativo tem um valor reduzido. Em 2018, o valor total da conta 75 (Trabalhos para a própria entidade) que traduz os custos das obras por administração direta, era de apenas 1,4 M€.

As dívidas de terceiros aumentaram 3,9%, sendo esta uma rubrica de reduzida dimensão no ativo dos municípios (1,6%).

O Quadro 5.6 mostra o resumo do Ativo de 2018 dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios.

O ativo global deste conjunto de 24 entidades é de 1.312 M€, dos quais os municípios representam 94,3%, os serviços municipalizados 4,9% e as associações de municípios 0,8%.

QUADRO 5.6 - Balanço resumido - Ativo - 2018

Euros

MUNICIPIOS	Imobilizado Incorpóreo	Imobilizado Corpóreo	Imobilizado Financeiro	Existências	Dívidas de terceiros	Depósitos e Caixa	Acréscimos de proveitos	Custos diferidos	Ativo Líquido
VPT	33 027	43 342 163	521 395	84 753	86 866	333 788	87 509	22 295	44 511 795
PDL	0	173 816 632	12 145 687	479 139	3 310 057	6 392 788	8 847 577	37 268	205 029 148
RGR	1 377 640	149 676 938	598 163	300 657	1 513 442	2 347 520	462 132	8 554	156 285 044
LAG	103 519	53 622 329	369 633	67 007	309 303	566 255	511 570	12 291	55 561 908
VFC	180 705	98 755 129	2 816 191	37 600	1 729 950	933 072	130 074	13 893	104 596 614
POV	193 662	38 291 292	397 932	12 264	320 142	282 854	126 793	23 971	39 648 909
NRD	3 094	71 084 542	2 149 103	167 323	102 335	1 668 529	21 040	6 933	75 202 899
AGH	116 148	120 927 689	17 738 187	227 463	7 639 320	3 210 448	2 804 677	30 834	152 694 766
PVT	133 326	57 197 975	17 626 688	83 560	923 476	180 651	376 544	18 789	76 541 010
SCG	9 145	28 123 279	270 934	0	156 977	294 626	0	16 651	28 871 612
CAL	139 334	21 559 379	185 063	61 856	53 261	1 857 326	66 142	0	23 922 359
VEL	6 423	31 300 784	213 338	100 418	81 354	4 395 389	409 403	3 626	36 510 734
SRP	39 268	25 199 126	177 329	160 405	210 124	835 610	86 400	320 896	27 029 157
LPC	139 654	34 129 283	197 555	186 971	224 536	40 092	56 989	16 837	34 991 916
MAD	1 698 023	32 628 762	241 188	49 669	259 359	69 740	34 906	12 739	34 994 387
HRT	8 755	77 431 855	904 487	315 801	2 396 878	1 749 934	629 130	107 862	83 544 701
SCF	35 574	19 430 077	113 589	60 191	44 193	1 964 012	128 933	13 224	21 789 794
LFL	20 933	21 105 390	125 370	38 004	12 266	272 865	96 672	10 424	21 681 924
CRV	172 671	12 699 307	106 483	100 936	25 959	94 163	0	3 511	13 203 030
CM	4 410 901	1 110 321 932	56 898 311	2 534 018	19 399 796	27 489 661	14 876 489	680 600	1 236 611 707
SMPDL	0	33 800 423	0	255 839	1 956 523	9 399 272	0	5 425	45 417 482
SMAGH	0	15 359 504	0	248 489	608 570	2 558 517	3 312	21 443	18 799 834
SM	0	49 159 927	0	504 328	2 565 092	11 957 789	3 312	26 868	64 217 315
AMRAA	69 271	376 933	24 940	62 454	64 448	268 655	5 741	512	872 954
AMISM	0	2 872 283	6 090 585	0	408 178	207 767	0	819	9 579 633
AMIP	0	93 514	0	0	216 672	22 328	0	0	332 513
AM	69 271	3 342 730	6 115 525	62 454	689 298	498 750	5 741	1 331	10 785 100
CM+SM+AM	4 480 172	1 162 824 589	63 013 836	3 100 799	22 654 186	39 946 199	14 885 542	708 798	1 311 614 122

No imobilizado incorpóreo, é de assinalar o valor nulo de Ponta Delgada. O município da Madalena tem o valor mais elevado (1,7 M€).

No imobilizado corpóreo a situação é diferente e mais de acordo com a dimensão dos municípios. O município de Ponta Delgada tem um valor de 173,8 M€, seguindo-se a Ribeira Grande (149,7 M€), Angra do Heroísmo (120,9 M€) e Vila Franca do Campo (98,8 M€). O valor do município da Praia da Vitória é baixo, sendo inferior ao do Nordeste e da Horta. O imobilizado corpóreo dos serviços municipalizados de Ponta Delgada é superior ao de 8 dos municípios. Nas associações, a AMISM tem o valor mais elevado, cerca de 2,9 M€.

No imobilizado financeiro, os valores mais elevados são os de Angra do Heroísmo (17,7 M€) e Praia da Vitória (17,6 M€), seguindo-se Ponta Delgada em terceiro lugar, com 12,1 M€. Integram o imobilizado financeiro as participações em empresas, os investimentos em imóveis e, mais recentemente, o Fundo de Apoio Municipal (FAM), entre outros de menor dimensão. Os serviços municipalizados não apresentam valor nesta conta e, nas associações de municípios, a AMISM tem um valor de imobilizado financeiro de 6,1 M€, relativo à empresa MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA.

As dívidas a receber de terceiros totalizam 19,4 M€ nos municípios. O valor mais elevado é o de Angra do Heroísmo (7,6 M€), estando aqui incluídos 6,7 M€ de créditos de médio e longo prazo.
Este é o único município com créditos deste prazo de maturidade.
Nos acréscimos de proveitos, destaca-se claramente o município de Ponta Delgada, com um valor de 8,8 M€, num total de 14,9 M€.

5.2.2 - Fundos Próprios

Os municípios tinham no final de 2018 um valor global de 789,8 M€ de Fundos Próprios, dos quais, 70,8% constituem Património, 9,0% Resultados Transitados e 8,1% Reservas. O Quadro 5.7 mostra que em 2018 havia 8 municípios com resultados transitados negativos, com destaque para a Horta (-23 M€), Vila Franca do Campo (-13 M€) e S. Roque do Pico (-10 M€). Destes, apenas Vila Franca do Campo teve um resultado líquido positivo em 2018, pelo que os outros dois vão agravar ainda mais os seus resultados transitados.

QUADRO 5.7 - Balanço resumido - Fundos Próprios - 2018

Euros

MUNICIPIOS	Património	Ajustamento de partes de capital	Reservas	Subsídios e doações	Resultados transitados	Resultado Líquido de exercício	Outros fundos próprios	Total de Fundos próprios
VPT	16 289 621	0	77 196	0	23 292 976	10 791	0	39 670 585
PDL	82 326 632	7 650 649	2 618 987	2 540 870	43 684 442	-166 589	2 980 745	141 635 735
RGR	30 511 928	0	11 746 958	20 434 056	39 686 334	4 475 721	0	106 854 998
LAG	11 416 772	8 880 913	19 891 901	1 042 596	1 134 080	270 836	0	42 637 098
VFC	75 677 210	0	193 561	188 012	-13 077 563	254 597	0	63 235 818
POV	14 603 905	0	803 411	640 949	5 972 653	750 111	68 400	22 839 429
NRD	38 505 267	1 842 956	3 731 454	0	4 780 608	632 156	0	49 492 441
AGH	56 044 643	15 755 406	18 786 377	673 509	2 511 221	2 982 233	0	96 753 389
PVT	29 820 339	11 440 582	367 390	6 988 592	-5 947 692	-65 362	0	42 603 849
SCG	9 156 641	0	441 554	0	8 092 678	488 532	0	18 179 406
CAL	10 474 556	0	199 261	102 075	1 471 613	1 120 403	-230 490	13 137 418
VEL	18 315 342	0	10 173	422 867	-1 567 048	1 306 747	35 000	18 523 081
SRP	29 124 264	0	0	24 575	-10 302 664	-1 110 666	0	17 735 509
LPC	16 580 698	0	0	17 575	-7 323 690	1 909 917	0	11 184 501
MAD	7 500 330	0	422 858	0	7 119 544	1 036 356	0	16 079 089
HRT	79 045 407	0	21 812	22 000	-23 085 484	-91 799	221 024	56 132 961
SCF	13 127 036	0	616 414	977 469	2 438 390	-107 397	0	17 051 913
LFL	18 151 511	0	24 161	4 000	-7 978 863	-496 954	0	9 703 856
CRV	2 777 268	0	4 065 412	0	-203 124	-243 522	0	6 396 033
CM	559 449 372	45 570 507	64 018 881	34 079 145	70 698 413	12 956 111	3 074 679	789 847 108
SMPDL	14 956 457	0	3 369 894	6 009	10 709 622	2 750 759	6 648 480	38 441 221
SMAGH	3 808 642	0	358 892	597	3 040 530	455 271	0	7 663 932
SM	18 765 098	0	3 728 785	6 606	13 750 153	3 206 030	6 648 480	46 105 154
AMRAA	955 907	0	12 972	0	-335 296	92 546	0	726 130
AMISM	3 280 333	0	4 454 958	0	93 948	28 942	0	7 858 180
AMIP	170 317	0	12	0	-269 668	-19 423	0	-118 762
AM	4 406 557	0	4 467 942	0	-511 017	102 065	0	8 465 547
CM+SM+AM	582 621 028	45 570 507	72 215 608	34 085 751	83 937 548	16 264 207	9 723 160	844 417 809

5.2.3 Passivo e evolução do endividamento

O Quadro 5.8 mostra um passivo total dos municípios no valor de 446,8 M€, dos quais constituem dívida efetivamente a pagar (passivo exigível) 124,1 M€ (27,8%). Este rácio apresenta valores muito diferentes entre os municípios, variando entre 1,1% em Lajes das Flores e 85,8% em Vila do Porto, com 7 municípios acima do valor médio de 27,8%. A maior parcela do passivo não exigível é a dos proveitos diferidos - verbas recebidas de comparticipações para investimentos, que só serão consideradas proveito efetivo nos anos futuros.

QUADRO 5.8 - Balanço resumido - Passivo - 2018

Euros

MUNICIPIOS	Provisões para riscos e encargos	Dívida de médio e longo prazo	Dívida de curto prazo	Acréscimos de custos	Proveitos diferidos	Passivo total	Passivo exigível	Fundos Próprios e Passivo
VPT	0	4 070 057	86 109	334 359	350 686	4 841 211	4 156 166	44 511 795
PDL	111 571	19 286 121	2 603 950	2 359 470	39 032 302	63 393 413	21 890 070	205 029 148
RGR	0	10 597 123	638 814	897 650	37 296 459	49 430 046	11 235 937	156 285 044
LAG	95 060	5 497 966	440 712	496 030	6 395 042	12 924 810	5 938 678	55 561 908
VFC	100 000	20 309 792	212 766	389 981	20 348 256	41 360 795	20 522 558	104 596 614
POV	169 723	3 966 321	1 083 281	451 571	11 138 585	16 809 480	5 049 602	39 648 909
NRD	365 858	11 110 084	15 196	379 579	13 839 741	25 710 458	11 125 281	75 202 899
AGH	168 381	12 108 309	966 539	723 383	41 974 766	55 941 378	13 074 847	152 694 766
PVT	0	6 548 452	1 446 060	619 613	25 323 037	33 937 161	7 994 512	76 541 010
SCG	0	1 357 861	58 016	140 264	9 136 065	10 692 206	1 415 878	28 871 612
CAL	102 000	1 900 404	129 717	235 100	8 417 719	10 784 941	2 030 122	23 922 359
VEL	2 610 504	3 179 472	31 131	294 122	11 872 423	17 987 653	3 210 604	36 510 734
SRP	0	3 756 915	65 933	155 048	5 315 752	9 293 649	3 822 848	27 029 157
LPC	0	3 755 974	267 628	435 837	19 347 976	23 807 415	4 023 602	34 991 916
MAD	50 000	2 509 659	2 050 476	347 459	13 957 704	18 915 298	4 560 134	34 994 387
HRT	0	2 430 615	728 400	532 614	23 720 112	27 411 740	3 159 014	83 544 701
SCF	0	190 705	47 372	134 502	4 365 303	4 737 881	238 076	21 789 794
LFL	647 340	6 965	129 301	202 605	10 991 856	11 978 068	136 266	21 681 924
CRV	0	508 563	13 307	106 020	6 179 105	6 806 996	521 871	13 203 030
CM	4 420 438	113 091 358	11 014 707	9 235 206	309 002 890	446 764 599	124 106 066	1 236 611 707
SMPDL	0	0	492 067	524 798	5 959 396	6 976 260	492 067	45 417 482
SMAGH	95 002	902 016	630 106	500 075	9 008 702	11 135 902	1 532 122	18 799 834
SM	95 002	902 016	1 122 173	1 024 873	14 968 097	18 112 162	2 024 189	64 217 315
AMRAA	15 000	0	54 922	43 225	33 678	146 824	54 922	872 954
AMISM	104 284	88 023	2 950	1 047	1 525 148	1 721 453	90 974	9 579 633
AMIP	0	0	419 190	30 727	1 359	451 276	419 190	332 513
AM	119 284	88 023	477 062	74 998	1 560 184	2 319 552	565 086	10 785 100
CM+SM+AM	4 634 724	114 081 398	12 613 942	10 335 077	325 531 172	467 196 313	126 695 340	1 311 614 122

Passivo total e passivo exigível

O ano de 2018 volta a ser um ano de queda do passivo total dos municípios (-0,3%), apresentando o valor 446,7 M€ que é o mais baixo dos últimos 10 anos e que fica a dever-se a uma redução na dívida de curto prazo (-11,5%) e, também, a uma redução da dívida de médio e longo prazo (-7,6%).

QUADRO 5.9 – Passivo total

Passivo	2016		2017		Δ%	2018		Δ%
	valores	%	valores	%		valores	%	
Provisões para riscos e encargos	4 218 677	0,9	4 143 918	0,9	-1,8	4 420 438	1,0	6,7
Dívida de médio e longo prazo	131 097 238	27,7	122 348 183	27,3	-6,7	113 091 358	25,3	-7,6
Dívida de curto prazo	11 170 487	2,4	12 448 774	2,8	11,4	11 014 707	2,5	-11,5
Acréscimos de custos	7 911 359	1,7	8 047 596	1,8	1,7	9 235 206	2,1	14,8
Proveitos diferidos	319 480 654	67,4	301 195 516	67,2	-5,7	309 002 890	69,2	2,6
Totais	**473 878 415**	100,0	**448 183 987**	100,0	-5,4	**446 764 599**	100,0	-0,3

Passivo exigível

O passivo exigível dos municípios representa a soma da dívida de curto, médio e longo prazo a fornecedores, Estado e outras entidades e instituições financeiras. O quadro 5.10 apresenta para o conjunto das autarquias locais (municípios, serviços municipalizados e associações de municípios) a evolução do seu valor nos últimos 10 anos. Analisando o comportamento geral ao longo do período 2009-2018, verifica-se um decréscimo progressivo no passivo exigível. No ano de 2018, o valor para o total das autarquias locais atingiu os 126,7 M€, decrescendo, assim, 7,9%, em relação a 2017. No caso dos municípios, o decréscimo foi, igualmente, de 7,9% e apenas os municípios da Ribeira Grande, Povoação e São Roque do Pico aumentaram o valor do passivo exigível em 5,5%, 46,8% e 9,2%, respetivamente. Quanto aos SM e AM, apenas a AMRAA aumentou o seu valor em 59,5%. De 2009 a 2018, nos últimos 10 anos, a dívida global diminuiu para metade.

QUADRO 5.10 – Evolução do passivo exigível 2009-2018 – totais por entidade

Euros

MUNICIPIOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018		Δ%
											Curto Prazo	M/L Prazo	
VPT	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	492 240	4 967 735	4 569 902	4 156 166	86 109	4 070 057	-9,1
PDL	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	26 289 084	23 744 026	21 890 070	2 603 950	19 286 121	-7,8
RGR	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	10 485 361	10 206 149	10 777 160	10 651 872	11 235 937	638 814	10 597 123	5,5
LAG	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	6 867 916	8 899 155	7 918 092	6 988 543	5 938 678	440 712	5 497 966	-15,0
VFC	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	26 988 584	25 482 998	23 963 322	22 251 181	20 522 558	212 766	20 309 792	-7,8
POV	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	6 232 315	5 505 671	4 217 646	3 439 854	5 049 602	1 083 281	3 966 321	46,8
NRD	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	15 309 830	14 148 271	13 052 166	12 027 647	11 125 281	15 196	11 110 084	-7,5
AGH	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	18 197 018	17 987 643	16 457 578	15 356 483	13 074 847	966 539	12 108 309	-14,9
PVT	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	13 892 475	9 009 430	8 668 290	8 728 052	7 994 512	1 446 060	6 548 452	-8,4
SCG	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	1 271 821	1 615 204	1 415 878	58 016	1 357 861	-12,3
CAL	11 011 265	10 086 444	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	5 290 432	4 281 200	3 225 787	2 030 122	129 717	1 900 404	-37,1
VEL	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	5 686 141	4 840 476	4 271 177	3 785 958	3 210 604	31 131	3 179 472	-15,2
SRP	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 198	1 011 129	476 325	630 264	556 559	3 501 253	3 822 848	65 933	3 756 915	9,2
LPC	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	7 662 362	6 644 298	5 941 723	5 022 193	4 023 602	267 628	3 755 974	-19,9
MAD	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	2 858 512	3 920 359	4 968 871	4 560 134	2 050 476	2 509 659	-8,2
HRT	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	5 938 734	4 973 174	4 125 996	3 640 513	3 159 014	728 400	2 430 615	-13,2
SCF	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	264 907	330 444	238 076	47 372	190 705	-28,0
LFL	1 949 341	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	500 507	295 267	136 266	129 301	6 965	-53,9
CRV	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	822 405	653 906	521 871	13 307	508 563	-20,2
CM	253 693 115	248 841 306	235 281 345	204 226 423	175 883 094	165 797 966	149 485 380	142 267 725	134 796 957	124 106 066	11 014 707	113 091 358	-7,9
SMPDL	554 130	871 174	820 129	454 864	439 362	366 188	562 397	478 247	498 712	492 067	*492 067*	0	-1,3
SMAGH	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	2 272 692	1 877 068	1 636 248	1 737 753	1 532 122	*630 106*	902 016	-11,8
AMRAA	297 313	323 246	266 720	171 099	201 725	104 649	37 605	34 387	34 423	54 922	*54 922*	0	59,5
AMISM	1 909 184	1 181 713	1 134 184	977 438	2 029 749	1 158 497	421 437	311 324	221 851	90 974	*2 950*	88 023	-59,0
AMIP	0	0	0	0	0	0	1 807	12 920	331 507	419 190	*419 190*	0	26,4
CM+SM+AM	258 216 329	253 233 725	240 708 199	208 278 359	180 839 735	169 699 993	152 385 693	144 740 852	137 621 203	126 695 340	12 613 942	114 081 398	-7,9

Ano de valor mais elevado

As células a amarelo, que assinalam o ano em que o passivo exigível atingiu o valor mais elevado, revelam que foi no triénio de 2009-2011 que se verificaram os valores mais altos para a generalidade das autarquias locais. Uma exceção é o caso do município de São Roque, em 2018, com um passivo exigível de 3,8 M€. A explicar esta situação estará a contração de empréstimos de MLP no valor de 0,9 M€.

No quadro 5.11, apresenta-se a decomposição do passivo exigível, por rubrica, no período 2009-2018.

Das várias rubricas do passivo exigível, os empréstimos de médio e longo prazo são a rubrica com maior peso (85,5%), seguindo-se as outras dívidas de médio e longo prazo (5,6%), resultantes sobretudo de contratos de delegações de competências com empresas municipais. As dívidas a

fornecedores (de imobilizado, bens e serviços), que representam 49,4% do total do passivo exigível de curto prazo, decresceram 13,0%, face a 2017.

QUADRO 5.11 – Evolução do passivo exigível 2008-2017 – por rubrica - total CM

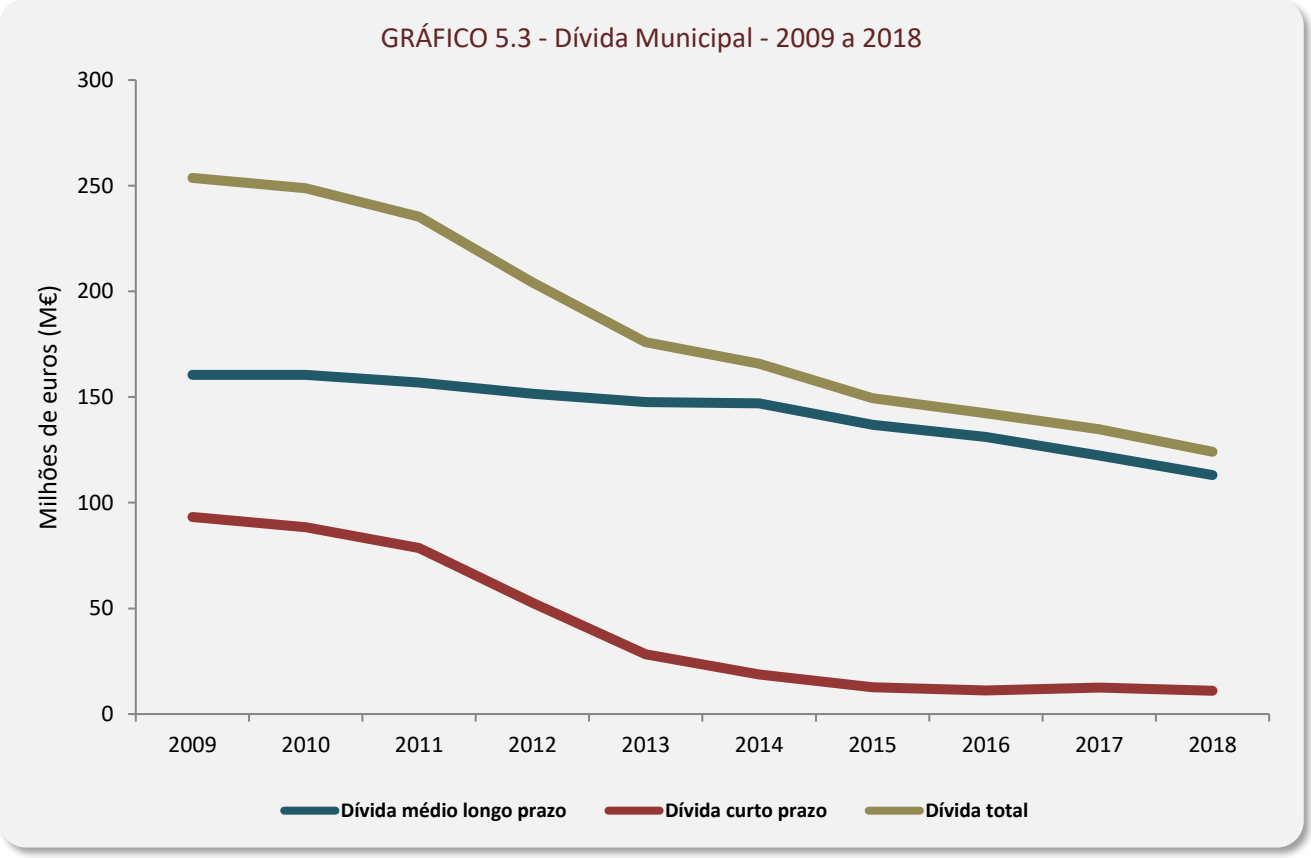
Euros

Passivo exigível	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ % 17-18
Empréstimos - MLP	160 445 401	160 495 028	156 786 511	151 520 018	147 550 604	134 284 331	124 214 840	120 012 886	110 279 201	106 100 823	-3,8
Outras dívidas de MLP	0	0	0	0	0	12 721 903	12 612 079	11 084 352	12 068 982	6 990 535	-42,1
Dívida de médio e longo prazo	**160 445 401**	**160 495 028**	**156 786 511**	**151 520 018**	**147 550 604**	**147 006 234**	**136 826 919**	**131 097 238**	**122 348 183**	**113 091 358**	**-7,6**
Fornecedores bens e serviços	14 083 058	15 258 701	11 760 444	7 971 100	4 256 645	3 393 084	2 580 380	2 336 796	3 082 492	2 779 646	-9,8
Fornecedores de imobilizado	42 049 211	28 960 204	25 015 603	16 373 416	8 851 384	2 855 172	1 222 024	1 643 900	2 438 679	2 133 681	-12,5
Estado e outros entes públicos	649 321	1 472 435	1 162 640	714 309	728 085	619 710	628 593	814 777	668 114	658 674	-1,4
Outras dívidas de CP	36 466 123	42 654 939	40 556 147	27 647 580	14 496 376	11 923 765	8 227 465	6 375 014	6 259 489	5 442 707	-13,0
Dívida de curto prazo	**93 247 714**	**88 346 278**	**78 494 834**	**52 706 405**	**28 332 489**	**18 791 732**	**12 658 462**	**11 170 487**	**12 448 774**	**11 014 707**	**-11,5**
Total	**253 693 115**	**248841306**	**235 281 345**	**204226423**	**175 883 094**	**165797966**	**149 485 380**	**142267725**	**134 796 957**	**124 106 066**	**-7,9**

Evolução do endividamento municipal

A dívida total dos municípios tem apresentado, desde o ano de 2009, uma evolução descendente com uma queda média de 7,6%, ao ano. Pelo gráfico 5.3, é possível perceber que essa tendência de decréscimo é consequência dos baixos valores sucessivos apresentados pela dívida de curto prazo que tem caído a uma média de 21,1%, enquanto a dívida de médio e longo prazo, que representou, em 2018, 91,1% da dívida total, se tem mantido mais constante, descendo de forma mais ligeira a uma taxa de 3,8%, ao ano.

O comportamento do endividamento dos municípios, acima relatado, é consequência da entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, em 2013 (alterada e republicada pela (Lei nº 51/2018, de 16-08), que obrigou à amortização total dos empréstimos de curto prazo, no ano civil a que estes respeitam. Por outro lado, a introdução de programas de saneamento financeiro que vieram possibilitar aos municípios a conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, originaram uma alteração da composição da dívida dos municípios. Em 2009, a dívida de médio e longo prazo pesava apenas 63,2% do total, menos 27,9 pp do que em 2018.



Municípios em processo de saneamento financeiro

A lei prevê que os municípios que ultrapassem os limites da dívida legalmente definidos, devem recorrer a mecanismos de recuperação financeira. Um desses mecanismos é o saneamento financeiro que visa a reprogramação da dívida e a consolidação de passivo financeiros. Na Região existem, atualmente, 6 municípios que se encontram nessa situação – Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória, Calheta e Lajes do Pico.

No quadro 5.12, apresenta-se a evolução da dívida dessas autarquias, nos últimos 10 anos, assinalando-se a azul o ano de dívida mais baixa e a rosa o ano de dívida mais elevada.

Pela observação da tabela, verifica-se que o ano de 2009 foi aquele em que a dívida atingiu o seu valor mais elevado e o ano de 2018 a dívida mais baixa. Para os 6 municípios em questão os valores de dívida têm decrescido ao longo dos anos da análise, sendo que para 4 destes (Vila Franca do

Campo, Praia da Vitória, Calheta e Lajes do Pico) o ano de 2018 é aquele em que a dívida atinge o seu valor mais baixo.

QUADRO 5.12 - Evolução do endividamento nos municípios com empréstimos de saneamento financeiro ou do PAEL

Euros

Município	Tipo de dívida	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
		€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
RGR	CP	12 737 629	48%	9 191 730	42%	7 466 117	41%	3 644 908	23%	638 655	6%	790 021	8%	618 102	6%	665 864	6%	766 874	7%	638 814	6%
	ML P	13 576 241	52%	12 595 976	58%	10 937 981	59%	12 246 179	77%	10 956 706	94%	9 695 340	92%	9 588 047	94%	10 111 296	94%	9 884 997	93%	10 597 123	94%
	Total	26 313 870	100%	21 787 706	100%	18 404 098	100%	15 891 087	100%	11 595 360	100%	10 485 361	100%	10 206 149	100%	10 777 160	100%	10 651 872	100%	11 235 937	100%
VFC	CP	2 824 671	12%	7 106 482	26%	3 324 707	11%	280 064	1%	272 668	1%	557 324	2%	184 649	1%	248 088	1%	208 342	1%	212 766	1%
	ML P	21 446 174	88%	20 497 774	74%	26 679 567	89%	29 180 306	99%	27 766 579	99%	26 431 260	98%	25 298 349	99%	23 715 234	99%	22 042 839	99%	20 309 792	99%
	Total	24 270 845	100%	27 604 255	100%	30 004 274	100%	29 460 370	100%	28 039 248	100%	26 988 584	100%	25 482 998	100%	23 963 322	100%	22 251 181	100%	20 522 558	100%
NRD	CP	2 031 836	20%	7 525 995	49%	11 410 066	62%	10 480 678	61%	2 440 398	14%	189 371	1%	130 978	1%	74 575	1%	100 130	1%	15 196	0%
	ML P	8 060 618	80%	7 694 634	51%	7 127 411	38%	6 580 657	39%	14 546 968	86%	15 120 459	99%	14 017 293	99%	12 977 591	99%	11 927 518	99%	11 110 084	100%
	Total	10 092 454	100%	15 220 629	100%	18 537 477	100%	17 061 334	100%	16 987 365	100%	15 309 830	100%	14 148 271	100%	13 052 166	100%	12 027 647	100%	11 125 281	100%
PVT	CP	14 386 260	59%	8 691 709	47%	8 828 166	49%	6 835 537	41%	6 124 885	39%	5 013 556	36%	611 765	7%	1 017 571	12%	1 138 468	13%	1 446 060	18%
	ML P	10 049 396	41%	9 771 871	53%	9 058 652	51%	9 773 213	59%	9 543 515	61%	8 878 918	64%	8 397 665	93%	7 650 719	88%	7 589 584	87%	6 548 452	82%
	Total	24 435 656	100%	18 463 580	100%	17 886 819	100%	16 608 749	100%	15 668 400	100%	13 892 475	100%	9 009 430	100%	8 668 290	100%	8 728 052	100%	7 994 512	100%
CAL	CP	1 725 732	16%	940 828	9%	959 779	10%	229 878	3%	177 514	2%	286 919	4%	106 555	2%	143 872	3%	119 228	4%	129 717	6%
	ML P	9 285 533	84%	9 145 616	91%	8 713 965	90%	8 015 103	97%	7 081 769	98%	6 122 860	96%	5 183 877	98%	4 137 328	97%	3 106 559	96%	1 900 404	94%
	Total	11 011 265	100%	10 086 444	100%	9 673 744	100%	8 244 981	100%	7 259 284	100%	6 409 778	100%	5 290 432	100%	4 281 200	100%	3 225 787	100%	2 030 122	100%
LPC	CP	4 308 007	52%	206 475	2%	117 540	1%	571 324	8%	1 834 848	19%	778 125	10%	332 098	5%	425 169	7%	317 868	6%	267 628	7%
	ML P	3 935 274	48%	9 024 886	98%	8 024 225	99%	7 039 350	92%	7 697 793	81%	6 884 237	90%	6 312 200	95%	5 516 554	93%	4 704 325	94%	3 755 974	93%
	Total	8 243 281	100%	9 231 361	100%	8 141 765	100%	7 610 674	100%	9 532 641	100%	7 662 362	100%	6 644 298	100%	5 941 723	100%	5 022 193	100%	4 023 602	100%
Total	CP	38 014 136	36%	33 663 219	33%	32 106 376	31%	22 042 388	23%	11 488 968	13%	7 615 316	9%	1 984 147	3%	2 575 139	4%	2 650 910	4%	2 710 182	5%
	ML P	66 353 237	64%	68 730 757	67%	70 541 801	69%	72 834 808	77%	77 593 330	87%	73 133 073	91%	68 797 431	97%	64 108 722	96%	59 255 822	96%	54 221 829	95%
	Total	104 367 373	100%	102 393 976	100%	102 648 177	100%	94 877 196	100%	89 082 298	100%	80 748 389	100%	70 781 578	100%	66 683 862	100%	61 906 732	100%	56 932 012	100%

Alguns indicadores do grau de endividamento

De seguida, analisa-se o grau de endividamento dos municípios recorrendo a alguns indicadores, começando, desde logo, por aquele que está previsto na Lei 73/2013, e que define que o limite da dívida "não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores", seguindo-se outros considerados relevantes.

QUADRO 5.13 - Cumprimento dos limites legais do endividamento – 2017 e 2018

Municípios	Dívida orçamental 2017/ receitas correntes (média 2015-2017) < 1,5	Dívida orçamental 2018/ receitas correntes (média 2016-2018) < 1,5
VPT	0,9	0,8
PDL	0,7	0,6
RGR	0,6	0,6
LAG	0,8	0,6
VFC	3,0	2,7
POV	0,6	0,9
NRD	2,5	2,3
AGH	1,0	0,8
PVT	0,9	0,8
SCG	0,4	0,4
CAL	0,8	0,5
VEL	0,7	0,6
SRP	0,9	1,0
LPC	1,1	0,8
MAD	0,9	0,8
HRT	0,4	0,3
SCF	0,1	0,1
LFL	0,1	0,0
CRV	0,4	0,3
CM	0,9	0,8

Como se pode verificar, nos anos de 2017 e 2018, apenas 2 municípios ultrapassaram os limites de endividamento previstos na lei: Vila Franca do Campo e Nordeste, ainda que tenham melhorado os seus resultados de 2017 para 2018.

Para além do indicador geral previsto na lei, podem ser utilizados outros indicadores do grau de endividamento de um município.

QUADRO 5.14 - Indicadores do grau de endividamento

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida orçamental curto prazo / Receitas certas	61,2	56,6	52,6	36,6	18,3	11,8	6,9	6,1	6,6	5,4
Dívida médio e longo prazo / Receitas certas	108,4	105,6	108,2	110,4	103,0	102,8	91,4	84,8	74,4	67,1
Serviço da dívida/ Receitas certas	16,5	16,0	19,9	21,2	16,0	13,5	13,5	10,7	10,4	16,5
Dívida orçamental de curto prazo / Saldo final orçamental	13,8	9,6	8,4	8,0	2,7	1,2	0,6	0,4	0,5	0,4
Dívida orç CP / (Saldo final de gerência + divída a receber de curto prazo)	2,9	3,7	3,3	2,1	0,9	0,6	0,4	0,3	0,3	0,2

Os primeiros dois rácios do quadro 5.14 comparam as dívidas de curto e médio e longo prazo com as receitas certas. Nos dois é possível observar uma queda gradual nos últimos 10 anos e o valor mais baixo a ser registado é o de 2018. À semelhança do que tem acontecido, desde o ano de 2015, o rácio "Dívida MLP/ Receitas certas" volta a ser inferior a 100, em 2018, significando, assim, que as dívidas de médio e longo prazo foram, novamente, inferiores às receitas certas.

O terceiro indicador apresentado no quadro, "Serviço de dívida/ Receitas certas", compara os valores pagos de amortizações e juros, em cada ano, com as receitas certas. Este indicador está influenciado nos anos de 2011, 2013 e 2018, por valores de amortizações extraordinárias pagas, no âmbito dos programas de saneamento financeiro (recorde-se que, tal como já visto anteriormente, o município do Nordeste contraiu um empréstimo de saneamento financeiro de MLP para pagamento de dívida, em 2018).

O rácio "dívida de curto prazo sobre as receitas certas" apresentou o valor mais elevado em 2009 e, a partir dessa data, tem vindo a decrescer estando, neste momento, em valores próximos de zero. Este resultado é consequência dos programas de reajustamento da dívida – troca de dívida de curto prazo, por dívida de médio e longo prazo.

Os últimos dois rácios que permitem avaliar a capacidade dos municípios em liquidarem as suas dívidas de curto prazo, através do recurso às suas disponibilidades imediatas e quase imediatas, voltam a apresentar, em 2018, os valores mais baixos do período em análise.

Prazo médio de pagamentos (PMP)

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2018 de 21 de fevereiro), que veio impor um conjunto de novas regras na gestão da divida das autarquias locais, define que um pagamento em atraso é uma conta a pagar "que assim permaneça 90 dias, posteriormente à data de

vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documento equivalente". De acordo com os dados presentes no Portal Autárquico, referentes aos anos de 2016 a 2018 – Quadro 5.15 - o prazo médio de pagamentos dos municípios não ultrapassou, para nenhum deles, o limite máximo definido pela Lei. Analisando os dados do triénio, este é o único ano em que isso acontece, uma vez que, em 2016 e 2017, o município da Povoação apresentou Prazos Médios de Pagamento a fornecedores de 206 e 166 dias, respetivamente.

QUADRO 5.15 - Prazo Médio de Pagamentos (PMP) por município 2016-2018

Dias

Municípios	2016	2017	2018
VPT	2	3	5
PDL	10	16	10
RGR	7	8	5
LAG	8	14	5
VFC	1	0	7
POV	206	166	45
NRD	4	1	0
AGH	13	15	31
PVT	42	39	63
SCG	2	2	1
CAL	6	0	0
VEL	2	2	2
SRP	11	5	9
LPC	25	7	29
MAD	28	65	75
HRT	15	10	19
SCF	5	1	2
LFL	2	2	4
CRV	1	4	1

FONTE: SIIAL

5.3 Rácios

Como complemento à informação sobre a gestão financeira dos municípios, apresentam-se, de seguida, alguns rácios relativos à execução patrimonial.

QUADRO 5.16 – Rácios 2018

RÁCIOS	Liquidez geral (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	Liquidez reduzida (Disponível)/ Passivo Circulante	Fundos Próprios / Fundos Alheios	Fundos Próprios / Ativo Líquido	Capitais Permanentes / Ativo Fixo	Ativo Fixo / Ativo Circulante	Ativo Líquido / Passivo Exigível	Imobilizado Líquido / Imobilizado Bruto	Imobiliz Líquido / Dívida médio e longo prazo	Proveitos Operacionais / Custos Operacionais	Proveitos Operacionais / Proveitos Totais	Custos operacionais / Custos totais
VPT	1,5	0,8	9,5	0,9	1,00	71,4	10,7	0,8	10,8	1,1	0,95	0,89
PDL	3,8	1,3	6,5	0,7	1,08	9,8	9,4	0,6	9,6	0,9	0,89	0,97
RGR	3,0	1,5	9,5	0,7	1,02	32,7	13,9	0,8	14,3	1,2	0,87	0,90
LAG	1,4	0,5	7,2	0,8	1,01	36,9	9,4	0,8	9,8	1,0	0,94	0,98
VFC	4,0	1,3	3,1	0,6	1,02	35,8	5,1	0,6	5,0	1,0	0,92	0,92
POV	0,4	0,2	4,5	0,6	0,98	50,8	7,9	0,7	9,8	1,1	0,88	0,92
NRD	2,6	2,2	4,4	0,7	1,02	37,2	6,8	0,7	6,6	1,1	0,87	0,90
AGH	3,9	1,7	7,4	0,6	1,04	20,0	11,7	0,7	11,5	1,1	0,85	0,90
PVT	0,8	0,1	5,3	0,6	0,99	47,4	9,6	0,7	11,4	1,1	0,90	0,81
SCG	2,4	1,5	12,8	0,6	1,01	60,7	20,4	0,8	20,9	1,0	0,91	0,99
CAL	4,4	4,0	6,5	0,5	1,07	10,7	11,8	0,7	11,5	1,2	0,89	0,97
VEL	1,7	1,5	5,8	0,5	1,07	6,3	11,4	0,5	9,9	1,1	0,83	0,99
SRP	7,3	3,8	4,6	0,7	1,05	15,8	7,1	0,5	6,8	0,8	0,95	0,91
LPC	0,7	0,1	2,8	0,3	0,99	65,6	8,7	0,6	9,2	1,0	0,68	0,89
MAD	0,2	0,0	3,5	0,5	0,94	81,1	7,7	0,7	13,8	1,1	0,89	0,95
HRT	4,1	1,4	17,8	0,7	1,05	15,1	26,4	0,6	32,2	1,0	0,90	0,93
SCF	12,2	10,8	71,6	0,8	1,10	8,9	91,5	0,7	102,7	0,9	0,90	0,97
LFL	0,4	0,3	71,2	0,4	0,97	49,4	159,1	0,4	3051,2	0,8	0,82	0,96
CRV	1,9	0,8	12,3	0,5	1,01	57,8	25,3	0,6	25,5	0,7	0,82	0,99
CM	2,4	1,1	6,4	0,6	1,03	20,2	10,0	0,7	10,4	1,0	0,88	0,93

» Liquidez geral

Este rácio que avalia a capacidade de os municípios fazerem face às suas obrigações de curto prazo apresenta o valor de 2,4, em 2018, aumentando assim, 0,4 décimas, em relação ao ano anterior. Cinco municípios apresentam valores inferiores a 1, ou seja, o seu ativo circulante é inferior ao passivo circulante: Povoação, Praia da Vitória, Lajes do Pico, Madalena e Lajes das Flores. Os municípios com valores mais elevados são os de Santa Cruz das Flores (12,2) e São Roque do Pico (7,3).

» Liquidez reduzida ou imediata

Tal como o anterior, também este rácio avalia a capacidade de resposta do município face ao cumprimento das suas responsabilidades de curto prazo, no entanto, recorrendo apenas às suas

disponibilidades imediatas, ou seja, caixa e bancos. O valor geral para os municípios dos Açores foi de 1,1. Oito municípios apresentam, valores inferiores a 1,0. Destacam-se os valores da Praia da Vitória (0,1), Lajes do Pico (0,1), e Madalena (0,0).

» Fundos próprios/ Fundos alheios

Este rácio que avalia a forma como o ativo dos municípios está a ser financiado, apresentou um valor médio de 6,4. Destacam-se os valores de Santa Cruz das Flores (71,6) e Lajes das Flores (71,2).

» Fundos próprios/ Ativo líquido

Através deste rácio é possível perceber o peso dos fundos próprios no total do ativo líquido. Em 2018, o valor registado (0,6) manteve-se, face a 2017. Vila do Porto é o município que apresenta os valores mais elevados (0,9).

» Capitais permanentes/ Ativo Fixo

Os capitais permanentes são constituídos pelos fundos próprios e fundos alheios de médio e longo prazo. Este rácio permite-nos perceber, num dado momento, de que forma os municípios estão a financiar os seus ativos fixos e o seu valor deve ser superior a 1,0. No ano de 2018, 4 municípios apresentaram valores inferiores à unidade: Praia da Vitória (0,99), Lajes do Pico (0,99), Madalena (0,94) e Lajes das Flores (0,97).

» Ativo fixo/ Ativo circulante

Este rácio analisa a composição do ativo dos municípios e será tanto maior quanto maior a proporção do ativo fixo no total do ativo. No ano de 2018, os municípios apresentaram valores bastante díspares que variaram entre os 71,4 em Vila do Porto e os 6,3 no município de Velas.

» Ativo líquido/ Passivo exigível

Este rácio apresentou um valor médio de 10,0, no ano de 2018, variando entre os 6,8 no município do Nordeste e os 159,1 em Lajes das Flores.

» Imobilizado líquido/ Imobilizado bruto

O valor deste rácio indica o ritmo a que estão a ser realizados novos investimentos e terá sempre um valor inferior a 1. A diferença entre o imobilizado líquido e o bruto são as amortizações, logo quanto mais baixo o valor deste rácio, maior o valor das amortizações acumuladas e mais antigo o imobilizado. O seu valor, em 2018, para o total dos municípios da Região foi de 0,7.

» Imobilizado líquido/ Dívida de médio e longo prazo

Este rácio compara, anualmente, o valor do imobilizado líquido com o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não considerando a dívida de curto prazo a fornecedores. Com os valores mais altos, destacam-se os municípios de Lajes das Flores (3051,2) e Santa Cruz das Flores (102,7). Com os valores mais baixos temos os municípios de Vila Franca do Campo (5,0) e São Roque do Pico (6,8).

» Proveitos operacionais/ Custos operacionais

O valor deste rácio deve ser superior a 1,0, indicando, assim, que os resultados operacionais dos municípios são positivos. Dos 19 municípios da região, 5 municípios apresentam resultados inferiores à unidade. São eles os municípios de Ponta Delgada (0,9), São Roque do Pico (0,8), Santa Cruz das Flores (0,9), Lajes das Flores (0,8) e Corvo (0,7).

» Proveitos operacionais/ Proveitos Totais

Em termos globais, os proveitos operacionais representaram 88% do total dos proveitos, em 2018. Os municípios com maiores valores foram os de Vila do Porto e São Roque do Pico, ambos com um valor de 95%.

» Custos operacionais/ Custos Totais

Em termos globais, os custos operacionais representaram 93% do total dos custos. Os municípios com maiores valores foram os de Santa Cruz da Graciosa, Velas e Corvo com 99%.

São apresentados por município e para os últimos 5 anos alguns rácios considerados mais significativos da situação patrimonial e do grau de endividamento.

Quadro 5.17 - Ativo Circulante / Passivo Circulante

Município	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	1,7	2,9	4,7	2,1	1,5
PDL	1,9	2,4	3,5	4,0	3,8
RGR	3,2	3,1	1,3	2,0	3,0
LAG	0,8	0,9	1,4	1,1	1,4
VFC	2,4	4,0	4,3	3,2	4,0
POV	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
NRD	2,3	2,2	2,6	2,0	2,6
AGH	2,2	1,9	2,3	1,3	3,9
PVT	0,3	1,3	1,0	0,8	0,8
SCG	2,5	2,1	3,8	2,9	2,4
CAL	1,8	4,3	4,5	3,8	4,4
VEL	2,3	1,3	1,8	1,0	1,7
SRP	3,7	3,4	3,5	4,5	7,3
LPC	0,5	0,8	0,5	0,6	0,7
MAD	0,3	0,5	0,2	0,1	0,2
HRT	3,2	1,8	3,2	4,8	4,1
SCF	3,4	5,8	6,8	9,7	12,2
LFL	0,3	0,5	0,4	0,3	0,4
CRV	6,1	7,8	6,8	5,9	1,9
RAA	1,5	1,8	2,2	2,0	2,4

Quadro 5.18 - Ativo Líquido / Passivo Exigível

Município	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	52,2	80,6	9,3	9,8	10,7
PDL	7,5	7,3	8,0	8,8	9,4
RGR	13,5	14,4	13,9	14,3	13,9
LAG	8,0	6,4	7,2	8,1	9,4
VFC	4,1	4,3	4,5	4,8	5,1
POV	6,2	6,9	8,9	10,6	7,9
NRD	5,0	5,3	5,7	6,0	6,8
AGH	7,2	8,4	9,2	9,7	11,7
PVT	6,2	9,0	9,1	8,9	9,6
SCG	15,8	18,2	21,7	17,3	20,4
CAL	2,6	3,3	4,0	5,3	11,8
VEL	6,3	6,9	7,9	9,1	11,4
SRP	58,2	43,2	47,4	8,0	7,1
LPC	5,0	5,6	6,3	7,1	8,7
MAD	9,7	11,1	8,5	6,9	7,7
HRT	14,7	17,1	20,5	23,0	26,4
SCF	51,7	64,4	81,0	66,3	91,5
LFL	23,2	36,4	48,7	76,8	159,1
CRV	14,2	15,1	17,5	20,9	25,3
RAA	7,6	8,3	8,7	9,1	10,0

Quadro 5.19 - Imobilizado líquido / Dívida MLP

Município	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	57,9	93,9	9,1	9,9	10,8
PDL	8,2	8,0	8,4	9,2	9,6
RGR	14,1	14,8	14,6	15,1	14,3
LAG	8,4	6,8	7,5	8,5	9,8
VFC	4,1	4,2	4,4	4,7	5,0
POV	9,2	13,5	12,1	14,6	9,8
NRD	5,0	5,2	5,6	6,0	6,6
AGH	6,7	8,2	9,0	10,0	11,5
PVT	9,5	9,5	10,0	10,0	11,4
SCG	16,2	18,6	22,0	17,6	20,9
CAL	2,5	3,1	3,7	5,0	11,5
VEL	5,7	6,3	7,0	8,5	9,9
SRP	58,2	47,4	54,8	7,9	6,8
LPC	5,5	5,8	6,7	7,5	9,2
MAD	14,3	13,5	11,3	13,7	13,8
HRT	16,3	22,2	25,8	25,1	32,2
SCF	56,1	75,6	98,2	70,9	102,7
LFL	40,1	41,5	58,4	105,4	3051,2
CRV	13,8	14,6	17,1	20,5	25,5
RAA	8,2	8,6	9,0	9,5	10,4

Quadro 5.20 - Proveitos Operacionais / Custos Operacionais

Município	2014	2015	2016	2017	2018
VPT	1,19	1,03	1,06	0,96	1,07
PDL	0,94	0,93	0,93	0,95	0,92
RGR	1,42	1,25	1,16	1,17	1,22
LAG	1,07	1,05	1,09	1,01	0,99
VFC	0,98	1,04	1,06	0,97	1,03
POV	0,93	1,01	1,00	1,08	1,06
NRD	1,01	1,08	1,09	1,11	1,08
AGH	1,12	1,12	1,12	1,10	1,11
PVT	0,98	0,96	1,06	1,06	1,11
SCG	1,00	1,03	1,00	1,03	1,04
CAL	1,29	1,33	1,23	1,24	1,16
VEL	1,03	1,06	1,04	1,03	1,05
SRP	0,85	0,86	0,93	0,92	0,84
LPC	0,94	0,89	0,95	0,99	1,03
MAD	1,02	1,01	0,95	0,94	1,10
HRT	0,91	0,93	0,98	0,93	0,97
SCF	0,95	0,95	0,92	0,97	0,90
LFL	0,79	0,75	0,70	0,65	0,75
CRV	1,11	1,06	0,79	0,77	0,74
RAA	1,03	1,02	1,02	1,00	1,02

6. FREGUESIAS

6.1 Caraterização

Existem 156 freguesias nos Açores, repartidas pelas 9 ilhas, sendo que na Ilha do Corvo as funções da freguesia são desempenhadas pelo município, pelo que são 155 as freguesias que nos Açores movimentam verbas e elegem órgãos autárquicos. Cada freguesia dos Açores tem em média 14,9 Km2 e 1.582 habitantes. Comparando estes dados com os do resto do país verifica-se o seguinte: Em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, cada freguesia serve cerca de 3.486 e 4.959 fregueses, respetivamente, ou seja, mais do que o dobro das freguesias dos Açores, e tem uma área média de 30,9 Km2, no Continente, e 14,8 Km2, na Madeira.

As freguesias açorianas são maioritariamente rurais (55%). As urbanas são apenas 17% e estão todas localizadas em apenas 3 ilhas: São Miguel, Terceira e Faial.

O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) médio, por freguesia, na Madeira e no Continente é bastante semelhante, mas nos Açores é muito inferior. Esta situação deve-se ao facto de a população média ser um dos critérios previsto na Lei das Finanças Locais para determinação do FFF e, nos Açores, a população média das freguesias é bastante menor.

QUADRO 6.1 - Caracterização das freguesias dos Açores, Madeira e Continente

Região	Freguesias	População	%	População média por freguesia	Área total	%	Área média por freguesia	Fundos OE 2018	%	FFF médio por freguesia	FFF médio por habitante
Açores	156	246.772	2,3	1.582	2.325	2,5	14,9	6.388.194	3,1	41.214	26
Madeira	54	267.785	2,5	4.959	801	0,9	14,8	4.000.932	1,9	74.091	15
Continente	2.882	10.047.621	95,1	3.486	89.015	96,6	30,9	197.736.559	95,0	68.611	20
Total	**3.092**	**10.562.178**	**100,0**	**3.416**	**92.141**	**100,0**	**29,8**	**208.125.685**	**100,0**	**67.311**	**20**

6.2 Fluxo das receitas e das despesas

Em 2018 as freguesias iniciaram o ano com um saldo global transitado do ano anterior de 2,4 M€, tendo arrecadado durante o ano, 13,3 M€ de receitas correntes (79%) e 4,1 M€ de receitas de capital (21%), semelhante à estrutura verificada nos municípios, que foi de 80% e 20%, respetivamente.

Nos municípios, as receitas próprias representam 34,9% das receitas totais, mas nas freguesias esse valor é bastante mais baixo (11,6%).

O saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) foi de 1,9 M€, o que significa que 14,6% das receitas correntes ficaram disponíveis para utilização em despesas de capital. Esta percentagem é inferior à dos municípios, que em 2018 foi de 24,9%, como mostra a parte inferior do Quadro 6.2.

QUADRO 6.2 - Fluxo de receitas e despesas das freguesias

Euros

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Saldo Inicial	3.443.792	2.990.242	2.048.078	2.823.967	2.524.724	3.082.399	2.359.918	-23,4
Receitas Correntes	9.822.317	11.004.780	12.270.745	12.876.007	12.629.906	12.905.893	13.274.815	2,9
Receitas de Capital	4.567.430	3.921.598	3.582.771	5.499.835	3.964.908	3.448.529	4.052.157	17,5
Reposições n/ abatidas nos pag	22.133	5.523	2.284	1.525	10.441	6.662	2.964	-55,5
Receita total do ano	14.411.880	14.931.900	15.855.799	18.377.367	16.605.255	16.361.084	17.329.936	5,9
Receita do ano + saldo inicial	17.855.673	17.922.143	17.903.877	21.201.334	19.129.980	19.443.482	19.689.854	1,3
Despesas Correntes	9.502.268	10.186.125	10.430.114	11.074.578	11.338.315	11.569.830	11.340.086	-2,0
Despesas de Capital	5.307.368	5.663.154	4.565.455	7.526.472	4.675.330	5.462.554	4.751.344	-13,0
Despesa Total	14.809.636	15.849.279	14.995.569	18.601.050	16.013.646	17.032.383	16.091.431	-5,5
Saldo Final	3.046.036	2.072.864	2.908.308	2.600.284	3.116.334	2.411.099	3.598.423	49,2
Saldo corrente (rec cor-desp cor)	320.049	818.654	1.840.630	1.801.430	1.291.590	1.336.063	1.934.728	44,8
% na receita corrente - JF	3,3	7,4	15,0	14,0	10,2	10,4	14,6	40,8
% na receita corrente - CM	11,4	20,8	25,7	25,7	26,5	26,7	24,9	-6,9

O Quadro 6.2 permite concluir que a redução de 23,4% no saldo inicial terá sido compensada pelas receitas geradas no ano de 2018, sobretudo as receitas de capital, com um aumento de 17,5%, pelo que a receita disponível aumentou 1,3%, relativamente ao ano anterior.

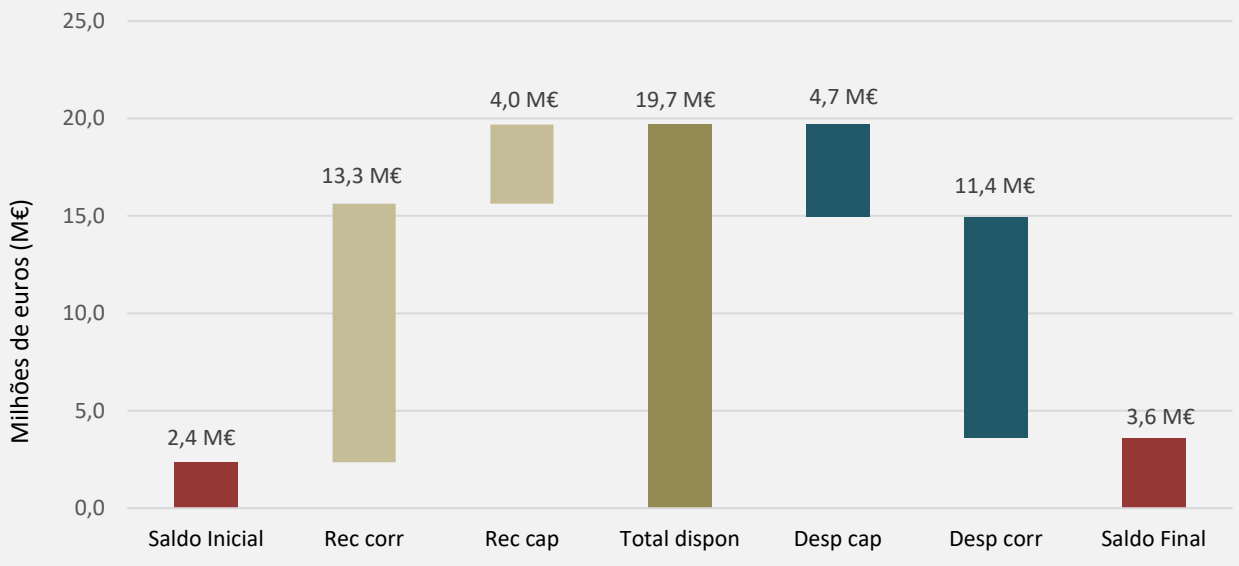
No caso das despesas, verificou-se uma redução de 5,5% nas mesmas, com maior incidência nas despesas de capital, que diminuíram 13,4%, o que conduziu a um aumento do saldo final em 49,2%.

As despesas correntes diminuíram 2% mantendo-se em valores semelhantes aos anos anteriores.

O Gráfico 6.1 mostra o fluxo de entradas e saídas de verbas no conjunto das freguesias e os saldos, inicial e final. Este último, por ser superior ao saldo inicial, significa que no seu conjunto as freguesias não necessitaram de utilizar o saldo transitado do ano anterior para financiar despesas de 2018, bastando as receitas geradas no próprio ano. Em termos concretos, esta situação verificou-se em 96 freguesias.

Também é possível comparar a dimensão global das receitas e das despesas correntes, as primeiras no montante global de 13,3 M€ e as segundas no valor de 11,4 M€. Em 2018, 125 freguesias (80%) tiveram saldo corrente positivo, gerado no próprio ano, ou seja, sem utilização do saldo do ano anterior. Nos municípios esta percentagem foi de 100%.

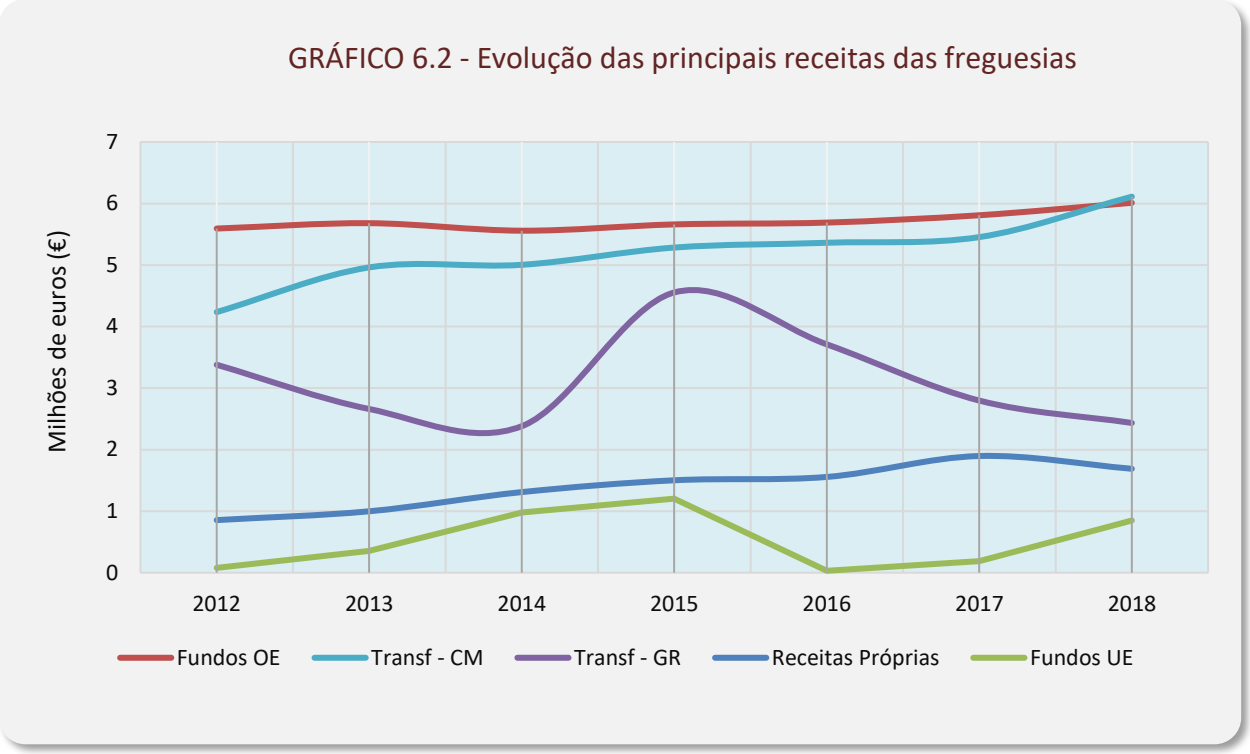
GRÁFICO 6.1- Fluxo das receitas e das despesas das Freguesias em 2018



6.3 Receitas das Freguesias

Em 2018, as receitas totais aumentaram 5,9%, devido sobretudo ao aumento de 12% nas transferências dos municípios, cuja participação nas receitas totais é de 33%. Este aumento compensa a redução de 11% verificada nas receitas próprias, bem como a redução de 13% nas transferências recebidas do Governo Regional.

A evolução das principais rubricas da receita é apresentada no Gráfico 6.2.



As receitas próprias sofreram uma diminuição de 11% em 2018, totalizando 1,7 M€. Este valor é o segundo mais elevado dos últimos 10 anos, só superado pelo de 2017.

Os Fundos do Orçamento do Estado aumentaram 3,5%. Na realidade, se considerarmos os valores inscritos no Orçamento do Estado de 2017 (5.932.310 €) e 2018 (6.021.301 €), o aumento foi de 1,5%. A diferença explica-se pela contabilização destas receitas e as despesas que lhes estão associadas, ou seja, as verbas retidas para o Serviço Regional de Saúde. Nas freguesias com trabalhadores, ou com eleitos locais em regime de permanência (93), é retida uma verba destinada ao SRS. Nestes casos, a receita do FFF deve ser contabilizada pelo valor bruto e a retenção inscrita como despesa orçamental. Algumas freguesias registaram a receita pelo valor líquido, valor efetivamente transferido, não registando a retenção como despesa de saúde, o que faz com que sua receita apareça subvalorizada, tal como a despesa. A diferença não é porém significativa - 10.185 euros.

As receitas provenientes de transferências dos municípios, no âmbito de delegações de competências, aumentaram 12%, somando 6,1 M€ em 2018. Este valor excedeu ligeiramente os Fundos OE (FFF), o que só tinha acontecido em 2009.

As receitas das freguesias da RAA nos últimos 3 anos e a sua estrutura podem ser observadas no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 - Evolução e estrutura das receitas das Freguesias 2018

Euros

Receitas	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	1.555.928	*9,4%*	1.896.149	*11,6%*	21,9	1.688.984	*9,7%*	-10,9
Fundos - Orçamento de Estado (OE)	5.689.574	*34,3%*	5.809.168	*35,5%*	2,1	6.011.116	*34,7%*	3,5
Fundos - União Europeia (EU)	30.600	*0,2%*	189.829	*1,2%*	520,4	849.167	*4,9%*	347,3
Transferências - Governo Regional (GR)	3.710.676	*22,3%*	2.796.805	*17,1%*	-24,6	2.433.401	*14,0%*	-13,0
Transferências - Câmaras Municipais (CM)	5.361.410	*32,3%*	5.454.171	*33,3%*	1,7	6.111.282	*35,3%*	12,0
Outras Transferências	206.847	*1,2%*	134.962	*0,8%*	-34,8	171.987	*1,0%*	27,4
Empréstimos	50.220	*0,3%*	80.000	*0,5%*	59,3	64.000	*0,4%*	-20,0
Total	**16.605.255**	*100,0%*	**16.361.084**	*100,0%*	-1,5	**17.329.936**	*100,0%*	5,9
Receitas Correntes	12.629.906	*76,1%*	12.905.893	*78,9%*	2,2	13.274.815	*76,6%*	2,9
Receitas de Capital	3.964.908	*23,9%*	3.448.529	*21,1%*	-13,0	4.052.157	*23,4%*	17,5
Reposições não abatidas aos pagamentos	10.441	*0,1%*	6.662	*0,0%*	-36,2	2.964	*0,0%*	-55,5
Total	**16.605.255**	*100,0%*	**16.361.084**	*100,0%*	-1,5	**17.329.936**	*100,0%*	5,9

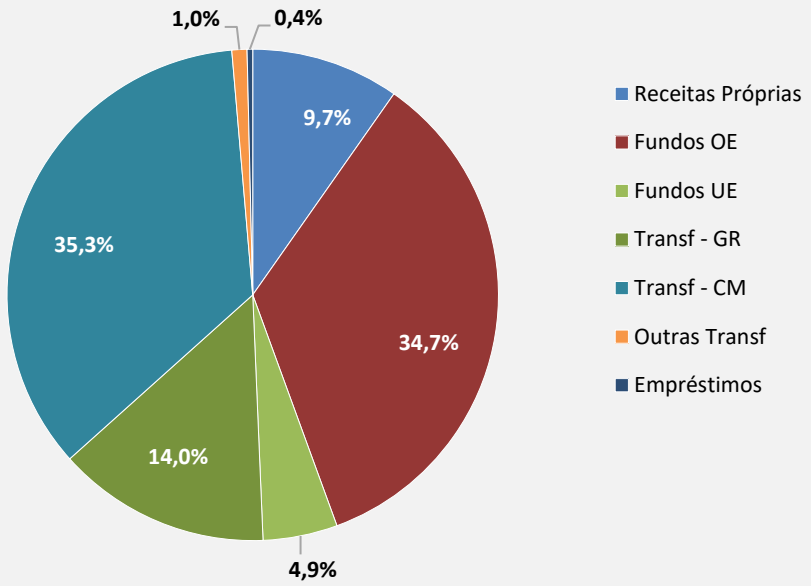
Neste Quadro, além das fontes de receita mencionadas, salienta-se também o aumento de 347% nas transferências dos fundos comunitários, que em 2018 foram de 849 m.e.. Todavia, este valor já tinha sido ultrapassado em 2014 (978 m.e.) e 2015 (1,2 M€).

As 4 grandes fontes de financiamento, ou seja, receitas próprias, Fundos OE, Transferências do município e transferências do Governo Regional totalizam 97,5% da receita total.

O Quadro 6.3 mostra ainda a receita relativa às reposições não abatidas aos pagamentos. O seu valor é sempre muito reduzido e corresponde a anulações de despesas efetuadas no ano anterior, mas só efetuadas no ano seguinte e como tal já não podem ser abatidas no próprio ano em que os pagamentos foram efetuados, passando a ser contabilizadas como receitas do ano seguinte.

O Gráfico 6.3 mostra a estrutura das receitas das freguesias em 2018, tendo em conta aos valores percentuais mostrados no Quadro 6.3 para o ano 2018.

GRÁFICO 6.3 - Estrutura das receitas das freguesias - 2018



Comparando esta estrutura de receitas com a dos municípios, destacam-se algumas diferenças:

- Nas freguesias existe uma receita que não aparece nos municípios: as transferências dos próprios municípios para as freguesias. Esta receita tem um peso relativo de 35,3%.
- Nos municípios a receita resultante de empréstimos tem uma maior expressão, uma vez que estes contraem empréstimos de curto, médio e longo prazos e as freguesias apenas podem contrair empréstimos de curto prazo, a amortizar no próprio ano. Assim, nas freguesias esta receita representa 0,4%, mas nos municípios tem uma expressão de 7,8% em 2018, com um valor médio de 6% nos últimos 10 anos.
- As receitas próprias representam 9,7% da receita total nas freguesias e 34,9% nos municípios.
- As transferências do Governo Regional têm um peso bastante superior nas freguesias, de 14%, sendo de 1,1% nos municípios.
- As receitas certas (receitas próprias + Fundos OE), tem um peso relativo de 44,4% nas freguesias, muito inferior ao de 85,2% observado nos municípios.

As receitas próprias das freguesias somaram 1,7 M€ em 2018. Este valor é suficiente, em termos globais, para suportar os encargos com os eleitos locais (vencimentos e senhas de presença - 1,5 M€), mas a verdade é que esta situação só se verifica em 1/3 das freguesias.

O Quadro 6.4 mostra a evolução das principais receitas próprias das freguesias, evidenciando em 2018 o seu peso relativo e a variação face ao ano anterior.

O IMI continua a ser a maior das receitas próprias (38,1%), sobretudo após a entrada em vigor da (Lei 73/2013, de 03-09 - RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), passando as freguesias, a partir de 2014, a receber a totalidade do IMI sobre prédios rústicos e 1% do IMI sobre prédios urbanos. Pela anterior Lei de Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15-01) apenas recebiam 50% do IMI rústico.

Quadro 6.4 - Evolução das principais receitas próprias das freguesias

Euros

Receitas próprias	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Estr %	Δ %
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	179.026	581.241	604.030	713.053	613.376	642.897	38,1	4,8
Taxas	86.961	97.522	127.200	95.740	96.765	110.058	6,5	13,7
Rendas - terrenos, edifícios, habit. etc.	113.005	104.560	113.224	129.311	158.936	227.286	13,5	43,0
Bens de natureza corrente	31.376	39.596	23.668	28.645	31.144	32.263	1,9	3,6
Serviços	197.886	201.904	327.321	298.567	300.060	289.920	17,2	-3,4
Venda de terrenos (sepulturas e outros)	158.245	150.842	162.501	124.508	144.177	147.548	8,7	2,3
Outras	231.553	133.840	143.644	166.105	551.690	239.012	14,2	-56,7
Total	**998.051**	**1.309.506**	**1.501.589**	**1.555.928**	**1.896.149**	**1.688.984**	**100,0**	**-10,9**

A venda de bens e serviços no seu conjunto, representa cerca de 19,1% do total das receitas próprias, enquanto a venda de terrenos, onde predomina a venda de sepulturas, atinge os 147,5 m.e. (8,7%) e as rendas (terrenos, edifícios e habitações) representam 13,5%.

No que se refere às taxas cobradas pelas freguesias, estas representam 6,5%, face a uma participação de 5,1% em 2017, aumentando 13,7%.

A rubrica "Outras" representa 14,2% das receitas próprias e resulta sobretudo da soma das várias rubricas residuais dos capítulos de impostos, taxas, venda e prestações de serviços e outras receitas correntes e de capital. É de assinalar a redução de 56,7% nestas receitas, principal responsável pela diminuição de cerca de 11% no total de receitas próprias cobradas em 2018.

No Quadro 6.5, podemos comparar o peso percentual, de algumas receitas do conjunto de freguesias de cada município. É evidente que os municípios maiores (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Praia da Vitória) terão maior peso, mas o que aqui interessa é a comparação entre o peso das rubricas de receita e o peso percentual do Concelho em termos de população.

Por exemplo, as freguesias de Ponta Delgada recebem 24,8% das receitas totais, mas representam 27,9% da população dos Açores, e essa percentagem desce para 17,4% nos Fundos OE. Já no que respeita às transferências do Município de Ponta Delgada para as freguesias, a percentagem é superior, com 31,3%.
No Quadro 6.5 as manchas a verde assinalam os casos em que o peso relativo da rubrica de receita respetiva é superior ao peso percentual da população do município.

QUADRO 6.5 - Repartição das principais receitas das freguesias (% por Concelho) – 2018

CONCELHOS	RECEITAS TOTAIS (€)	RECEITAS TOTAIS	Receitas próprias	Fundos OE	Fundos UE	Transferências GR	Transferências CM	População %
VPT	535.907	3,1	1,6	3,5	0,9	0,6	4,4	2,3
PDL	4.296.855	24,8	25,1	17,4	20,5	26,9	31,3	27,9
RGR	2.084.544	12,0	17,7	9,5	0,1	14,8	13,8	13,0
LAG	629.917	3,6	3,4	4,6	0,0	2,0	4,1	5,9
VFC	617.867	3,6	3,4	4,1	16,8	3,7	1,0	4,6
POV	507.488	2,9	6,0	4,1	0,0	1,9	1,9	2,6
NRD	633.204	3,7	3,8	4,5	13,2	2,1	1,9	2,0
AGH	2.618.578	15,1	13,4	12,2	15,9	16,4	17,9	14,4
PVT	1.150.172	6,6	8,3	7,3	22,0	9,9	1,8	8,5
SCG	464.497	2,7	1,9	2,7	4,5	3,5	2,2	1,8
CAL	299.504	1,7	0,9	3,3	0,2	1,9	0,5	1,5
VEL	562.244	3,2	3,6	3,8	4,6	2,0	3,1	2,2
SRP	372.479	2,1	1,8	3,1	0,0	1,2	2,1	1,4
LPC	443.821	2,6	1,3	3,9	0,0	1,4	2,5	1,9
MAD	337.195	1,9	2,1	3,9	0,0	0,9	0,7	2,5
HRT	1.273.393	7,3	4,4	6,9	1,3	9,3	8,9	6,1
SCF	249.682	1,4	0,8	2,4	0,0	0,4	1,4	0,9
LFL	252.589	1,5	0,5	2,9	0,0	1,1	0,7	0,6
Total	17.329.936	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Peso percentual superior à percentagem da população do Concelho na população da RAA

Na receita dos Fundos OE, aparecem 6 municípios com uma participação percentual inferior à respetiva percentagem da população. À exceção de Vila Franca do Campo, os restantes são municípios citadinos. Pelo contrario, a Horta, município citadino, fica incluída nos restantes (percentagem superior à da população).

Nas receitas próprias sobressaem os municípios da Ribeira Grande e Povoação, com valores percentuais superiores aos da população.

6.4 Despesas das Freguesias

Em 2018, as freguesias efetuaram despesas no valor global de 16,1 M€, o que representa uma redução de 5,5%.

O Quadro 6.6 mostra que a maior parte das rubricas ou agregados de despesa diminuíram em 2018. Sem contar com a rubrica de "Outras despesas" que reúne várias rubricas de pequena dimensão, verifica-se um comportamento bem diverso entre as várias rubricas da despesa, com as despesas de pessoal a diminuírem 1,5%, os investimentos a diminuírem 13,7% e as transferências para as famílias (onde se incluem os programas ocupacionais) a diminuírem 10,8%.

Por outro lado, verifica-se um aumento de 48,4% na residual "Outras despesas" e um aumento de 37,7% em amortizações de empréstimos, que nas freguesias só podem ser de curto prazo e amortizados no próprio ano.

QUADRO 6.6 - Evolução e estrutura das despesas das Freguesias 2018

Euros

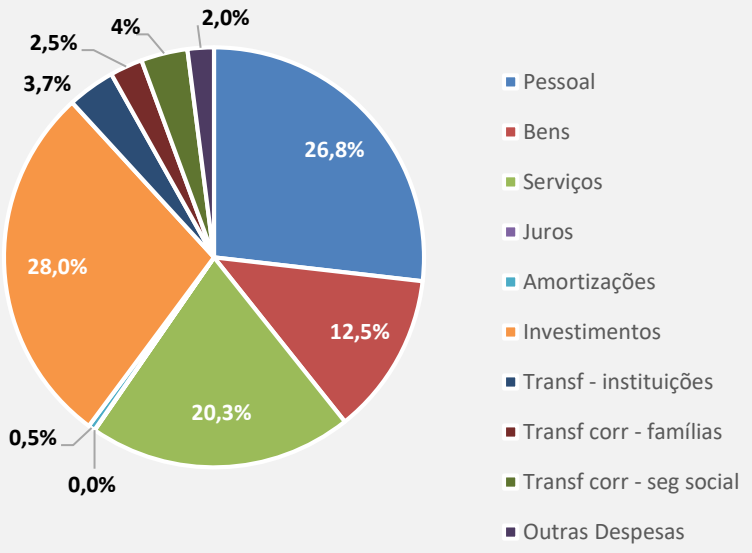
Tipo de despesa	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Pessoal	4.459.850	*27,9%*	4.379.024	*25,7%*	-1,8	4.314.976	*26,8%*	-1,5
Bens	1.967.487	*12,3%*	2.205.563	*12,9%*	12,1	2.008.187	*12,5%*	-8,9
Serviços	3.136.823	*19,6%*	3.228.031	*19,0%*	2,9	3.269.621	*20,3%*	1,3
Juros	7.007	*0,0%*	4.830	*0,0%*	-31,1	4.897	*0,0%*	1,4
Amortizações	3.627	*0,0%*	60.990	*0,4%*	1.581,5	84.000	*0,5%*	37,7
Investimentos	4.623.294	*28,9%*	5.223.857	*30,7%*	13,0	4.509.957	*28,0%*	-13,7
Transf - instituições	642.870	*4,0%*	654.352	*3,8%*	1,8	592.261	*3,7%*	-9,5
Transf corr - famílias	180.476	*1,1%*	453.571	*2,7%*	151,3	404.676	*2,5%*	-10,8
Transf corr - seg social	734.666	*4,6%*	602.373	*3,5%*	-18,0	576.686	*3,6%*	-4,3
Outras Despesas	257.546	*1,6%*	219.793	*1,3%*	-14,7	326.170	*2,0%*	48,4
Total	**16.013.646**	*100,0%*	**17.032.383**	*100,0%*	6,4	**16.091.431**	*100,0%*	-5,5
Despesas Correntes	11.338.315	*70,8%*	11.569.830	*67,9%*	2,0	11.340.086	*70,5%*	-2,0
Despesas de Capital	4.675.330	*29,2%*	5.462.554	*32,1%*	16,8	4.751.344	*29,5%*	-13,0
Total	**16.013.646**	*100,0%*	**17.032.383**	*100,0%*	6,4	**16.091.431**	*100,0%*	-5,5

Os investimentos, com um peso relativo nas despesas de 28% e as despesas de pessoal com 26,8% são as duas maiores componentes da despesa, em termos globais, mas nem sempre por esta ordem, pois apenas em 61 freguesias as despesas de investimento superam as despesas de pessoal.

As despesas de aquisição de bens e serviços tiveram comportamentos diferentes, com os bens a diminuírem 8,9% e os serviços a aumentarem 1,3%. No caso da aquisição de bens, tinha-se verificado um aumento de 12,1% no ano anterior.

No Gráfico 6.4 podemos observar a estrutura das despesas das freguesias, em termos globais.

GRÁFICO 6.4 - Estrutura das despesas das freguesias - 2018



Investimento

As despesas de investimento das freguesias são financiadas por diversas fontes, resultantes das próprias receitas de capital, do saldo corrente (receitas correntes - despesas correntes) e do saldo transitado do ano

anterior, que pode ser totalmente utilizado em despesas de capital se as receitas correntes geradas no próprio ano forem superiores às despesas correntes.

O Quadro 6.7 mostra os recursos que as freguesias, no seu conjunto, tiveram à disposição para investimentos.

QUADRO 6.7 - Fontes de Financiamento do investimento das freguesias

Euros

Verba disponível p/ investimento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	%	Δ %
Saldo inicial	3.443.792	2.990.242	2.048.078	2.823.967	2.524.724	3.082.399	2.359.918	28,3	-23,4
Saldo corrente	320.049	818.654	1.840.630	1.801.430	1.291.590	1.336.063	1.934.728	23,2	44,8
Transf Capital CM	2.025.649	1.943.763	907.026	1.286.958	1.326.320	1.197.363	1.714.856	20,5	43,2
Transf Capital GR	2.139.268	1.333.320	1.137.022	2.690.723	2.133.789	1.381.135	1.277.159	15,3	-7,5
Transf Capital UE	57.665	281.836	928.995	1.125.117	30.000	175.505	745.375	8,9	324,7
Outras receitas de capital	344.848	362.679	609.727	397.038	474.800	694.527	314.767	3,8	-54,7
Total	**8.331.271**	**7.730.495**	**7.471.479**	**10.125.231**	**7.781.223**	**7.866.991**	**8.346.803**	**100,0**	**6,1**
Investimento realizado	5.106.756	5.523.102	4.253.825	7.474.915	4.623.294	5.223.857	4.509.957		-13,7
% efetivamente utilizada	61	71	57	74	59	66	54		

Em 2018, foram apenas utilizados 54% dos recursos disponíveis, o que constitui o valor mais baixo dos últimos anos, sendo o valor mais alto de 74% verificado em 2015.

O Quadro 6.7 mostra que os saldos (inicial e corrente) foram as maiores fontes de financiamento disponíveis em 2018, representando em conjunto 51,5% do total.

As transferências de capital recebidas dos municípios representam 20,5% dos recursos disponíveis. Ao valor de 1,7 M€ de transferências de capital, mencionadas no quadro, há que acrescentar 4,4 M€ de transferências correntes, sabendo-se que grande parte destas verbas são gastas em despesas de capital (investimentos), sendo responsáveis por parte do saldo corrente gerado em 2018.

Podemos também verificar que as receitas de capital (linhas a azul), no total de 4 M€, quase que chegaram para os 4,5 M€ de despesas de investimento de 2018, não tendo sido necessário recorrer ao saldo transitado do ano anterior, o qual no final de 2018 era de 3,6 M€, ou seja, mais 1,2 M€ do que no início do ano.

Áreas de investimento

O Quadro 6.8 mostra as despesas nas principais áreas de investimento nos últimos 3 anos.

Não considerando a rubrica residual "Outros investimentos", que por agrupar diversas áreas de pequena dimensão constitui-se na de maior expressão (30,9%), as áreas mais prioritárias em 2018 foram a rede viária

(21,3%), parques e jardins (12,4%) e habitação (11,7%). Esta última, tem vindo a diminuir em valores absolutos e relativos. Em 2017 e em 2018 as despesas neste sector diminuíram 13,5% e 47,7%, respetivamente.

No caso da rede viária, a redução foi de 26,8% em 2018, mas em 2017 tinha aumentado 25%.

Na área de construção e reparação de sedes das freguesias observa-se um aumento de 118,7%, depois de uma redução de 58,9% em 2017. A evolução das despesas nesta área está de certo modo associada às receitas que financiam este tipo de investimentos - as transferências do Governo Regional, no âmbito da cooperação financeira. Em 2018, 30 freguesias receberam 116,5 m.e. de cooperação financeira, destinados a obras de conservação das sedes, cerca de 57,6% das despesas totais nesta área de investimento, realizadas por 38 freguesias.

QUADRO 6.8 - Evolução e estrutura do investimento das freguesias

Euros

Investimento	2016		2017		Δ %	2018		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Habitação	1.169.448	*25,3%*	1.012.052	*19,4%*	*-13,5*	529.403	*11,7%*	*-47,7*
Aquisiç, construç, reparaç Sedes	225.349	*4,9%*	92.528	*1,8%*	*-58,9*	202.373	*4,5%*	*118,7*
Educação e Desporto	312.179	*6,8%*	317.297	*6,1%*	*1,6*	425.712	*9,4%*	*34,2*
Rede Viária	1.084.217	*23,5%*	1.308.502	*25,0%*	*20,7*	958.458	*21,3%*	*-26,8*
Parques e Jardins	309.789	*6,7%*	446.133	*8,5%*	*44,0*	561.043	*12,4%*	*25,8*
Material de transporte	80.515	*1,7%*	267.318	*5,1%*	*232,0*	173.413	*3,8%*	*-35,1*
Mobiliário e Equipam Adm	101.553	*2,2%*	38.452	*0,7%*	*-62,1*	94.723	*2,1%*	*146,3*
Equipamento Informático	101.642	*2,2%*	38.396	*0,7%*	*-62,2*	91.410	*2,0%*	*138,1*
Software Informático	37.263	*0,8%*	18.118	*0,3%*	*-51,4*	78.981	*1,8%*	*335,9*
Outros Investimentos	1.201.339	*26,0%*	1.685.059	*32,3%*	*40,3*	1.394.440	*30,9%*	*-17,2*
Total	**4.623.294**	*100,0%*	**5.223.857**	*100,0%*	*13,0*	**4.509.957**	*100,0%*	*-13,7*

A cooperação financeira do Governo Regional incide também nas áreas de mobiliário e equipamento administrativo, equipamento informático e software informático. O investimento total nestas 3 áreas foi de 265 m.e. em 2018, aumentando 179,2%, mas no ano anterior tinha diminuído 60,5%. Entretanto, as transferências recebidas da cooperação, nestas áreas de investimento, foram de 243 m.e., ou seja, 91,7%.

A área "Parques e jardins" não é objeto de cooperação financeira, sendo as despesas financiadas por recursos próprios ou transferências dos municípios. Os municípios realizaram transferências de capital para as freguesias no valor total de 1,7 M€, que correspondem a 38% do investimento realizado por estas.

Outras áreas de investimento terão beneficiado das transferências do Governo Regional, pois estas totalizaram 1,3 M€ e as áreas objeto de cooperação financeira acima mencionadas receberam "apenas" 360

m.e. As verbas restantes (quase 1 M€) terão sido transferidas no âmbito da colaboração financeira, também prevista, tal como a cooperação, no Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro, a qual permite a transferência de verbas para as autarquias (municípios e freguesias) em áreas de investimento da competência da administração regional. Estarão neste âmbito a habitação, e educação e desporto e eventualmente a rede viária, além de outras.

O Quadro 6.9 mostra a repartição das grandes rubricas da despesa, agrupadas por concelho, comparando o seu peso relativo entre si e com a percentagem da população do concelho na Região.

Exemplificando, as freguesias de Vila do Porto realizaram 2,9% das despesas totais e no seu conjunto têm 2,3% da população dos Açores.

Assinalando os casos em que as diferenças são mais acentuadas, podemos destacar:

- 43,4% das transferências das freguesias para instituições sem fins lucrativos ficaram no Concelho da Praia da Vitória. De referir que ao nível dos próprios municípios a Praia da Vitória também ocupa o 1º lugar, com 27,5% do total transferido.
- Ainda neste tipo de despesas destacam-se as freguesias de Vila Franca do Campo (18,9%) e Angra do Heroísmo (19,8%).
- As freguesias de Ponta Delgada são responsáveis por 19% das despesas totais de pessoal, mas nas despesas com bens e serviços essa percentagem sobe para 28,6% e 30,6%, respetivamente.

QUADRO 6.9 - Repartição das principais despesas das freguesias (% por Concelho) - 2018

CONCELHOS	DESPESAS TOTAIS (€)	DESPESAS TOTAIS	PESSOAL	BENS	SERVIÇOS	TRANSF INSTITUIÇÕES	TRANSF FAMÍLIAS	INVESTIMENTO	População %
VPT	473.663	2,9	2,4	3,7	2,5	0,0	0,0	3,4	2,3
PDL	3.818.926	23,7	19,0	28,6	30,6	13,2	0,0	15,4	27,9
RGR	2.056.391	12,8	6,9	9,6	10,1	0,0	0,0	21,6	13,0
LAG	638.427	4,0	6,2	3,0	5,0	0,0	0,0	1,3	5,9
VFC	560.138	3,5	4,3	2,5	2,9	18,9	0,0	4,3	4,6
POV	495.332	3,1	4,3	3,9	3,1	0,0	0,0	2,0	2,6
NRD	549.146	3,4	2,5	4,1	4,0	4,7	16,4	2,7	2,0
AGH	2.574.513	16,0	11,9	14,4	15,5	19,8	0,0	22,8	14,4
PVT	1.049.601	6,5	6,0	5,4	6,9	43,4	83,6	7,5	8,5
SCG	363.634	2,3	2,6	3,2	2,5	0,0	0,0	0,8	1,8
CAL	258.885	1,6	2,8	2,1	1,1	0,0	0,0	0,8	1,5
VEL	493.073	3,1	7,0	2,1	1,6	0,0	0,0	1,5	2,2
SRP	359.308	2,2	3,7	2,6	1,5	0,0	0,0	1,5	1,4
LPC	422.067	2,6	3,4	3,0	1,7	0,0	0,0	3,0	1,9
MAD	330.149	2,1	3,4	2,7	1,9	0,0	0,0	1,0	2,5
HRT	1.181.615	7,3	10,2	6,5	5,4	0,0	0,0	7,5	6,1
SCF	231.768	1,4	1,6	0,6	1,5	0,0	0,0	2,1	0,9
LFL	234.797	1,5	1,8	2,0	2,3	0,0	0,0	0,8	0,6
Total	16.091.431	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0